

ANEXO 1

Lei n. 6.683, de 28.08.1979
(Lei da Anistia)

LEI N. 6.683 - DE 28 DE AGOSTO DE 1979

Concede anistia, e dá outras providências

O presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de Fundações vinculadas ao Poder Público, aos servidores dos Poderes Legislativos e Judiciário, aos militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares (vetado).

§º 1 Consideram-se conexos, para efeito desse artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política.

§ 2º Excetuam-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal.

§ 3º Terá direito à reversão ao Serviço Público a esposa do militar demitido por Ato Institucional, que foi obrigada a pedir exoneração do respectivo cargo para poder habilitar-se ao montepio militar, obedecidas as exigências do artigo 3º.

Art. 2º Os servidores civis e militares demitidos, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, poderão nos 120 (cento e vinte) dias seguintes à publicação desta lei, requerer o seu retorno ou reversão ao serviço ativo:

se servidor civil ou militar, ao respectivo Ministro de Estado;

se servidor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Assembléia Legislativa e de Câmara Municipal, aos respectivos presidentes;

se servidor do Poder Judiciário, ao presidente do respectivo Tribunal;

se servidor de Estado, do Distrito Federal, de Território ou de Município, ao Governador ou Prefeito.

Parágrafo único. A decisão, nos requerimentos de ex-integrantes das Polícias Militares ou dos Corpos de Bombeiros, será precedida de parecer de comissões presididas pelos respectivos Comandantes.

Art. 3º O retorno ou a reversão ao serviço ativo somente será deferido para o mesmo cargo ou emprego, posto ou graduação que o servidor, civil ou militar, ocupava na data de seu afastamento, condicionado, necessariamente, à existência de vaga e ao interesse da Administração.

§ 1º Os requerimentos serão processados e instruídos por comissões especialmente designadas pela autoridade a qual caiba apreciá-los

§ 2º O despacho decisório será proferido nos 180 (cento e oitenta) dias seguintes ao recebimento do pedido.

§ 3º No caso de deferimento, o servidor civil será incluído em Quadro Suplementar e o militar de acordo com o que estabelecer o decreto a que se refere o artigo 13 desta Lei.

§ 4º O retorno e a reversão ao serviço ativo não serão permitidos se o afastamento tiver sido motivado por improbidade do servidor.

§ 5º Se o destinatário da anistia houver falecido, fica garantido aos seus dependentes o direito às vantagens que lhe seriam devidas se estivesse vivo na data da entrada em vigor da presente Lei.

Art. 4º Os servidores que, no prazo fixado no artigo 2º não requererem o retorno ou a reversão à atividade ou tiverem seu pedido indeferido, serão considerados aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, contando-se o tempo de afastamento do serviço ativo para efeito de cálculo de proventos da inatividade ou da pensão.

Art. 5º Nos casos em que a aplicação do artigo anterior acarretar proventos em total inferior à importância percebida, a título de pensão, pela família do servidor, será garantido a este pagamento da diferença respectiva como vantagem individual.

Art. 6º O cônjuge, qualquer parente, ou afim na linha reta, ou na colateral, ou o Ministério Público, poderá requerer a declaração de ausência de pessoa que, envolvida em atividades políticas, esteja, até a data de vigência desta Lei, desaparecida do seu domicílio, sem que dela haja notícias por mais de 1 (um) ano.

§ 1º Na petição, o requerente, exibindo a prova de sua legitimidade, oferecerá rol de, no mínimo, 3 (três) testemunhas e os documentos relativos ao desaparecimento, se existentes.

§ 2º O juiz designará audiência, que, na presença do órgão do Ministério Público, será realizada nos 10 (dez) dias seguintes ao da apresentação do requerimento e proferirá, tanto que concluída a instrução, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, sentença, da qual, se concessiva do pedido, não caberá recurso.

§ 3º Se os documentos apresentados pelo requerente constituírem prova suficiente do desaparecimento, o Juiz, ouvido o Ministério Público em 24 (vinte e quatro) horas, proferirá, no prazo de 5 (cinco) dias e independentemente de audiência, sentença, da qual, se concessiva, não caberá recurso.

§ 4º Depois de averbada no registro civil, a sentença que declarar a ausência, gera a presunção de morte do desaparecido, para os fins de dissolução do casamento e de abertura de sucessão definitiva.

Art. 7º É concedida anistia aos empregados das empresas privadas que, por motivo de participação em greve ou em quaisquer movimentos reivindicatórios ou de reclamação de direitos regidos pela legislação social, hajam sido despedidos do trabalho, ou destituídos de cargos administrativos ou de representação sindical.

Art. 8º São anistiados, em relação às infrações e penalidades decorrentes do não-cumprimento das obrigações do serviço militar, os que, na época do recrutamento, se encontravam, por motivos políticos, exilados ou impossibilitados de se apresentarem.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se aos dependentes do anistiado.

Art. 9º Terão os benefícios da anistia os dirigentes e representantes sindicais punidos pelos Atos a que se refere o artigo 1º, ou que tenham sofrido punições disciplinares ou incorrido em faltas ao serviço naquele período, desde que não excedentes de 30 (trinta) dias, bem como os estudantes.

Art. 10. Aos servidores civis e militares reaproveitados, nos termos do artigo 2º, será contado o tempo de afastamento do serviço ativo, respeitado o disposto no artigo 11.

Art. 11. Esta Lei, além dos direitos nela expressos, não gera quaisquer outros, inclusive aqueles relativos a vencimentos, soldos, salários, proventos, restituições, atrasados, indenizações, promoções ou ressarcimentos.

Art. 12. Os anistiados que se inscreveram em partido político legalmente constituído poderão votar e ser votados nas convenções partidárias a se realizarem no prazo de 1 (um) ano a partir da vigência desta Lei.

Art. 13. O poder executivo, dentro de 30 (trinta) dias, baixará decreto regulamentando esta Lei.

Art. 14. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

JOÃO BAPTISTA DE FIGUEIREDO – presidente da República.

Petrônio Portella; Maximiano Fonseca; Walter Pires; R. S. Guerreiro; Karlos Rischbieter; Eliseu Resende; Ângelo Amaury Stábile; Eduardo Portella; Murillo Macedo; Délio Jardim de Mattos; Mário Augusto de Castro Lima; João Camilo Penna; Cesar Cals Filho; Mário David Andreazza; H. C. Mattos; Jair Soares; Danilo Venturini; Golbery do Couto e Silva; Octávio Aguiar de Medeiros; Samuel Augusto Alves Corrêa; Antônio Delfim Neto; Said Farhat; Hélio Beltrão.

ANEXO 2

Excertos dos depoimentos

NOTA DOS EDITORES

Estes excertos são apenas uma pequena amostra do drama vivido pelos depoentes, durante a ditadura militar. Os depoimentos completos compõem um grande volume, impossível de ser reproduzido em sua totalidade dentro dos limites deste livro. Parte dos arquivos da Assembléia Legislativa do Espírito Santo, estão lá, à espera de outros pesquisadores que deles se utilizem a fim de não deixar morrer a memória de tempos tão terríveis — porque se espera que as memórias terríveis sirvam de exemplo contra si próprias e não se reproduzam nunca mais.

Algumas correções e informações extras foram gentilmente acrescentadas, em outubro de 2004, por Rubens Manoel Câmara Gomes Filho, tanto ao depoimento de seu pai (Rubens Gomes), quanto ao seu próprio. Essas informações não constam destes excertos, mas estão preservadas na íntegra, em arquivo eletrônico, para utilização futura.

Sessão de 13/05/98

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VEREZA:

Comissão Especial dos Atos Praticados por Órgãos e Agentes Públicos, por Motivos Políticos no Período de 1961 a 1979. Esta é a segunda reunião porque na primeira foi feita a escolha das funções de cada um dos três Deputados. Nós ficamos com a presidência da Comissão, o Sr. deputado Lelo Coimbra é o relator e o Sr. deputado Magno Malta, vice-presidente. [...]

A Comissão foi instalada nesta Casa com base no Projeto de Lei nº 352/97, em dezembro do ano passado, que foi desarquivado. O pedido foi feito por alguns companheiros pelo fato de matéria semelhante ter sido apresentada nos estados do Paraná e Rio Grande do Sul.

O projeto de lei reconhece a responsabilidade do Estado do Espírito Santo por danos físicos e psicológicos causados a pessoas detidas por motivos políticos e estabelece normas para que sejam indenizadas. [...]

O SR. CARLITO OSÓRIO:

Sr. presidente e Srs. deputados, na última reunião propusemos ao deputado Claudio Vereza que inserisse os depoimentos nos Anais da Casa, para que a memória política, da qual somos protagonistas vivos, não se perdesse no tempo. Esses depoimentos são muito importantes, são pessoais e ficarão registrados nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo. Eles servirão como subsídio não somente para a História, como também para a concretização desse projeto de reparação de danos morais, danos financeiros e danos físicos. [...]

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VEREZA:

A nossa intenção é realmente fazer uma publicação, através da Assembléia Legislativa, com a memória de todos os depoimentos [...]

Num segundo momento, podemos também recorrer, junto com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, aos órgãos federais, quanto aos documentos necessários para os subsídios dos nossos trabalhos nesta Comissão. Assim obteríamos a documentação necessária para anexar a essa publicação que pretendemos fazer. [...]

O SR. ARISTIDES DA SILVA SOUZA:

[...] Consolidei a minha ideologia e aceitava a luta através dos homens para as transformações sociais. Em 1969, veio a minha primeira prisão e, em 1971, a segunda. Na primeira, fui preso em casa às dezenove horas pela Polícia Federal, sendo interrogado até as cinco horas pelo procurador da República, por um capitão do Exército e por três policiais federais, até às cinco horas da manhã, sem tomar água, sendo torturado nos tímpanos, a tortura chamada de “telefone”; ripa na canela; murro nas costas; na cabeça. Fui jogado no meio dos presos comuns, naquela época, em Bento Ferreira, dali transportado para a penitenciária, e dali para o 3º BC.

Na época dava palestras sobre marxismo... fiquei preso e todos ficaram soltos, porque, como professor, passei a assumir, ficando dez meses preso, incomunicável, saindo porque nada me acusava de gravidade. Continuei a me integrar na luta política, sendo preso em 1971 pelo DOI-Codi, São Paulo, Oban, polícia formada por Garrastazu Médici, na época, só para torturar. Dali é que vínhamos para o Dops, que já era ali um refresco...

Oban era só tortura! Inclusive todos os policiais de lá, para mim, tinham problemas psicopatológicos, eram tenazes na torturação, sentiam-se bem. Veio a minha segunda prisão em 1971 pelo DOI-Codi, entre oito companheiros. Fomos torturados na Oban, de lá para o Dops, novas torturas e de lá para a prisão Tiradentes, São Paulo, onde tinham cubículos só para presos políticos, até por organização. Mais dez meses preso, está aí no meu dossiê, e, devido a minha ideologia, que se cristalizou com os meus estudos...

Sou comunista, não venderia a minha ideologia nem por um bilhão de reais, porque sei que o aspecto secundário superará o aspecto principal na contradição, na luta de classe, que é a espinha dorsal do processo histórico transformador que se dá pela luta, como todos estão vendo, ou seja, assaltos a

bancos, a ônibus, etc. Não tem outra perspectiva a não ser a mudança, porque o capitalismo se torna incompatível para solucionar os problemas sociais.

Preso a minha ideologia concretizada, nunca mais arranjei emprego [...] e nunca também quis me humilhar e nem solicitar emprego nenhum. Sobrevivi até hoje com a ajuda de amigos, nunca fiquei devendo a ninguém. Continuo querendo as transformações sociais. [...]

O SR. CLEMENTINO DALMÁCIO SANTIAGO:

[...] Eu, por exemplo, fui preso muitas vezes. Como jornalista, gerente da Folha Capixaba, não apanhei e fui bem tratado. Fui preso e cassado como jornalista, o que me ajudou um pouco a ser preso na penitenciária, no 3º BC, no Dops, com processo e tudo. Mas me saí bem. O próprio diretor da Polícia Federal era jornalista e me tratava com respeito, com consideração, mas sempre querendo arrancar de mim informações. Não sabia de nada para explicar. Mas sempre ficava por lá, ia para o 3º BC, etc. [...]

O SR. DINES BROZEGHINE BRAGA:

[...] Camaradas, sou do município de Fundão e tenho setenta e um anos. Ingressei no Partido Comunista do Brasil em 1945, logo no final da Segunda Guerra Mundial. Participei das primeiras eleições após a ditadura de Getúlio Vargas e tive a honra de ser conduzido ao partido pelo meu amigo Vespasiano Meirelles. Naquela época, a sede do Partido Comunista do Brasil era na escadaria Maria Ortiz, e lá tive a oportunidade de conhecer o amigo Clementino e tantos outros. [...]

Veio o Golpe de 64. Participávamos de vários comitês de agitação em apoio ao presidente da República, que era João Goulart. Apoiávamos Leonel Brizola, as Ligas Camponesas, o Partido... Fizemos alguns atos que merecem um destaque de minha parte. [...] Conseguimos arranjar um mimeógrafo a álcool para fazer os panfletos contra aquela situação que estava sendo imposta ao país. Assisti ao descarregamento de algumas armas velhas embaixo de poltronas e no forro da

Casa do Estudante, em Belo Horizonte, na avenida Afonso Pena, e depois chamavam o povo da cidade para ver os estudantes armados contra a democracia no País. Eu assisti a isso. [...]

[...] Não tinha água, eram mais ou menos dez horas da manhã, e quando eram duas horas da tarde eu não tinha comido nem bebido nada, uma vontade de urinar tremenda, pois sempre tive uma saúde de ferro, e tenho até hoje. De vez em quando chegava um sujeito truculento e ameaçava a pessoa. E saía o truculento e chegava o com voz mansa, para intimidar a pessoa com aquela maciez de sua voz.[...]

Me levaram para um auditório grande, onde senti vergonha, ao ver a traição por parte de um dirigente nosso, o Sr. Fued dos Santos. Fui levado, Cheguei lá andando. Perguntaram-me se conhecia aquele cidadão. Olhei bem para ele para poder encorajá-lo e disse: não o conheço. Depois perguntaram a ele se me conhecia. Foi quando ele colocou todos os pingos nos “is” do meu nome e disse: “Dines Brozoghine Braga”. O camarada que estava me conduzindo me deu um bofetão e caí. Não vou dizer que estava cheio de coragem porque nenhum prisioneiro tem coragem. Todos os prisioneiros podem ter hombridade, mas não coragem. Tem de estar sempre com o “rabo no meio das pernas”. Caí, mas levantei. Quando levantei, veio a mesma pessoa que era capitão do Exército e me bateu novamente. Aí foi quando usei das minhas artimanhas de judoca. Ele caiu no chão e não levantou mais. Só saiu em uma maca. Quebrei uma cadeira e me encostei em uma parede, xingando todo mundo porque a essas alturas já estava acovardado, mas cheio de hombridade. Foi quando entrou um pelotão do Exército com metralhadoras, apontando para o meu lado. Disseram: “Renda-se ou vamos fuzilá-lo”.

Comecei a pensar em minha mulher, a quem amava tanto, mas tempos depois morreu de tanto sofrimento em consequência de tudo isso. Com seis filhos, tive de pensar. Continuei jogando a cadeira, quando machuquei um outro sujeito e foi quando me bateram com pau e não vi mais nada. [...] Colocaram-me em uma solitária onde permaneci durante vinte dias. Só saía de noite para apanhar de toalha molhada, “telefone”, choque elétrico. Procurei memorizar bastante as instruções que recebi em caso de prisão. Então a minha posição era calado. Quando falava era a respeito da minha família e ameaçaram buscar a minha esposa. Continuaram perguntando, mas dizia que não sabia de nada.

Um belo dia, como não falava nada, quando já estava com o corpo todo dolorido e fraquejado, pensei: puxa vida! se tivesse alguma coisa ali eu me matava.

Mas não tinha nada para cometer o suicídio. Se tivesse daria termo a minha vida. Certo dia colocaram-me em uma sala onde havia apenas uma pequena abertura e em uma porta colocaram um papel grande, até papel almaço pautado. Aí ele disse: “Você não fala nada, então escreve aí o que você sabe”. E puseram dois cachorros na porta, aquele cachorro pastor alemão que vive sempre com a língua de fora. Pensei: o que eu vou escrever nesse papel? Aí me lembrei da *Folha Capixaba*, um jornal legal que se encontrava nas bancas, então eu podia falar a vontade ali. Aí, eu fazia as letras grandes para que eles não pudessem depois, acrescentar nada. Escrevi uma página. E os cachorros estavam ali. Se aqueles cachorros avançassem em mim, um eu dominava, porque eu metia a mão na língua dele e não soltava, mas dois era mais difícil. Qualquer gesto que eu fazia o cachorro ficava em posição de alerta. Aí, quando eu acabei de escrever, e era só bater na mesa que chegava uma pessoa, não cheguei a olhar se embaixo da mesa tinha microfone, mas quando eu bati chegou gente. E estava lá escrito que eu era assinante da *Folha Capixaba*, que ajudei a consertar as máquinas tipográficas, que imprimia as folhas, uma máquina velha que só um operário consciente tinha condições de consertar aquilo, fiz muitas pecinhas para aquelas máquinas. Aí, quando o camarada leu, ele disse: “Aí, você está negando”. Eu negava que eu era comunista, porque era uma defesa que eu tinha. Ele falou: “Você não sabia que era órgão do Partido Comunista”? Eu disse: “Sabia”. Ele falou: “Pois bem, agora você vai ter que falar mais”. Aí eu perguntei: “É proibido ler a *Folha Capixaba*?” Ele respondeu: “É claro que é, é um órgão comunista”. Eu falei: “Olha, então tem muita gente grossa envolvida”. Ele falou: “Então fala logo, fala logo”. Então eu tomei logo uma cacetada e uma porção de pontapés também. E falei: “A Mesbla, Antenor Guimarães, Tintas Ypiranga, esses exportadores de café, etc”. Tudo tinha anúncio na *Folha Capixaba*. Olha, foi uma ducha de água no fogo. Eu estava sem me alimentar, o dia inteirinho sem almoçar, sem beber água, sem jantar, eram altas horas da noite. Aí me deram uma folga e eu sentei nos degraus do batalhão, sob a vigilância de cães e armas.[...]

Então, meus familiares que aguardavam a minha saída, procuraram o juiz, que felizmente encontraram, e este foi lá e me soltou e me mandei para o Estado do Espírito Santo. Depois sentei na cadeira dos réus, fui julgado e absolvido. [...]

Sessão de 20/05/98

A SRA. JUSSARA MARTINS ALBERNAZ:

Meu nome é Jussara Martins Albernaz e meu nome de solteira, Jussara Lins Martins, sendo atualmente professora da Ufes. [...] Começo por esclarecer que, de outubro de 1968 até dezembro de 1972, fui presa inúmeras vezes por autoridades policiais estaduais e federais e das Forças Armadas brasileiras, de quatro estados brasileiros, Espírito Santo [...], São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, acusada de desenvolver atividades subversivas à ordem social vigente, sobretudo no meio estudantil.

Tal perseguição se iniciou em outubro de 1968, em São Paulo, quando estive representando os estudantes capixabas no Congresso de UNE, na qualidade de vice-presidente da UEE do Espírito Santo. Estudava na época na Faculdade de Engenharia. Após ser recambiada, junto com outras colegas, para o Dops do Espírito Santo, fomos severamente ameaçados, começaram as perseguições políticas e prisões, que muito me atrapalharam nos estudos e na vida profissional e social.[...]

Morava no Rio de Janeiro desde março e estudava normalmente, quando, no dia 11 de abril de 1969, fui presa no Restaurante Universitário na Ilha do Fundão, junto com outros estudantes que ali se alimentavam e protestavam pacificamente contra arbitrariedades policiais que haviam sido praticadas horas antes [...]. Enquanto os outros estudantes detidos foram libertados logo em seguida, por pressões diversas, fiquei até o dia 26 de abril presa em uma prisão para mulheres (presas comuns) localizada no Centro do Rio de Janeiro [...]

Abriram, então, um processo contra mim na UFRJ, enquadrando-me no artigo 477, que previa a suspensão do estudante da universidade por três anos. Meu enquadramento só foi julgado improcedente muito tempo depois, devido à ação de advogados que foram contatados por meu pai, Ademar Martins, que era também advogado e diretor da Faculdade de Direito do Espírito Santo.

Fui recambiada para Vitória no dia 26 de abril, com outro colega da Engenharia, que também havia pedido transferência para a UFRJ, Marcelo Santos Neves, que também respondia a processos por atividades estudantis julgadas ilegais. Depois de ouvir ameaças no 3º BC, fui levada para a penitenciária

Estadual (Instituto de Readaptação Social), onde me acomodaram novamente junto a presas comuns. Meus pais puderam acompanhar de perto o camburão que veio do Rio até Vitória, mas fui mantida incomunicável até a fase final de um dos inquéritos, cujo encarregado era o capitão Danilo Bastos Scotello. [...]

Em decorrência de minha prisão na penitenciária do Estado até junho ou julho perdi o ano escolar. [...] Com meu enquadramento no 477, devido aos processos que corriam no Espírito Santo e pressões do SNI, conforme alegaram, afastei-me da universidade temporariamente, optando por uma militância política mais organizada junto à Ação Popular (organização política formada originalmente por estudantes da Juventude Estudantil Católica e de outros grupos ecumênicos) e sendo obrigada a me afastar dos empregos regulares. [...]

Fui colocada em liberdade condicional em julho de 1972, e foi decidido que deveria me apresentar todos os dias nas dependências da Polícia Federal de Vitória. Isso foi feito até minha absolvição, obtida graças a um intenso trabalho de meu pai e advogados do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte. Atestados de diferentes jurisdições militares estão sendo anexados para comprovar alguns dos processos e o resultado de todos eles: *absolvição*. Ou seja, fui levada inúmeras vezes para a prisão, fui torturada, perdi anos de vida escolar e profissional, trabalhei sem poder comprovar meu tempo de serviço, gastamos dinheiro em intermináveis viagens e despesas médicas, para, afinal, ser absolvida, sem que o Estado Brasileiro tivesse me indenizado dos danos ilegalmente provocados.

Convém destacar que, em decorrência das prisões e tortura, tive problemas de saúde sérios, com uma conseqüente operação de reconstituição de um tímpano (timpanoplastia), embora ambos os tímpanos tivessem sido arrebentados. Perdi alguns dentes e tornei-me bastante angustiada. As perseguições continuaram em Vitória.

Matriculei-me de novo na Ufes, onde me formei em Matemática, no final de 1973 [...]. Por onde passei agentes policiais tentaram me tirar o emprego. Por pressão dos mesmos deixei a Rede Tribuna no final de 1972. Em dezembro de 1972, tornei a ser presa pela Polícia Federal do Espírito Santo e fui levada para o 3º BC, onde passei alguns dias, torturada mentalmente e agredida fisicamente por um antigo torturador do Rio de Janeiro, que me torturara um ano antes e prometera que voltaria a fazê-lo, pois não havia “colaborado” com o mesmo, isto é, não havia feito delações. A alegação para a prisão, dessa vez, fora a de que me ausentara das apresentações diárias na Polícia Federal do Espírito Santo, quando na verdade já havia uma decisão judicial que me desobrigava

disso, o que eles diziam desconhecer. Pude ver da janela de onde estava sendo interrogada no quartel do 3º BC o atual governador do Espírito Santo, Vitor Buaiz, que conhecia muito bem.

Em 1974, logo depois de formada, casei-me, e as perseguições continuaram, envolvendo também meu marido, que se tornou jornalista do *Jornal Opinião*, do Rio de Janeiro e, depois, do *Jornal Movimento*, que se opunham ao governo militar. [...]

As perseguições de que fui vítima me abalaram física e emocionalmente por muitos anos e atrapalharam minha vida profissional. Perdi empregos e possibilidades de emprego graças à ação do Dops e da Polícia Federal; tive de trabalhar clandestinamente, sem carteira assinada, tive perda auditiva, meus pais se desgastaram muito na tentativa de me proteger.

É justo, portanto, que o Estado me indenize pelas prisões injustas, decorrentes de processos movidos contra mim, de cujas acusações fui inocentada e pela perseguição política de que fui vítima por muitos anos, junto a muitos outros estudantes e trabalhadores, alguns dos quais estão tendo seus depoimentos recolhidos por esta Casa. [...]

Espero ter deixado claro que os agentes policiais capixabas, se não tiveram a responsabilidade maior pelos meus danos físicos mais profundos, contribuíram decisivamente para minha instabilidade psicológica, dificultando ainda minha vida profissional, de 1968 a 1975. Sem meu afastamento do país por alguns anos, primeiramente com bolsa do governo francês e ajuda dos familiares, meus e do meu marido, e depois com ajuda de custo da Capes e da Ufes, além de trabalho em tempo parcial meu e de meu marido, enquanto estudávamos, dificilmente teria conseguido reorganizar minha vida profissional e emocional. [...]

A SRA. DALVA PINHEIRO DOS SANTOS:

[...] Sou filha de Enéas Pinheiro de Souza, dirigente do Partido Comunista. Em 1964, chegando de Cuba, ficamos sabendo de sua história. Chegou em casa avisando para a minha mãe que, se a polícia chegasse procurando por ele, dissesse que ele não estava. [...]

Não tive oportunidade de estudar, pois era perseguida. Estudei em um colégio e a professora, Isalmir Zouain, reprovou-me um ano por ser filha de comunista.

No primeiro dia de aula, a professora me apresentou para as colegas dizendo que eu era a Dalva, filha do Enéas, comunista, e durante o tempo que estudasse naquela escola eu não teria recreio. Eu não tive recreio. No final do ano, passei para o segundo ano e a professora retirou a minha nota, dando-a para outra menina que era filha de uma lavadeira e precisava ser aprovada.

Depois disso, achei um colégio melhor, que era o Creb (Centro Regional de Educação e Base), que hoje é a faculdade de Colatina. Estudei nesse colégio por quatro anos, mas, quando os pais dos alunos descobriram que eu estudava ali, não quiseram que seus filhos conversassem comigo. Eu ficava revoltada com a situação e, na saída da escola, batia nas crianças. [...]

Eles faziam plantão na nossa casa e uma vez a invadiram, levando máquina de escrever, roupa, documento, tudo que pertencia ao meu pai. Como éramos pequenos, não íamos atrás. Minha mãe tinha muito medo, não entendia a história do comunismo e morreu sem entender, pois, para ela, comunismo era como assaltante, uma coisa muito ruim. Isso tudo prejudicou muito a nossa família. [...]

Meu pai andou meio mundo e morreu em Uberlândia, com documentação falsa. Não tenho nada que prove sobre ele. Sei que existe um livro, *Massacre em Ecoporanga*, que fala algumas coisas sobre a vida de Enéias. Eu procuro esse livro para ver se arranjo algumas provas. Ele morreu com documentação falsa, e eu não tenho nenhum documento original. [...]

Ele [*Enéias*] tirou documentação falsa, com o nome de Manoel, pois vivia clandestinamente e precisava ter documentos falsos, como muitos dos seus amigos. Em 1976, ele foi reconhecido em Belo Horizonte, foi preso e morreu em 1977, com essa documentação falsa. [...]

O óbito [*certidão de óbito*] que tenho dele, de Manoel, diz que foi de ataque cardíaco. Mas só sabemos o que a pessoa falou para nós. Disse que depois que ele foi preso ficou muito sentido, aborrecido, não quis saber de mais nada, até que morreu. [...]

O SR. FRANCISCO FEITOSA NORBERTO

[...] Tudo começou em Nova Venécia, uma cidade de fazendeiros cruéis, bárbaros, uns “lobos vestidos de ovelhas” – como dizem as Escrituras de Israel –

e com cara de bonzinhos. Mas os fazendeiros é que controlavam o lado do informe para a Polícia.

Existia uma organização do Partido Comunista do Brasil [*em Nova Venécia*] e quem a liderava era José Fraqueza. Ele andava por dia setenta quilômetros a pé para fazer trabalho no campo. Transmitia para nós que ia ter uma luta no Brasil, uma luta de duas categorias – eram as aulas que nós recebíamos –, pois existem duas categorias que sustentam o mundo: os camponeses, com as mãos santas que plantam o alimento, e os operários, proletários. Para saber o que era proletário tivemos de consultar dicionário. A esquerda tinha um palavreado que desconhecíamos. Até hoje sou analfabeto. Fiz até o quinto ano primário na escola Claudina Barbosa, em Nova Venécia. A falta de cultura, de escolaridade, traz dificuldades para a gente expor o que deseja. [...]

Fui preso [*em 1969, em Vitória*] na casa do companheiro Aristides [*Aristides Silva Sousa, da Ala Vermelha*], que na época era chamada de “aparelho subversivo”. Era uma residência [*no morro do Quadro*]. Ele tinha um bar e, no fundo, havia um local onde nos reuníamos. Vim do campo para Vitória porque haveria bases revolucionárias [*no campo*], mas dependia de quadros, precisava de pessoas para dirigi-las. Eu vim para a cidade para ser preparado para voltar para o campo e desenvolver um trabalho de conscientização camponesa.

Em Vitória, fiquei na casa do companheiro Aristides, com quem mantive contato através do Zé Fraqueza. Saiu a prisão. [...]

Depois que fomos presos, o Aristides foi torturado por um tenente que não tinha uma mão. Não sei o nome do tenente. Separaram uma galeria na penitenciária Pedra D’água, para onde foram os onze presos políticos. Dali eram levados para serem torturados no 3º BC. Eu não ia. Nunca fui. Eles me tinham como aliciado. As pessoas que aliciavam é que eram torturadas. Os presos eram: o Aristides, o Jair [*Jair Stork*], Gildo Loyola, Paulo Bigode, eu, Francisco Feitosa, César Leite ... [...]

Fui solto, eles ficaram e continuei trabalhando [*num novo emprego*] em empresa de ônibus [*em Vitória*]. Minha profissão é motorista; toda a minha vida eu dirigi. [...]

Vou contar primeiro a minha [*segunda*] prisão: estava trabalhando em uma firma na Via Anhangüera e o pessoal de Vitória [*que*] estava preso [*foi transportado para São Paulo*]. A organização que estava dirigindo [*o movimento revolucionário*] chamavam de Direção Nacional. A Direção era em São Paulo. E aqui [*em Vitória*] era uma célula da organização.

Quando cheguei em São Paulo morei em um chamado aparelho. Era muita arma, muito dinheiro. Eles não chamavam de assalto, porque era um nome errado para a esquerda. O nome era requisição, que significava pegar o dinheiro do capitalismo para combater o próprio capitalismo. Mas a imprensa burguesa fez as anotações do jeito que o sistema permitia. Mas a forma que a esquerda pregava era assim. [...]

Eu fui preso pela Oban, depois era o DOI-Codi, mas aí eu já tinha sido posto em liberdade. Foi terrível a minha prisão. [...]

Vou falar como era a tortura: era uma cadeira tipo esta, com uma alça, o meu braço aqui, o outro aqui, uma braçadeira que travava, travava aqui e travava as pernas, nu, arrancaram a minha roupa, colocaram-me nu naquela cadeira de ferro, jogaram um balde de água em cima, ligaram um fio no pé da cadeira, giravam uma máquina, e a rotação daquela máquina aumentava a voltagem, aumentava o choque. Era terrível! Tinha momentos em que eu perdia a visão. E, quando acabava a sessão de tortura [*com choques*], uma borracha vermelha grossa batia aqui, ela batia e subia, e ele já descia. [...]

Então, depois que eu saía dali, eu não agüentava andar, caía. E vinha um médico japonês para dar massagem no coração. Muitas vezes eu pedia a ele para morrer, porque era cruel, era terrível. Eu dizia: não, deixa eu morrer. Mas ele dava a massagem, porém eu achava que não voltaria a viver mais. Mas passou.

Depois do DOI-Codi, eles viram que eu não tinha ligações com a Organização Internacional, eu estava sendo aliciado, preparado, aí eles me puseram em liberdade, me colocaram numa ambulância do Exército e me soltaram próximo a um albergue, em São Paulo. Daí para frente fui procurar trabalho, levei a minha vida normal e desliguei-me de todo o movimento revolucionário. [...]

Aí, trabalhei, casei, vim para o Espírito Santo, voltei, tornei a colocar os papéis de casamento, que era uma das provas, casei com uma camponesa, pois foi uma orientação da Esquerda, que me disse o seguinte: “Olha, casa com uma camponesa que é mais uma companheira, estamos precisando de quadros, prepara a companheira”. E a companheira não aceitou a Esquerda. [...]

E a minha vinda para Vitória trouxe o famigerado Código de Desemprego, que eu não sabia. Você vai numa firma, faz os testes, passa em tudo, e eles não dão o trabalho, por causa do passado político. [...]

Meu nome é Francisco Feitosa e as três últimas empresas em que trabalhei, pronto, a Itapemirim me desempregava, onde eu estivesse. Quase fiquei maluco,

com minha família para sustentar, não achava outra forma de ganhar a vida. Foi na época em que fui para Nova Venécia, [*quando*] caiu o AI-5.

Meu emprego na Prefeitura de Vitória é político. Se o AI-5 estivesse vigente, eu não estaria empregado. É bom colocar isso para que seja esclarecido. [...]

Sessão de 27/05/98

O SR. CARLOS ALBERTO OSÓRIO DE AGUIAR:

Popularmente sou conhecido como Carlito Osório. [...] A minha história pessoal se confunde muito com a história política do Estado do Espírito Santo, desde os idos de 1943 em Colatina, quando eu era estudante secundário do Colégio Conde de Linhares. [...] Ajudei em muitas campanhas em Colatina, como estudante, a organizar passeatas [...] e a minha luta estudantil se transformou em uma luta política também.

Essa foi a minha entrada na política ideológica no município de Colatina, em 1943, como estudante, depois vim para Vitória onde me integrei ao Partido Comunista do Brasil. [...] Tinha uma responsabilidade muito grande nisso tudo, por ser o secretário geral do Partido Comunista do Brasil e por estar ligado a todos os companheiros do Estado do Espírito Santo, mesmo os de outras tendências, mas que participavam também da luta clandestina.

Não poderia me expor de maneira nenhuma a uma acareação ou a uma tortura nos moldes das que já estavam praticando nas dependências do DOI-Codi no Espírito Santo.

Preferi, então, abandonar o meu emprego e ir para o sul da Bahia, onde tínhamos uma base de guerrilha quase montada. [...] Continuei a minha vida clandestina como secretário geral do Partido Comunista do Brasil, desenvolvendo as mesmas atividades que desenvolvia anteriormente, já em pleno regime militar.

Trabalhei no IAPC/ES [*Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes do Espírito Santo*], de 1964 a 1969, coordenando as lutas populares como podia, dando guarita aos companheiros que vinham de outros estados, mandando-os para o exterior. Também municiaava os remanescentes dos posseiros, em Cotaxé, e os que estavam dispostos a ir ao Mato Grosso. Escondia-os em Vitória e levava-os ao estado de Mato Grosso.

No ano de 1969, quando dos primeiros assaltos a banco no Rio de Janeiro e em São Paulo, a situação ficou insustentável para mim em Vitória, e fui obrigado a ir para Governador Valadares. De lá, fiz contato com a direção nacional do PC do B. Deram-me duas opções: ir para a guerrilha do Araguaia ou para Itabuna, Bahia, onde estava sendo montado um outro campo de guerrilha. O terceiro campo era no estado do Maranhão, para dar sustentação ao Araguaia.

Com a ida de Carlos Lamarca para Bahia, onde as forças de repressão nacional se concentravam, ficou muito difícil o desenvolvimento desse novo campo de luta naquele estado. Fiquei na Bahia de 1970 a 1976, e de lá fui para São Paulo.

No estado de São Paulo, participei da primeira grande greve na região do ABC. Ajudava a formar piquetes nas fábricas, com documentos de nome fictício. Felizmente não fui reconhecido. A partir da anistia de 1979, retornei para Vitória e continuei a minha militância, reunindo os antigos companheiros do PC do B. Continuei a luta após a anistia, mas o SNI continuou no meu encaixo, conforme se desprende da certidão que me forneceram.

Lutei pelo restabelecimento das franquias democráticas, por intermédio das “Diretas Já” e, depois, no MDB, fundei o Partido da Mobilização Nacional, do qual sou presidente desde 1989. Eram essas as minhas declarações. Se fosse falar sobre todas as minhas atividades políticas, precisaria de, no mínimo, três a quatro horas. Tenho um diário, que já soma sessenta e três páginas, mas essas minúcias ficarão para uma outra oportunidade. Quem sabe, talvez seja motivo de um livro que pretendo escrever para deixar o meu depoimento, não para me colocar como uma expressão decisiva ou maior no movimento revolucionário do Estado do Espírito Santo, mas para contribuir e elucidar muitos fatos de que só eu tenho conhecimento, devido a minha posição como secretário geral do PC do B numa época muito difícil, conturbada e envolvente, quando me dedicava diariamente à tarefa de conduzir o partido e as lutas políticas neste Estado. [...]

Não fui torturado nem preso momentaneamente na chefatura de Polícia, mas o que passei na Bahia e em São Paulo para me ver livre da repressão foi uma coisa que me torturou muito psicologicamente e me deixou seqüelas muito sérias, que me atormentam até hoje.

A SRA. ÂNGELA MILANEZ CAETANO

[...] Fui presa no dia 28 de novembro de 1972, na minha residência [...] e levada para os órgãos de repressão do 3º BC, em Vila Velha, por agentes policiais estaduais, federais e pelas Forças Armadas do Estado, que me raptaram, dizendo que iria prestar alguns esclarecimentos.

[...]

Passsei trinta dias na fase de interrogatório para formação do processo sob torturas físicas e psicológicas. Posso detalhar alguns tipos dessas torturas. Por exemplo: pediram para eu ficar nua. Não obedecendo, rasgaram minha roupa; só conversavam comigo sem roupa e na calada da noite; me colocaram um capuz e ficaram rodando dentro do 3º BC, como se estivesse viajando para dizer que estavam me levando para São Paulo, para prestar depoimento na Oban e levavam a gente para uma sala que não sabia onde era; colocaram sobre mim uma cobra jibóia para ver se me abatia; me davam socos nos ouvidos e me ameaçavam de morte com o revólver; só podia fazer minhas necessidades fisiológicas com os guardas à minha frente, assistindo tudo; ameaçavam soltar os cachorros em cima de mim; fiquei incomunicável por trinta dias, sem notícias da família; fiquei por dez dias com a mesma roupa rasgada e sem poder tomar banho; fiquei numa solitária, por uma semana, onde a tortura era ser enrolada com um cobertor daqueles que são usados como manta por cavaleiros, para eu me sentir como se estivesse numa sauna, pois era verão e aquilo era uma coisa terrível; rondavam a casa de meus familiares dia e noite à procura de meu marido, chegando a prender por um dia minha mãe, Lucinda, para ela dizer o paradeiro do Iran [...]

Ao sair do exército [*presídio*], tive que abandonar meu emprego, minha faculdade, pois a perseguição continuava. Eles queriam encontrar meu marido, que, na época, conseguiu fugir do cerco policial. Ele era o principal dirigente do PC do B no Estado.

Na clandestinidade, comecei a fugir de Vitória. Fui parar em Belo Horizonte. De Belo Horizonte, fui para o Rio de Janeiro. Do Rio de Janeiro, fui para o Pará, no meio da floresta Amazônica, pescando e caçando para poder sobreviver, durante um período de seis meses. [...]

Na clandestinidade, no Pará, minha atitude foi ir à procura de um emprego, que consegui na Companhia Elétrica do Pará (Celpa), onde fui descoberta. Então começa de novo a peregrinação para fugir do cerco policial que foi montado em torno de nós. Pinte o cabelo de preto para poder sair do Pará. Chegando a Belo Horizonte, parentes conseguiram emprego para mim e meu marido. Moramos numa casinha pequena de fundos, no quintal de parentes e começamos de novo a viver escondidos. Aí tive meu primeiro filho, Marcelo, na clandestinidade.

Em Belo Horizonte, tivemos novos problemas. Fomos descobertos e tivemos que sair fugidos com a roupa do corpo. Fomos parar no interior de Minas

Gerais, Virgínia, onde pudemos, com a ajuda de novos amigos, viver por um certo período, sem sermos descobertos.

Com o passar do tempo a ditadura nos diminuiu a perseguição. Então, meu marido, Iran, se propôs a cumprir sua pena de dez meses de reclusão, julgado à revelia – eu já tendo sido excluída do processo por falta de provas. Ele foi para o Rio de Janeiro cumprir seus dez meses no Esmeraldino Bandeira. Convivi dez meses com meu marido atrás das grades, grávida, na época, do segundo filho. O pai só teve contato com a criança aos oito meses de vida. Iran, preso, fazia cadeiras, quadros para eu vender e poder sustentar meus dois filhos. Hoje a nossa família é composta por quatro filhos.

Na clandestinidade, fui expulsa pelo Ato 477 e nunca mais tive oportunidade de concluir meus estudos, pois estava no último ano do seriado e, com a reforma universitária, o curso passou a ter sistema de crédito, e os créditos que me faltavam seria melhor fazer um novo vestibular.

Sendo assim, termino meu depoimento e me orgulho de não ter delatado companheiros, e de pertencer a um partido justo que é o Pc do B. Se tivesse que fazer tudo de novo, faria, não me arrependo de nada.

Quanto a minha saúde, me tornei uma pessoa angustiada, nervosa e com medo de tudo, mas não perdi a alegria de viver.

O meu maior medo é o da ditadura. Espero que meus filhos e meus netos não tenham que passar por humilhações, vexames e sofrimentos como passamos. Espero justiça dos órgãos do governo, pois minha vida profissional e estudantil nunca mais foi concluída. Obrigada.

O SR. LÚCIO DA COSTA FONSECA:

[...] Na minha juventude estudei na Escola Técnica desta cidade, lugar onde o pobre estudava. Em 1962 fui trabalhar na Usiminas, onde fui perseguido em função das minhas idéias operárias. [...]

Antes do golpe militar, em 1964, já existia perseguição. O banqueiro Magalhães Pinto e o governador de Minas já moviam perseguição, junto com sua polícia, aos operários da Usiminas. É testemunha desse fato o Sr. José Rocha. Fui preso por levantar esse fato contra o governador. Fui levado para uma cidade próxima a Ipatinga, que na época era pequena e sem recursos, sequer havia presídios. Fui

para lá e o José ajudou-me a sair daquela situação. Fiquei constrangido e falei que iria embora. Mas antes avisei ao José que tomasse cuidado com a cidade de Ipatinga, com Minas, com aquela polícia e com aquele governador fascista.

Retornei a Vitória, fui trabalhar na Ferro e Aço, continuei com as minhas idéias, dando apoio aos sindicatos, denunciando o fascismo, o imperialismo norte-americano, que, na época solapava toda a economia do Brasil. Fazia denúncias sérias contra o imperialismo e defendia os trabalhadores. Estava sempre junto com eles. [...]

Os meus patrões não estavam satisfeitos comigo. [...] Havia debates e eu não aceitava o golpe militar. Entendia que ele viria para massacrar o trabalhador, para tirar-lhe o direito. Não gostava do golpe e denunciava. Então eles me mandaram embora. Só que verbalmente. Por isso voltei lá e disse que eles teriam de me mandar embora por escrito.

Uma certa vez me tiraram lá de dentro, me colocaram dentro de um fusca, colocaram um revólver na minha cabeça e me “jogaram” em Jardim América. “Você está fora. Isso aqui não serve para você e você vai embora”. Eu ainda tinha ilusão com a Justiça Trabalhista e procurei a Junta de Conciliação do Espírito Santo, que tinha sede no edifício Glória, e fiz uma queixa contra a Ferro e Aço, que havia me demitido. Logo apareceu o meu chefe, depondo contra mim. Levaram-me para um canto e me falaram o seguinte: “Você fica quieto, vai embora. Se for preciso você sai do Espírito Santo. Deixa isso para lá; você é um rapaz novo, vai embora, vai trabalhar em outro lugar, porque aqui não está dando para você mais”. Eu tinha 24 anos.

Como já disse anteriormente, aqui conhecia muitas pessoas que tinham os mesmos ideais que eu, e passamos a nos comunicar. Essas pessoas já estavam se organizando, e eu também me juntei a eles. Logo fui para o Rio de Janeiro. Lá conheci outras pessoas que já estavam organizadas, que se pronunciavam contra a ditadura, que não a aceitavam. [...]

Então, no Rio de Janeiro, eu, minha esposa e meu filho, uma criança de seis meses, estávamos numa casa, a que dávamos o nome de aparelho. Nessa casa tínhamos tipografia, máquina para imprimir, muitos papéis, livros de literatura da China, que sofreu o escravagismo dos ingleses, livros sobre a guerra do Vietnã, que já estava em ascensão, aquela miséria que os americanos levaram para o povo vietnamita. Tudo isso denunciávamos. E éramos vigiados por todos os lados. Nós que éramos contra, que combatíamos, que não aceitávamos, éramos chamados de subversivos, de terroristas. [...]

Em 1968, esse pessoal me achou dentro de uma casa [...]. Levaram-me para a cadeia, para a delegacia de Senador Camará, no Rio de Janeiro. De lá, da 27ª delegacia, fui levado para uma outra, na Ilha do Governador, onde os presos eram entregues ao Esquadrão da Morte, aos grupos de extermínio para serem eliminados na beira das estradas ou das praias.

Quando chegamos encontramos um pessoal que ia ser eliminado, mas eram presos comuns, pessoas que roubavam e cometiam outros delitos. Quando nos encontraram não estávamos no aparelho; encontraram-nos dentro de um carro. Como não sabiam que a nossa origem era política, pela quantidade de munição que um companheiro levou – não era nem para ter levado essas munições nesse encontro – pensaram que era uma tarefa ilegal e fomos presos.

Em certo momento não sabiam, e também “ficamos na nossa”, porque não íamos denunciar um aparelho onde estava toda uma riqueza em conhecimento, onde estavam nossas máquinas. Fazíamos panfletos para as fábricas, para as escolas, e não queríamos que aquilo caísse. Fomos para a Ilha do Governador, e lá nos disseram: “Vocês não querem falar, vocês vão morrer. São bandidos, traficantes... Alguma coisa são. Vamos matar vocês; aqui é para matar”. Colocaram-nos num camburão e nos levaram para a beira da estrada. Começaram a atirar em nós, mas com bala de festim. Depois trouxeram-nos novamente. [...]

Depois de uns vinte dias, mais ou menos, que estávamos em poder deles [...] disseram: “Esses caras tem que ir para uma delegacia política, eles não podem ficar aqui; vocês não podem nem pensar em matar esses caras agora. E levaram-nos para o Dops do Rio de Janeiro, na Lapa, e iniciaram um trabalho político: pancada, tortura e querendo saber da situação da nossa organização. [...]

Depois desse tempo para cá o nosso advogado conseguiu uma liberdade para nós. Eles disseram: “Depois de trinta dias, vocês voltam aqui que queremos falar com vocês”. Então saímos do Dops meio doído de tanta pancada que tomamos, de tanta tortura. Reunimo-nos novamente e falamos: vamos voltar para ver o que eles querem conosco. Então chegamos a conclusão que não, que teríamos que viver na clandestinidade, não podíamos mais voltar ao Dops: nem eu, nem o Humberto e nem Mauro, senão nos pegariam como fizeram. E realmente, mais adiante, em 1975, soubemos que tínhamos sido condenados, eu, Humberto e Mauro, pela 4ª Auditoria da Aeronáutica.

Então fomos para São Paulo e continuamos a trabalhar. Em São Paulo eu não podia trabalhar, porque não tinha condições, então tirei uma documentação

falsa para trabalhar. Essa ditadura me tosou o direito até de trabalhar. [...] Aqui em Vitória nunca consegui trabalhar, pois quando descobrem minhas idéias, acham que tenho pensamento antiamericano ou antiimperialismo. [...]

Quando falo que fui preso no Rio de Janeiro nessa situação, [...] isso não foi nada! Pegaram minha mãe e meu pai, que são velhos, levaram para o 3º BC e lá permaneceram por três dias. Pegaram o velho e o quebraram no pau. Eles fazem tudo isso em detrimento [*sic*] de quê? De toda essa grana que vemos aí para encher a barriga deles, que hoje pagamos juros violentíssimos aos bancos americanos. Estamos numa situação difícil, quem está empregado está bem, quem está desempregado sabe o sufoco que está passando, miséria, fome. [...] Hoje estou aqui. Continuo com meus ideais. Vivo a vida junto com os companheiros. Estou vivo.

O SR. ARISTIDES SILVA DE SOUZA:

Desde jovem me apeguei a discussões e debates políticos sociais em rodas de colegas e amigos em praças públicas. Sendo um dos motivos por que fui aliciado para o PC do B, onde [...] conheci os escritos filosóficos de Karl Marx, Lênin, etc. Isso se deu em 1963, quando tinha a idade de 35 anos. O golpe militar de 1964 aguçou a luta político-partidária no Brasil, tendo de um lado os estudantes universitários e secundários e os operários sindicalizados.

Com a morte do estudante Edson Luiz no Rio de Janeiro, por policiais militares, no ano de 1968, a contradição entre estudantes e sindicalistas tomou um caráter antagônico. O aguçamento da luta levou o general Costa e Silva, mesmo contra a sua vontade, a assinar o Ato Institucional nº 5, que tira o direito individual de todo brasileiro.

Devido a os dois partidos comunistas brasileiros, PC do B e PCB, não se definirem pela luta armada imediata contra a ditadura militar, como queriam os estudantes, ocorreram dezenas de cisões nos dois partidos, que deram origem a muitas organizações e grupos que optaram pela luta armada. Na luta pelo poder político, morre o general Castelo Branco e o general Costa e Silva, ambos em mortes suspeitas. Assume a presidência da República o general Garrastazu Médici, este, sem dúvida, era o general que atendia à direita fascista interna e externa. Começa daí a caça aos subversivos. Nas muitas cisões ocorridas,

organizei-me na dissidência do PC do B, Ala Vermelha, tendo a sua direção em São Paulo.

A minha primeira prisão se deu na minha residência na Vila Rubim, Morro do Quadro, às 19h30m, em dezembro de 1969, pela Polícia Federal, que chegou perguntando quem era Aristides. Identifiquei-me, sendo algemado e transportado para a av. Vitória, juntamente com mais um estudante e dois operários. [...] No curso dos interrogatórios no Departamento de Polícia Federal, ficou caracterizado que eu era o arregimentador. Todos foram soltos e eu, preso.

Fui interrogado na Polícia Federal pelo delegado, dois capitães do Exército e o procurador geral da República do Estado do Espírito Santo. Isso se deu das 23 horas às 5 horas da manhã, com socos por trás da cabeça, telefones, tapas com as palmas das duas mãos, que comprimem o ar, atingindo os tímpanos, causando dor e atordoamento. Após oito dias no Departamento da Polícia Federal, jogaram-me no meio dos presos comuns em Bento Ferreira, onde permaneci por quarenta dias. Dali fui levado para o 3º BC, em Vila Velha. Após trinta dias no cubículo daquele quartel, incomunicável, dormindo no piso acimentado, sem nenhuma coberta, chegam de súbito três oficiais, sentam-me num caixote, raspam meu cabelo com máquina zero, vedam-me os olhos com um pedaço de pano. Reclamando que o pano que me vedava os olhos estava muito apertado, levei um tapa no rosto, que me deslocou o maxilar. Saí do cubículo com esses militares num carro e fui levado para a Barrinha, lugarejo dentro do quartel, à beira-mar, onde fui interrogado e torturado com os olhos vendados. Queriam saber o nome de um general vinculado à Ala Vermelha. Após dias, tendo melhorado dos hematomas pelo corpo causados pela tortura, mandaram-me para o Instituto de Readaptação Social. Saía de duas a três vezes por semana para ser acareado com estudantes que eram presos. Ali fiquei cinco meses [...].

Voltando a contactar a organização em São Paulo, voltei a me organizar novamente na clandestinidade, isso em 1970. Em meados desse mesmo ano, cai presa quase toda direção regional em São Paulo e as investigações do DOI-Codi do Segundo Exército levam à prisão toda a direção nacional da Ala Vermelha e, na continuação caem também presos a direção regional do Espírito Santo, sediada em Vitória. Minha prisão se deu onde trabalhava, na Casa do Compensado, em Jardim América, Cariacica [...]. Algemaram-me e fiquei dentro do carro das 9 horas às 15 horas, devido à revista que esses policiais fizeram nas residências de Jair Storch e José Fernando Destefani, já presos, companheiros que pertenciam à organização [...].

Sendo o órgão que me prendeu de São Paulo (Oban), formado por militares do Exército, Marinha e Aeronáutica, fui levado para o 3º BC Quartel do Exército em Vila Velha, indo logo para a seção de choque elétrico, amarrado a uma cadeira afixada no chão. Falei para os policiais torturadores que, se a direção nacional da organização estava toda na cadeia, eles não tinham nada mais a colher dos elementos das direções regionais. Foi suspensa a tortura, eu e cinco companheiros seguimos algemados, de avião, para São Paulo, para a Oban, onde, nas acareações com companheiros de outros estados, passei por sessões de choques elétricos e “porrada” por todo o corpo.

Algumas observações; no meu caso, por não ter cedido até hoje às classes dominantes, do ponto de vista ideológico, me foi negado qualquer tipo de emprego para sobreviver e já se vão trinta e cinco anos, pois meu último emprego perdi por razões políticas, em 1963. [...]

Tenho uma outra observação que não ficou nada provado. No ano de 1988, um sobrinho vindo do Rio de Janeiro assaltou a Prefeitura de Vitória, cuja prisão foi de caráter político. No outro dia eu estava lá, o Guerra interrogando um sobrinho meu [...]. Ao chegar à porta, o Claudio Guerra me perguntou se havia sido preso no ano de 1971 e 1979, por motivos políticos. Balancei a cabeça. Daí então a “coisa” mudou. Moveu um processo contra mim, o médico cortou o meu pé, disse que ia cortar a minha perna toda, dizendo que eu era muito petulante. Disse que ia cortar primeiro a tíbia e depois o fêmur. [...]

Anos atrás, eu lia o jornal *O Globo*. Nunca mais o li. Isso há vinte e cinco anos. Havia um reportagem diária com o título “O que devemos saber sobre medicina”. Todos os dias eu lia. [...] Não me achava totalmente leigo em medicina. Quando cheguei à Santa Casa de Misericórdia comecei a falar sobre o meu pé, querendo entender de medicina. O médico disse que eu nunca havia estudado medicina e disse: “Deixa de ser petulante, quem vai resolver o problema do seu pé são os médicos que estudaram, vou cortar a sua perna toda, para você não ser tão petulante”. Eu estava com uma tensão nervosa, por ter saído da cadeia. [...]

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VEREZA:

Mas o problema original foi ocasionado pela erisipela.

O SR. ARISTIDES SILVA DE SOUZA:

Sim.

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VEREZA:

A erisipela o Sr. teve na cadeia. No 3º BC?

O SR. JOSÉ ROCHA:

O Sr. pode falar o nome do médico ou prefere não dizer?

O SR. ARISTIDES SILVA DE SOUZA:

Recebo uma pensão vitalícia do INSS, no laudo tem o nome do médico.

[...]

Sessão de 03/06/98

O SR. IRAN CAETANO:

Meu nome é Iran Caetano, atualmente sou médico. Basicamente minha militância contra a ditadura militar se deu no período de 1967 a até o seu fim, em 1985. [...]

Em 1968, ingressei no PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário) e iniciei uma militância mais ativa e consciente. O início de 1968 foi marcado pelas lutas por melhores condições de ensino, por um preço razoável para o Restaurante Universitário; em seguida, as lutas nacionais de protesto contra o assassinato do estudante Edson Luiz, que se deu no Rio de Janeiro. Nessa época começamos a tomar contato exatamente do [*restaurante*] Calabouço, com espancamentos, com terrorismo, com torturas que provinham tanto dos órgãos federais de repressão, Polícia Federal, Exército, Marinha, Aeronáutica, quanto das polícias Militar e Civil do Estado do Espírito Santo e de diversos organismos como o DOI-Codi, da área federal, da Polícia Secreta e do Dops, no âmbito estadual. [...]

O ano de 1968, no meu caso, em particular, foi marcado por centenas de atos por parte do regime desde simples intimidação até prisões, humilhações e principalmente por fugas da minha parte. A minha habilidade em fugir se tornou tão especializada que muitas vezes eu fugia sem fugir, ou seja, me escondia dentro da própria faculdade, vivia lá, almoçava, dormia e conseguia espalhar o boato que tinha fugido para outro estado, para que eles me deixassem em paz. Cheguei a viver na Escola de Medicina por quarenta e cinco dias, sem sair de lá. Parece que eles aprenderam e passaram a me buscar na sala de aula. Aí a coisa foi ficando mais difícil.

No ano de 1969 a coisa foi ficando mais difícil, no auge do AI-5, e aí o terrorismo do regime militar é explícito, sem nenhum subterfúgio. Os espancamentos, as torturas e assassinatos eram constantes; pessoas com quem convivíamos numa semana, na outra recebíamos a notícia de que tinha sido assassinado ou teria sido atropelado (o nome que o regime dava às pessoas que morriam na tortura). Mesmo assim continuávamos num processo de resistência usando de todos os instrumentos que fosse possível usar, desde uma greve, uma

passseata, invasão da reitoria, denúncia de diversas formas, até mesmo usando subterfúgios como campeonato de pingue-pongue, tertúlias literárias, festivais de canção. Eram instrumentos que usávamos para protestar e resistir à ditadura.

Continuando o processo de luta, de resistência e, conseqüentemente, repressão, violência, em 1971, já havia um clima de extremo perigo para a militância. Era muito comum bons companheiros naquele período se retirarem da luta; alguns continuaram e coube-me assumir a direção, no Estado, do PC do B, Partido Comunista do Brasil, partido ao qual me filiei em 1971. As dificuldades de luta eram muito grandes mas tínhamos a compreensão do dever e continuamos no processo de luta.

Em 1972, havia me colocado à disposição do Partido para me colocar na luta de guerrilhas e fui orientado pelos meus companheiros a que organizasse minha documentação porque me formava no final do ano como médico, e um médico tem uma utilidade muito grande numa luta armada de resistência contra a ditadura. Dirigi-me então à Universidade, para acertar meus documentos, quando, não sem surpresa, descobri que tinha dezenas de processos em aberto [...] . Dirigi-me ao Rio de Janeiro e a São Paulo, tentando ver como estava meu processo para que eu conseguisse alcançar meu diploma de médico. Mas os processos eram tantos, Aeronáutica, Marinha etc. [...]

Quando retomo, já no final do ano de 1972, para o Estado do Espírito Santo, para ver como ficaria minha formatura... [...]. No dia 3 de dezembro, desci em São Torquato, telefonei para a casa de minha sogra para saber se estava tudo tranqüilo, se eles não estavam me procurando e ela rapidamente me deu a notícia de que minha mulher, na época, Ângela Milanese, estava presa e que haviam sido presas mais de cinquenta pessoas: além de Ângela Milanese, o Vitor Buaiz, Marcelo Neto, Tião e tantos outros companheiros, que militavam na resistência democrática. Então ela me disse: “Eles estão aqui na porta, te esperando. Você vai ser preso também.” [...] Despedi-me dos parentes e iniciei um processo de fuga, que durou de 1972 a 1977. Inicialmente fui para o Rio, de lá para Belo Horizonte, de lá para o Pará.

[...]

Fui instruído pelo Partido a participar da resistência à ditadura. Em 1977, já havia sido condenado, à revelia, a dez meses de prisão. Em reunião com dirigente do Partido fui aconselhado a me apresentar para cumprir esses dez meses, porque o regime já estava na sua fase de decadência e a minha presença livre desses problemas era mais necessária. Eu me entreguei em março de 1977, protegido

pela Igreja Católica, pela Maçonaria e pela Adei. Apresentaram-me e exigiram garantia de minha segurança.

[...] Numa dessas prisões, no meu tempo de estudante, um certo capitão Danilo pôs um recruta manobrando um fuzil carregado com a ponta do cano encostado em minha nuca, dizendo que tinha que dar nome e endereço dos outros comunistas. É evidente que não dei. Um pavor muito grande. Mas fiz tudo que podia para não transparecer medo. No entanto, fisicamente não fui torturado e nem espancado em nenhum momento. Mas entre os diversos prejuízos que tive foi a minha instabilidade emocional, durante um tempo longo. Porque nunca sabia ao certo onde dormia e onde acordava; onde estaria amanhã e como seria o meu dia seguinte. A minha esposa presa, sendo humilhada, submetida a situações de extrema humilhação. [...] O próprio fato de você ser um clandestino dentro do seu país, não podendo estabelecer laços de amizade, não podendo nem usar o seu próprio nome. De fato, foram situações que pesam até hoje.

O SR. PERLY CIPRIANO (REVISADO PELO DEPOENTE EM 11.12.2004):

Quando veio o golpe militar estávamos na praça [*Costa Pereira*] lutando para estatizar uma empresa estrangeira canadense, que servia muito mal à população em termos de energia [*Hanna*]. Era cara, não atendia aos bairros pobres e não permitia o desenvolvimento industrial no Espírito Santo. [...]

O Espírito Santo soma uma certa influência das ligas camponesas, onde os trabalhadores rurais apareciam no cenário da política de maneira articulada nacionalmente. Fiquei muito contente porque encontrei a filha de Enéas Pinheiro, que foi o primeiro, o pai do que seria a Fetaes [*Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Espírito Santo*], que hoje está completando 30 anos de existência. Era a federação dos lavradores. Enéas era do PCB, juntamente com outros dirigentes desse partido, como o Sr. Flores, que ainda está vivo, o Clementino Dalmácio, Hermógenes Fonseca. Começou-se a criação dos sindicatos com uma dificuldade muito grande. [...]

O sindicato, que é uma organização elementar dos trabalhadores, era visto como algo extremamente perigoso, que poderia ser uma extensão não só da antiga União Soviética, mas também da China amarela. [...]

Esses sindicatos tiveram papel importante no despertar dos trabalhadores. Uma das coisas que me impressionou foi que o Enéas fazia uma pregação para os trabalhadores utilizando a Bíblia. Ele encontrava uma explicação para os sindicatos nos fundamentos da Bíblia. Não consegui entender até hoje o raciocínio dele, mas ele conseguia convencer os trabalhadores [...].

As forças nacionalistas éramos nós, sem nenhuma condição de resistência, do ponto de vista que era chamado. Essa movimentação, lembro-me que saímos da UEE, esse grupo ficou a noite toda lá, e saímos da UEE em caminhada, descemos cantando o hino nacional, com as Bandeiras do Brasil e do Espírito Santo e um quadro negro que nunca soube de onde apareceu e nem como apareceu. Carregávamos o quadro com as escritas em giz “Em defesa do Jango, contra o golpe”.

Quando chegamos em frente ao Palácio fizemos inúmeras pregações para os soldados [...]: “Soldado é filho do povo, soldado ganha pouco. Soldado é filho do povo e nem ele e nem o seu filho podem entrar na universidade”, fazíamos discursos exortativos. Lembro-me até hoje de que um soldado com uma calça no joelho um pouco puída, disse que tínhamos razão, mas, se o mandassem atirar ele o faria. Sentimos um frio e tivemos até vontade de sair.

[...] Já se constatava naquela época, como hoje ainda ocorre, a entrada de armas para os fazendeiros. Um grupo de fazendeiros e militares preparavam o golpe, o tal chamado esquema militar do Jango na realidade era o esquema que não tinha muita sustentação [...]

[A *Universidade*] criou um sistema de alcagüetagem dos mais graves. Essa pessoa está viva, Alberto Monteiro. Era inicialmente funcionário da universidade; montou um sistema de alcagüetagem com o Exército, com policiais e com o chamado Dops e vivia vasculhando a vida do estudante. Havia medo. As pessoas até para namorar tinha um pouco de medo, porque não sabiam se a namorada podia estar ou não envolvida com essa situação. Esse sistema de alcaguetagem até recentemente ainda existia. Já fiz muitas denúncias sobre isso e sempre cito. Não quero que persigam as pessoas, mas cada um tem que assumir o que fez. Mesmo quem mudou de posição. Uma pessoa pode ser de esquerda e passar para a direita. Pode ser de direita e passar para a esquerda. A vida é assim. Ela não tem essa rigidez. Já vi muitas pessoas altamente conservadoras que foram para a luta. Já vi alguns que eram de esquerda, virarem para a direita [...].

Montou-se esse vasto sistema de alcagüetagem e queimaram documentos depois do movimento de anistia, depois disso tudo, já em 80, eles tinham esses documentos. [...]

Na área cultural, nos serviços públicos se tem uma capacidade fantástica a delação e o sistema de alcaguetagem no serviço público tem uma força extremamente grande, porque o pessoal para subir acaba pisando em muita gente [...].

64 foi um período muito rico e contraditório. O primeiro momento causou uma dúvida, um susto em todo mundo e começou o movimento de resistência. A UNE realizou seu segundo congresso clandestino em São Paulo [Valinhos]. Participei desse congresso e quando retomei fui preso. Fiquei preso no 3º BI, três dias junto com José Henrique Merçon e o Jaime Lana Marinho. Não fui torturado, mas fizeram inúmeras ameaças. Ouvimos durante a noite algumas pessoas gritando e [...] alguns militares nos disseram que algumas pessoas foram levadas num barco atrás do 3º BC e teriam amarrado essas pessoas e jogado na água. É possível que isso tenha acontecido. Afunda e tira, afunda e tira. Ficamos três dias lá e não fomos torturados. [...] chegaram a afirmar que não sabiam se chegaríamos em casa. Eram ameaças ainda, mas não tinham concretizado a tortura do ponto de vista institucional [...].

[...] E, numa reação não muito tradicional, fui bastante rápido, abaixei, peguei a perna da calça de um policial, puxei rápido, ele caiu em cima da mesa, deu uma confusão tremenda eu consegui escapular do bar, corri uma longa distância, mas eles me pegaram e eu fui espancado no meio da praça. Seguraram as minhas mãos, de um lado e do outro, as pernas do ar, me espancavam na cabeça, no estômago, e levei um chute na costela, que eu acredito fraturou a minha costela. Eu passei uns seis ou sete meses com dores na costela. Eu me lembro até hoje, fundamentalmente, o policial que tinha caído, era uma pessoa alta, bem moreno e estava sangrando na boca. Naturalmente, quando ele caiu, ele deve ter machucado. Naturalmente, o ódio dele estava mais carregado do que o resto. Eu gritei, os chamei de criminosos, etc., mas, também., ainda não tinha me identificado como preso político. Fui levado para uma delegacia, em Olinda, novamente, eles me ameaçaram espancar, apontaram armas, engatilhando-as, para sustentar uma história praticamente insustentável, que morávamos na rua, enfim, foi arranjanjo uma história cumprida.

[...] Nesse momentos eles nos deram umas pancadas e nos levaram para o quartel da polícia militar. Ficamos lá uma noite, quando fizeram inúmeras ameaças, foram lá capitães e coronéis. Um deles depois me torturou. Essa pessoa [*Armando Samico*] acabou sendo reitor da Universidade de Pernambuco. [...] Basicamente, a tortura que sofremos foi no DPPS. Era pau-de-arara, choque, ciranda, como

chamavam: amarravam as mãos das pessoas para trás, colocavam dez, doze homens em volta e começava a ciranda. Eram chutes, porrada, cacetadas nas pessoas. E aí as pessoas iam caindo, rolando de um lado para o outro. Como ciranda, eles dançam em volta, então eles chamavam aquilo de ciranda. Eles também têm essa ironia, como eles tiveram em outras, coroa de Cristo, que era um aparelho que eles utilizavam muito, eu não o sofri, era com arame farpado, que iam apertando até matar as pessoas, dentre algumas, Ana Nacionavic e outros [...]

Então, eles também tinham as suas ironias. Choque, tortura, afogamento, combinar o pau-de-arara, porque dizem que o pau-de-arara era a arma mais utilizadas por eles, no Brasil inteiro. E eu quero dizer que, com a experiência de vida que eu tive, a maioria das delegacias do Brasil utilizou o pau-de-arara. É um método de tortura mais simples mas extremamente violento. Botam uma cadeira de lá e outra de cá, um pau atravessado no meio, amarra o braço, a mão e a perna, bota a pessoa no meio e ela fica ali curvada, dependurada no ar, sentindo uma dor extremamente violenta. No meu caso eles combinavam com uma palmatória grande de madeira, batendo no calcanhar, e tínhamos a impressão de que o cérebro ia sair. A dor já era terrível, e eles ainda batiam no calcanhar. Eles utilizavam uma toalha molhada e a enfiavam ela na cara da pessoa. Então, a pessoa levava o choque, a porrada, estava no pau-de-arara e com a água escorrendo no rosto sem ter como respirar. Eles tinham muitos métodos e formas de tortura [...].

Quando tinha sido torturado, estava com as mãos e os pés inchados. O corpo todo um pouco sangrando, tinha dificuldade em respirar e tinha uma pessoa, um jovem estudante de direito. Era um cara magro e vinha sempre sem a presença dos torturadores tradicionais e várias vezes conversou comigo. Dizia: “Fico indignado com o que está acontecendo aqui. Sou de uma família pobre e para estudar tive que entrar para a polícia, mas quando terminar meu curso de Direito quero sair daqui e não viver mais neste ambiente. Eu sei o que vocês estão passando”. Ele ajudou vários dos nossos. Levava bilhetes, trazia e levava alguma coisa, trazia até alguns remédios escondidos. Podia se arreborder por causa da gente.

Durante esse período passei dez anos preso. Fiquei quatro anos e pouco em Recife. Tentei minha transferência para o Rio de Janeiro e não consegui. [...]

Eles tinham informações, puniram-me e mandaram-me para o Rio. Digo sempre: a única punição na minha vida que me agradou foi essa, de ter ido para o Rio de Janeiro. Eu queria de fato ter ido para o Rio de Janeiro.

[...] Em Pernambuco, ainda sobre tortura vou relatar um fato: [...] a Aeronáutica, o quartel da Aeronáutica, levou um grupo de cadetes jovens, oficiais, inteligentes, [...] para uma aula especial, uma aula de tortura. Eles foram em Itamaracá e buscaram Edmilson e Claudio Ribeiro e os levaram para o quartel da Aeronáutica, em Recife. Com aqueles cadetes, como se estivessem assistindo a uma aula de anatomia, biologia ou qualquer outra matéria, falavam: “Olha como eles reagem quando dá choque”. Os cadetes em volta. Davam o choque. Diziam: “Olha como eles reagem quando afogam”. “Olha como eles reagem quando se apertam os testículos deles”. “Olha como reagem quando dá uma porrada no estômago”. Essas pessoas estão todas aí, devem ser oficiais. Essas pessoas viram, era aula normal e nenhuma delas, pelo que se saiba, saiu de lá horrorizada [...].

O meu depoimento é este. Tive de abandonar a Universidade, depois retomei, para retomar foi um movimento imenso porque tinha gente que achava que não dava para eu voltar à Universidade. Carlito Osório, se não me engano, passou longo período aqui para tentar reingressar. E, mesmo que as pessoas não digam, tem conseqüências graves. Claro que nós, que combatemos o regime militar, temos orgulho do que fizemos. Mesmo os nossos filhos quando os educamos bem, o meu filho chegou um dia em casa meio preocupado, não sei se brigou ou discutiu com um menino na rua, ele ouviu: “É, seu pai ficou preso um montão de tempo”. É claro que já expliquei a ele as razões, mas, no imaginário da sociedade dos pais desses meninos, éramos criminosos. Ficou preso, não pode ser gente boa. As pessoas pensam que não. Do ponto de vista histórico é correto mas as conseqüências, a mulher paga, o filho paga... A minha mulher perdeu o emprego em Barra de São Francisco porque ela vivia com um terrorista. [...] Naturalmente, naquela Prefeitura, deve ter passado muita gente por coisas erradas, mas ela não podia continuar no trabalho. O filho preocupado porque o pai esteve preso, a mulher pode perder o emprego e o pai não podia continuar na Universidade porque esteve preso e foi à União Soviética.

Muitas pessoas já passaram por isto. Se estes fatos não forem esclarecidos, se a gente deixa como se nada tivesse ocorrido não é feita justiça. [...] Temos que fazer o registro dos fatos. Cada um arca com o que fez. Isso é bom e a história precisa ser conhecida. Parabéns pela iniciativa de V. Exa., Sr. deputado Claudio Vereza e acho que devemos trabalhar isso de maneira mais conseqüente e mais permanente. [...]

O SR. IRAN CAETANO:

[...] O regime militar se implantou à custa de subversão contra uma constituição legal estabelecida, contra um governo eleito legitimamente. Um governo com respaldo popular e esse regime subversivo, que era o regime militar, nos tachou ao longo da história, nos vinte e um anos que o malfadado regime durou, de subversivos. Subversivos foram eles, que tiraram do poder o cidadão legitimamente eleito e rasgaram a constituição legitimamente outorgada. E continuaram invertendo títulos e rótulos, chamando-nos de terroristas, quando lutávamos pelo restabelecimento da verdade, da liberdade democrática, dos direitos do cidadão em sua amplitude. Terroristas eram eles que explodiam bombas, que tentaram explodir o gasoduto em São Cristóvão, com o projeto de matar mais de cem mil pessoas. Não fosse a denúncia do capitão Sérgio Macaco, o Brasil teria sido vítima de uma catástrofe sem paralelo na nossa história, promovida por eles.

Eles sempre fizeram questão de nos chamar de terroristas e alguns dos nossos companheiros menos avisados até adotaram esse epíteto. Nunca fomos terroristas, sempre fomos democratas. Todos nós que enfrentamos o regime militar fomos democratas. Tenho orgulho de estar entre esses democratas. Muitos estão aqui, muitos não viveram para ver essa época, mas sem dúvida estão presentes na nossa memória. [...]

O SR. JOSÉ CESAR LEITE:

Em 1969 éramos bancários e universitários. [...] E foi nessa condição que fomos presos. Eu entrava no serviço, às 12 h, e quando já estava sentado na minha mesa de trabalho, a Polícia Federal entrou no banco, passou pelo balcão e disse que o delegado queria conversar comigo.

Levaram-me para as dependências da Polícia Federal e lá fiquei duas noites, sentado, esperando o delegado que não aparecia, e eu perguntava: “Estou detido? Preso? Há alguma coisa?” Diziam que tinha de aguardar. Na noite do terceiro dia, de madrugada, fui retirado e levado à Polícia Civil, onde passei algumas horas. Ainda pela madrugada fomos levados para a penitenciária de Pedra D’Água.

Lá fiquei em regime especial, junto com outros companheiros presentes aqui, na mesma cela, o Aristides e o Netinho. Trinta dias depois, sem culpa formada, os processos foram formados posteriormente, fui libertado. Nessa oportunidade soube que a Polícia Federal tinha entrado no Diretório Central dos Estudantes, com a conivência da Reitoria, do assessor do reitor, trocaram chaves e fizeram uma devassa.

Posteriormente, o 3º Batalhão de Caçadores, na seqüência, formou um processo espúrio, sem nenhuma base legal, o que era característica da época, e nos obrigava a visitar regularmente, inicialmente de dois em dois dias, depois semanalmente, o Batalhão.

A Polícia Federal fez outro processo totalmente arbitrário, sem nenhuma fundamentação, prova definitiva, factual, apenas com coisas subjetivas e tivemos que responder a esses processos na Primeira e Segunda Auditoria da Aeronáutica do Rio de Janeiro, o que nos causava constrangimento e também dificuldades, porque o governo processava mas não pagava locomoção e tínhamos que ir ao Rio de Janeiro arranjar advogado. Um bancário, com situação financeira delicada. Por muita sorte, indicaram-me um advogado, Dr. Antônio Evaristo Moraes Filho, que abraçou a minha causa depois que relatei a minha situação, não me cobrando nenhum ônus. Foi, de certa forma a minha sorte, porque as armadilhas dentro do processo eram muitas.

Mas, assim que saímos, retornando da penitenciária ao banco, totalmente intimidado... Um fato interessante: os policiais federais foram nos buscar, voltando à Polícia Federal. No caminho, os agentes de um lado e de outro, no camburão, disseram que íamos para o aeroporto, alegando que eu não queria falar... Estava em evidência a informação de que colocavam os companheiros nos aviões e os jogavam no mar.

Foi mais uma forma intimidatória para tentar fazer com que passássemos informações para eles. Mas, quando retornamos ao banco, quando voltamos para assumir porque ainda não havia formado culpa, a administração da agência em que eu trabalhava – eu tinha férias vencidas – obrigou-me a assinar um recibo. Obrigou não, disseram-me para assinar ou eu poderia ir para casa porque seria demitido. Naquela circunstância de constrangimento fui obrigado a assinar um recibo de férias. Passei essas férias em Pedra D'Água, na penitenciária. Era essa a situação.

Fui absolvido nos dois processos e, posteriormente, continuei, porque tentaram me demitir do banco, mas como não fui condenado não conseguiram

me demitir. Seguimos a carreira, voltamos ao Sindicato dos Bancários onde tivemos uma militância não muito acentuada porque já estávamos envolvidos em outros processos. Hoje estamos aí.

O SR. ARLINDO SPERANDIO:

[...] Depois que terminei o curso ginasial, comecei a me interessar por economia política e a ler. À medida do possível, lia todos os jornais principais editados pela imprensa legal do país e os jornais de esquerda, os quais eram editados semanalmente. Através dessas leituras e estudos descobri a minha identidade com a filosofia marxista. Daí para o ingresso em um partido político de esquerda foi uma questão de amadurecimento.

[...] uma banca de jornais que ajudei a construir, instalada na praça da prefeitura, tendo como objetivo principal vender livros e jornais de esquerda, como a *Folha Capixaba*, *Novos Rumos* e *Terra Livre*, este último endereçado aos agricultores. Essa banca foi colocada na praça quando transcorria o mandato do Prefeito Moacyr Brotas, que era um dos nossos simpatizantes. Esse fato criou grande polêmica na cidade, com a reação de um grupo fascista querendo destruí-la a todo custo, só não sendo consumado devido à intervenção do prefeito, que designou uma vigilância dia e noite, apoiada por nossa estrutura de defesa partidária, durante longo período. Nessa ocasião eu já integrava o Comitê de Agitação e Propaganda do Partido. Por esse motivo passei a ser odiado e muito marcado pela reação fascistóide da cidade, inclusive por alguns parentes.

Após o golpe militar de 64, fui apontado como um subversivo perigoso para a sociedade local, resultando na minha prisão e de vários companheiros por uma escolta da capital com um forte esquema, armado até de metralhadora. Viemos presos para a Capital, permanecendo no quartel do Corpo de Bombeiros, localizado na Praça Misael Pena, onde se encontravam os presos políticos dos municípios da Grande Vitória. Depois de vários dias nessa prisão, fomos soltos, retornando ao município de Colatina, onde respondemos a Inquérito Policial Militar, instaurado para nos incriminar na Lei de Segurança Nacional, tendo como presidente desse Inquérito um oficial do Exército, sabidamente integralista. Esse Inquérito foi enviado à Primeira Auditoria da Marinha para ser julgado. Não compareci ao julgamento, porque um dos nossos advogados de defesa havia

comentado que eu seria um dos condenados. Depois do julgamento, fui comunicado, através dos companheiros absolvidos, que a minha pena foi de três anos e quatro meses de reclusão, conforme certidão expedida pelo Poder Judiciário da Justiça Militar, em minhas mãos.

Ciente de que seria denunciado e preso se permanecesse aqui no Estado, tomei a decisão de ir para São Paulo, onde recebi ajuda de uma organização de esquerda, a fim de tirar nova documentação com outro nome e poder trabalhar para me manter. Depois de três anos, resolvi voltar para visitar os meus pais, que estavam doentes. Quando retornava de Vitória a São Paulo, fui preso no ônibus da Itapemirim, por militares do 3º BC naquela época. No quartel do Exército, fiquei numa cela solitária, incomunicável, durante alguns dias, até ser levado para outro quartel militar da rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro. Lá permaneci vários dias numa cela localizada em cima de um compartimento de torturas. Foram dias terríveis... permanecendo sem poder me alimentar e dormir. Devido ao precário estado de saúde em que me encontrava, passei alguns dias no Hospital Central do Exército antes do embarque para o presídio da Ilha Grande, onde cumpri a pena imposta pelo julgamento na Primeira Auditoria da Marinha. No presídio, fiquei alojado na galeria separada e destinada só para presos políticos. Havia presos de vários estados do Brasil, com líderes de várias facções políticas de esquerda. Na minha convivência no presídio, fiquei conhecendo todos os presos da galeria, já que as celas permaneciam abertas durante todo o dia. Tínhamos a nossa sala de estudos e trabalhos manuais e uma cozinha onde preparávamos nossos alimentos. Isso foi conseguido através de muita luta e argumentação junto ao diretor do presídio. [...]

Não me arrependo de ter doado os melhores anos da minha vida na luta por justiça social e um futuro melhor para as novas gerações. Não pude constituir uma família porque segui o conselho mais decisivo da filosofia revolucionária: o casamento é o túmulo do revolucionário, frase do grande Lênin, um dos maiores líderes revolucionários de todos os tempos.[...]

Sessão de 08/06/98

O SR. ATÍLIO JUFFO:

Eu prefiro começar esse depoimento propriamente dito agora do dia 1º de abril de 1964. Em 1º de abril de 1964, eu, Carlito e outros companheiros lideramos uma passeata que percorreu parte das avenidas Jerônimo Monteiro e Princesa Isabel. [...]

Naquele momento a polícia me cercou e fui preso. Por isso até reivindico o fato de ter sido o primeiro preso do golpe da ditadura no Estado do Espírito Santo, no dia 1º de abril de 1964. Fui levado bem próximo à rua Sete de Setembro, onde era a Chefatura de Polícia, e ali permaneci sentado numa sala sem que ninguém falasse nada e alguém me arranhou um sanduíche e fiquei esperando, esperando, ninguém aparecia. Aquilo parecia mais uma vingança política de alguém que me vira participando de outras campanhas políticas no Estado. Fiquei naquela sala o dia todo, a noite, e no outro dia apareceu uma pessoa que me reconheceu. Não estava em cela, mas também estava sem poder sair e até com medo de me mover dali de dentro.

Eu havia sido oficial de gabinete do governador Asdrúbal Soares e o chefe de Polícia, salvo engano, Sr. Arruda, um amigo de Asdrúbal Soares, e a pessoa chegou e chamou o Sr. Arruda e disse: “O rapaz foi oficial de gabinete do Asdrúbal; ele não tem nada a ver com isso”. Através daquela conversa me soltaram, mas fui o primeiro preso e os companheiros todos preocupados.

Ao sairmos de lá, começamos um trabalho e na Assembléia Legislativa nos reunimos algumas vezes logo em seguida, para fundar partidos de resistência, pois o PTB, que era o meu partido, acabou-se. Fizemos, depois, vários movimentos para formar um partido. [...] A minha missão foi ajudar a fundar o partido que foi o MDB, em Vila Velha, entre o ano 64 e o ano 66, ao lado de outros companheiros.

No Município de Vila Velha, em 1966, organizamos esse partido e me lancei candidato a vereador. [...]

Assumindo o mandato de vereador comecei a fundar os movimentos comunitários de Vila Velha, os primeiros do Espírito Santo, Associação Pró-Moradores. [...]

A fundação desses movimentos comunitários e o meu trabalho na Câmara, os pronunciamentos que comecei a fazer contra a ditadura, começaram a me levar para as prisões. Foram seis prisões em Vila Velha. Cada vez que saía, voltava para a tribuna falando a mesma coisa ou mais forte, até que culminou na minha grande prisão em 23 de abril de 1969. Essa foi a prisão forte, noticiada em todos os jornais. [...]

Tinha produzido uns discursos contra a revolução e fui levado inicialmente para a Polícia Federal. [...] Dali, fui transferido para o 3º BC, voltei para a Polícia Federal, fui para a Chefatura de Polícia, em Bento Ferreira. Depois de três dias e três noites sem ter onde ficar, fui ouvido pelo senhor José Dias Lopes, que era chefe de polícia ou secretário de segurança, alguma coisa assim, irmão do ex-governador, senhor Christiano Dias Lopes. [...]

Voltei para um outro interrogatório no Dops, onde fui fichado, qualificado. Fui responder a uma auditoria militar na Marinha. Mas ainda fiquei na Polícia do Estado. Lembro-me bem que no dia 4 de maio, dia do meu aniversário, estava ainda lá dentro. [...]

As pressões foram muito grandes, não preciso contar aqui porque meus companheiros já o fizeram. O método era muito parecido, quase todo mundo tem narrado o que acontecia. Os métodos de pressão eram muito parecidos, como aquele de retirar de repente uma pessoa da Polícia Federal e levá-lo para a polícia do Estado ou para o 3º BC. Não se sabia para onde ia. Isso já é uma tortura tremenda. [...]

Voltamos para a Polícia Federal. [...] vieram oficiais do Exército de Brasília para pegar o meu depoimento. De repente o depoimento já não era mais sobre a questão de subversão. Queriam saber, como eu era vereador em Vila Velha, sobre a questão da corrupção que se havia implantado naquele município. Tínhamos um prefeito que havia sido eleito pelo MDB, pela esquerda ajudando, e que logo que assumiu pulou para a Arena, virou as costas para os companheiros e passou por um processo de corrupção muito grande. Como tinha sido líder do mesmo e havia recebido várias propostas quando estávamos no mesmo partido e não havia aceito, quando ele mudou de partido, eu tinha um arsenal. Eles queriam saber de tudo e mostrei o que estava acontecendo realmente em Vila Velha, na área da corrupção.

Quando faltava completar a quinta sessão da Câmara com a minha ausência e eu seria cassado por não comparecimento às sessões, acho que não quiseram arcar com essa responsabilidade, porque eu ainda não tinha sido cassado e nem

tinha o direito político suspenso, e me soltaram uma hora antes da sessão. Chamaram meu pai para que me levasse um terno e eu saísse para comparecer à sessão. Isso na Polícia Federal. Então eu disse: se eu sair, não volto. Se for para eu ir à sessão e voltar novamente para esse lugar não saio. Só me recomendaram que naquela noite não fizesse nenhum pronunciamento. Saí.

É uma situação que me emociona, porque quando cheguei em Vila Velha, o lado da Arena, o prefeito, o lado da ditadura, já estava soltando foguete e comemorando a minha cassação por cinco ausências consecutivas à sessão. E o nosso lado, que era o nacionalista, quando cheguei à Câmara, de pé, os companheiros cantaram o hino nacional.

Mantive-me em silêncio naquela noite, que foi para mim emocionante, como consta nos anais da Câmara de Vila Velha. Terminado tudo isso, realmente não voltei à prisão e uma semana depois era cassado por corrupção o prefeito de Vila Velha, tendo também os direitos políticos suspensos.

Mas continuamos a nossa luta, formando os movimentos comunitários e as prisões se sucederam. Não voltei para a prisão, mas a cada movimento mais simples que eu fazia, da tribuna ou de qualquer lugar, era levado para a polícia. Vereadores da época como Marcelo Mendes, José Anchieta Setúbal e outros que ainda estão vivos se lembram disso e não faziam outra coisa a não ser, terminada a sessão, ir todo mundo para a cadeia me tirar de lá. [...]

Então, as pressões foram muitas. Não fui agredido fisicamente, embora tenha sido ameaçado. Sofri muita tortura moral e pressão muito grande. [...]

O SR. JOÃO AMORIM COUTINHO:

Participamos durante alguns anos nas diversas frentes de resistência da ditadura militar, inicialmente no movimento estudantil, em Vitória e no Rio de Janeiro, mais tarde, em 1971, exatamente no período mais rigoroso, após a edição do Ato Institucional nº 5, em 1968, quando se passou a viver o pior período do regime, que foi golpe dentro de golpe.

Em 1971, militávamos na organização chamada “Ala Vermelha”, do Partido Comunista do Brasil. Esse era um período em que vinham acontecendo uma série de quebras e prisões de diversas organizações brasileiras, a partir do início dos seqüestros da chamada “esquerda armada”, que começou a utilizá-lo como

recurso para tentar a libertação de outros companheiros, para chamar a atenção da opinião pública nacional, inclusive da internacional, sobre o que estava acontecendo no Brasil. Combatendo com as mesmas armas que a ditadura dispunha, que era a força. [...]

No dia 22 de março de 1971, [...] minha casa foi cercada por homens do DOI-Codi de São Paulo, da Operação Bandeirantes, que haviam chegado a Vitória para efetuar as prisões dos componentes, membros da Ala Vermelha de Vitória, já que a direção nacional dessa Ala Vermelha de São Paulo e de outros estados estava quase toda presa e sofrendo torturas, não só no DOI-Codi como em outros organismos de segurança de São Paulo, Rio de Janeiro e outros estados.

Eu e minha esposa, Laura Coutinho, fomos levados para o 38º BI e, assim que chegamos, fomos imediatamente levados à presença de um cidadão que era dirigente nacional da Ala Vermelha que tinha sido preso e que acompanhou esses repressores de São Paulo até Vitória e cumprindo a tarefa depois de ter sofrido tortura durante algum tempo juntamente com sua família acabou entregando diversos companheiros, inclusive nós, de Vitória, pois ele era dirigente nacional e fazia contato com a Ala daqui de Vitória.

Após várias tentativas de convencimento tanto pelos militares como pelos próprios companheiros que diziam que o melhor seria dizer tudo, pois não suportaria as torturas, me mantive dizendo que não tinha o que contar, que não sabia de nada que interessasse a eles, imediatamente foi iniciado um processo de tortura com choques elétricos nos ouvidos, língua, testículos; processo que durou cerca de quatro dias, aqui no Quartel do 38º BI, e, numa quinta-feira, eu e os demais companheiros que estavam presos fomos levados para São Paulo, lá fomos diretamente para o DOI-Codi, para a Oban e para o Dops, onde ficamos por cerca de dois meses. [...] Ali continuaram as torturas, violência e coações durante todo período que estivemos, especialmente no DOI-Codi. No Dops, foi a fase de inquérito, de tortura psicológica, pois o que eles queriam saber já sabiam. Então a partir daí houve a privação da liberdade, mas a tortura mais pesada já havia sido encerrada.

Concluída a fase de inquérito dos companheiros do Estado do Espírito Santo apenas dois tiveram prisão preventiva decretada, que foram os companheiros Aristides e Jair Storck, e nós fomos liberados para responder em liberdade a processo que iria transitar em uma das Auditorias Militares da época. Durante dois anos continuamos tendo que ir frequentemente a São Paulo para provar que estávamos no Brasil e que não estávamos participando de nenhum

movimento. Às vezes éramos chamados aos órgãos de segurança locais. Isso era feito para que eles pudessem mostrar que éramos mantidos sob permanente vigilância.

Dois anos depois houve o julgamento de todos os membros da organização e nós do Estado do Espírito Santo fomos todos absolvidos porque não havia consistência nas acusações, até porque o principal acusador era o cidadão Edgar que de ex-dirigente da organização se transformou em colaborador da repressão [...].

É claro que tudo isso deixa seqüelas, dificuldade profissional. Era professor na época e dava aulas em algumas escolas. Tive que me afastar das escolas. Também havia trabalhado em jornal e tive dificuldade para conseguir voltar para os jornais. Enfim, durante algum tempo tive dificuldades para conseguir, do ponto de vista profissional, me realocar. E até mesmo, quando fiz concurso público, alguns anos depois, para ingresso no Bandes, tive que providenciar uma série de certidões nas auditorias militares para conseguir ter acesso a uma coisa que tinha conquistado por direito, que era o concurso público.

[...] Hoje, os que eram perseguidos e até evitados pela sociedade de um modo geral, passaram a ser elogiados e em alguns casos tidos até como heróis. [...]

A SRA. DORCAS DE SOUZA COUTINHO [FILHA DE ENÉAS PINHEIRO]:

Não tenho muitas histórias para contar. Quando eu tinha dezessete anos, meu pai me trouxe para a casa do Sr. Vespasiano Meireles. Fiquei por aqui mesmo, mas não tive nenhum problema com a polícia. Casei-me no dia 4 de abril, o mesmo dia em que o ex-presidente da República renunciou, Sr. João Goulart, e com isso muitos policiais foram na minha casa, pois achavam que o meu pai estava dando dinheiro para o rapaz casar comigo. A polícia – parece que era a do Sr. João Goulart – permaneceu na minha casa a noite toda. Prenderam o meu irmão, mas não fizeram nada comigo; só não nos deixaram festejar. Havia um moço chamado Paulo, que parecia ser o “bate pau” da polícia.

Depois vim para Vitória e fiquei conhecida como filha de comunista. E dessa época para cá nunca falei o meu nome certo, nunca tive a carteira de trabalho assinada. Quando descobriram que eu era filha de comunista, fugi da

casa do Sr. Vespasiano Meireles e fui trabalhar em outro lugar. Depois disso, toda vez que eu passava, eles logo diziam: “Olha, a filha do comunista Enéas!” [...] O nome do meu pai era Enéas Pinheiro de Souza. Ele fazia reuniões escondido, e, nos momentos em que estive com ele, era tudo muito escondido. Sempre fui analfabeta, sempre tive dificuldades para entender as coisas, e o meu pai dizia para eu andar sempre longe dele, pois estava esperando uma revolução de arrebentar. Nunca ficava perto do meu pai, pois ele sempre esperava uma revolução. Ele não era muito bem visto pelas autoridades. O meu pai era muito sabido. [...]

Acho que o meu pai não era uma pessoa ruim. Ele defendia a reforma agrária, os direitos dos pobres e por isso era uma pessoa indesejável.

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VEREZA:

Que notícia a senhora tem a respeito do falecimento do seu pai?

A SRA. DORCAS DE SOUZA COUTINHO:

O meu tio [*pai*] foi na minha casa umas três vezes, escondido, com o nome de Manoel. Chegava de madrugada e ia embora na madrugada mesmo; não ficava. Polícia nunca foi na minha casa atrás dele. E, quando me avisaram ele já tinha morrido, estava enterrado. Trouxeram um “santinho” dele. Não sei informar se ele foi preso.

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VEREZA:

Ele tinha morrido em Minas Gerais?

A SRA. DORCAS DE SOUZA COUTINHO:

Sim, em Uberlândia.

A SRA. ANDRESSA PINHEIRO DE SOUZA [Lê o depoimento em nome do pai, SR. ISAÍAS PINHEIRO SOUZA, filho de ENÉAS PINHEIRO]:

No dia 4 de abril de 1964, no casamento de minha irmã Dorcas, eu estava chegando na mercearia do Itamar Reis, e encontrei a captura, perguntando ao Itamar onde morava Enéas Pinheiro.

Eu, que havia deixado ele em casa, entrei na conversa e me prontifiquei a levá-los no encalço de Enéas. Chegando lá pedi a eles que deixassem o jipe na encruzilhada, pois lá não havia ruas de acesso para carros. Fomos a pé. Enéas estava sentado na varanda, de costas. Eu vi que ele não estava vendo a chegada da polícia. Até nesse momento os policiais não sabiam que eu era filho dele. Cerca de trinta metros, eu querendo avisar meu pai da chegada deles, então gritei bem alto com o animal que se encontrava no local. Ele, assustado, olhou para trás e viu cinco soldados. Abaixou-se na varanda e saiu rastejando para dentro da casa, de onde saiu pelos fundos, subiu o morro e desapareceu.

Quando os policiais chegaram, descobriram que eu era filho do Enéas Pinheiro e ficaram furiosos. Um deles me pegou pelo colarinho da camisa e pelo cós da calça e me jogou dentro do jipe, ficando com uma arma apontada na direção da minha cabeça, enquanto outros reviraram a casa. Dois policiais ficaram amoitados perto da minha casa, durante a noite, a mando de fazendeiros. No caminho, eles queriam que eu desse conta do meu pai, e me esbofetaram, querendo a lista do Grupo dos Onze. Eu falava que não sabia.

Chegando à delegacia, onde hoje é o Corpo de Bombeiros, prenderam-me junto com um homem do mesmo partido, Sr. José Lopes. Fiquei três dias sem comida. Soltaram-me no terceiro dia, à tarde, para que eu pedisse a ele que se entregasse. Fui a alguns lugares em que eu desconfiava que ele estivesse, mas havia policiais me seguindo. Segui para minha casa. Quando deu mais ou menos meia-noite, chegou o Sr. Silas de Almeida Reis, crente da Igreja Presbiteriana, com uma pessoa que se dizia sargento do Exército, do Rio de Janeiro. Eles me colocaram em um carro e me levaram para um chapadão onde hoje é o aeroporto de Colatina. Eles estavam à procura do Grupo dos Onze, porque se houvesse algum membro da Igreja no grupo, ele seria excluído da Igreja para limpar o nome da Religião.

Durante uns dez anos eu tive que dar satisfação na delegacia de polícia se eu saísse da Cidade de Colatina, e, dentro da cidade, eu só podia ficar até às 9 h da noite.

O SR. PAULO PINHEIRO DE SOUZA [FILHO DE ENÉAS PINHEIRO]:

[...] A minha versão se resume em poucas palavras, até porque na década de 1964 eu era bastante criança e tenho pouca lembrança.

Lembro-me nessa época de 1964 algumas diferenças de comportamento daquela sociedade que me trouxe muitos malefícios físicos e psicológicos. Estudei no Grupo Escolar Raul Gilberto, em Colatina, e constantemente ficava sem a merenda escolar. Naquela época tinha duas feridas na perna, foi constatada crônica e incurável pelo Dr. Raimon de Oliveira Neto. Mais tarde as feridas foram curadas pelo poder divino, porque na medicina não havia recurso. Às vezes quando ficava de castigo na sala da diretora, ela, de propósito, batia com a régua em cima daquele horrível e doloroso machucado e a casca da pereba colava na mesma e o sangue escorria.

Outra coisa que doía muito, era a solidão em que vivia no meio das crianças, pois das mesmas recebiam ordens dos seus pais e professores para não brincarem conosco, pelo fato de sermos filhos de comunistas.

A nossa infância foi massacrada pelos maus-tratos, desprezo, ódio, humilhação e coisa semelhante. Precisei sair da escola no quinto ano do Primeiro Grau, para trabalhar numa construção civil com o meu irmão, este que acabou de falar. Isto é, quando ele estava em liberdade, porque ele ficava mais preso do que solto. [...]

O SR. LUIZ CARLOS FERNANDES RANGEL:

[...] Vou voltar um pouco para dizer da história do meu pai, Sr. Aristóteles Rodrigues Rangel, que viveu algum tempo no contestado do Espírito Santo, conhecido como Sargento Abelardo Rodrigues Rangel, clandestino. Meu pai ingressou nas fileiras do Exército em 1932, no Rio de Janeiro, no Terceiro RI, considerado hoje como Regimento Vermelho, que era Regimento de Infantaria. Meu pai era militante junto aos Srs. Agildo Barata, Luiz Carlos Prestes e outros companheiros da história que já passaram por este período no Brasil. Participou da Intentona Comunista, pela tomada do Palácio do Catete, do Rio de Janeiro e o regimento foi bombardeado pela Marinha naquele levante armado. [...]

Nos anos 60, 61 e 62 ingressou na baixada de Ipatinga, em Usiminas, e naquela época fez-se a manifestação, o chamado golpe, a revolução de 64, [...] que foi um golpe militar, não foi uma revolução. [...]

Meu pai teve que sair foragido porque fez uma coisa histórica na nossa família; além de ser comunista colocou o nome do filho mais velho de Lênin; o segundo,

Karl Marx; e eu, em homenagem ao Luiz Carlos Prestes. Ele era um camarada inteligente, porque queria preservar a história. [...]

E para que vejam como a história é tão científica, filosófica, em 1969, ingressei no Exército, numa época de repressão muito grande. Todos que tomavam “porrada” da ditadura, onde a pessoa entrava sã e saía toda quebrada... Morei no quartel um ano para dar cobertura a todos aqueles militantes que estavam presos em 1969, sob o comando de Gentil Marcondes Filho. O homem que colocou a bomba no Rio Centro, e um tal de major Paquete, que era o que batia no pessoal na sala de tortura. E eu era o soldado, dava guarda e levava informação para o Partido sobre o estado de saúde de todo o pessoal. E tínhamos preso um companheiro que era taquígrafo, levávamos o texto em taquigrafia, o mesmo lia e passava para os companheiros, depois comia o papel e engolia. [...]

Vim trazer esse depoimento porque acho o seguinte: não estou aqui para lutar para que a minha família receba algum direito, alguma coisa que venha a ter benefício para minha mãe ou para meus irmãos. Vim aqui para dizer o seguinte: essa história de meu pai não é diferente da história de todos aqueles que lutaram pela construção deste país. Não existe nada mais gratificante do que participar hoje como um membro ou como um representante ou trazer minha mãe para dar mais depoimentos, pois a mesma tem medo até hoje. Hoje tem setenta e cinco anos, mas tem medo, mas acho que temos muita história para contar, temos muitos momentos para refletir nesta Comissão, o quanto Lênin, meu irmão, sofreu, como também Marx e eu sofremos nesta história toda, principalmente quando o Marighella morreu. [...]

Não vou temer em dar continuidade a história de meu pai. O Lênin, meu irmão, tem medo de falar. O Marx também tem. As meninas também têm medo de falar. Mas eu e minha mãe temos que continuar dando esse depoimento, falar a verdade e levantar a história que está no livro *A revolta vermelha*, onde aparece o nome do meu pai como um dos articuladores do movimento. [...]

Sessão de 15/06/98

O SR. ANTÔNIO FLORES RODRIGUES [depoimento lido pela secretária da Assembléia Legislativa]:

No dia 9 de setembro de 1970, às 17h, estava doente, com pneumonia, acamado, quando, de repente, chegou uma kombi do Exército com seus elementos, comandado pelo sargento do Exército, armado com fuzil. O sargento perguntou o meu nome e me deu ordem de prisão. Ele disse que eu estava preso na Lei de Segurança Nacional. Chegaram revistando tudo dentro de casa, à procura de documentos do partido PCB.

Fiquei sob a mira dos policiais do Exército. Protestei, mas o sargento disse que eu não podia falar nada. Eles encontraram apenas livros comuns.

Depois me levaram para o 3º BC. Quando cheguei no quartel, me mandaram tirar a roupa. Fiquei pelado. Depois mandaram vestir a calça e não me deram o cinto, nem os documentos que me pertenciam. Levaram-me para uma sala onde havia muitas pessoas presas. Dei o primeiro depoimento junto com outros presos políticos.

Às 11h da noite, fui levado com os outros presos para a Marinha. Lá, todos os presos foram encostados no muro, de frente para os policiais da Marinha. Ficamos cerca de duas horas em pé, encostados no muro. Então eu protestei. Queria que a minha família soubesse onde eu estava preso. Falaram-me que a minha família não ia saber de nada.

Depois separaram os presos para cada cela e me levaram para uma sala. Fiquei sozinho, sem contato com os outros presos.

No período que fiquei preso na Marinha, os policiais disseram que eu tinha que comer, porque não iria agüentar o interrogatório, pois não tinha hora de terminar. Um sargento mal-encarado dizia: “Se você não comer, não vai agüentar o interrogatório. Você tem que comer, senão vou fazê-lo comer à força. Vou botar comida na sua boca. Você está muito magro”. Quase me deixaram louco na Marinha. Eles só abriam as duas portas quando traziam a comida, pela manhã, à tarde e à noite.

Passados seis dias, mandaram-me de volta para o 3º BC. Lá fiquei preso com os outros presos políticos. Naquele dia, às 18h, dei o primeiro depoimento

no 3º BC. Após o depoimento, me liberaram para que eu voltasse para casa, mas tendo que ir toda semana ao 3º BC dar depoimento com a ordem do sargento, que vinha na minha casa me intimar à terminação do inquérito. Fui liberado, aguardando o julgamento com outros presos. Estava com prisão preventiva, mas em liberdade.

Após passado esse período de tortura e humilhação, voltei a minha vida normal e comecei a minha atividade como músico profissional. Naquela época, estava exercendo a minha função de músico e tocava numa boate em São Sebastião. Certa noite, estava exercendo o meu trabalho de músico, quando chegaram dois policiais federais e me intimaram, dizendo que tinha de tirar uma carteira de músico (sendo que eu já tinha a minha), carteira da Ordem de Músico do Brasil.

Passadas três semanas, chegou um policial federal em minha casa para me intimar, falando que tinha de ir à Polícia Federal buscar minha carteira de músico. Chegando lá a situação era totalmente diferente. Mandaram-me para uma sala onde tinha um delegado e um escrivão. Queriam fazer um inquérito policial e saber se eu conhecia alguns companheiros. Mas disse que não sabia de nada e que só queria a minha carteira de músico para poder trabalhar. Depois de oito dias, um policial me disse: “Você tem um dom de músico que Deus te deu, mas [...] poderia ser um terrorista”. Protestei.

Sou um cidadão, músico brasileiro e só queria minha carteira de músico que estava presa.

Após dez dias de muita luta ainda fizeram várias sindicâncias para saber se eu tinha alguma atividade política. Depois de muito tempo liberaram minha carteira de músico e continuei a minha vida normal.

Espero que a Comissão de Direitos Políticos examine a humilhação que nós cidadãos brasileiros passamos sem merecer. [...]

O SR. ANTÔNIO BALLIANA:

[...] Os meus problemas ocorreram em Linhares, pois aos vinte e dois anos fiz um concurso para trabalhar no IBGE de lá. No município de Linhares passei dez anos. [...] Fiz amizades com muitas pessoas tais como José Augusto Azeredo, Arlindo Lemos, Humberto Calmon, Arildo Dórea, Guilherme Breder e Francisco Amorim. Nós nos reuníamos com um grupo de pessoas que tinham idéias avançadas. Eu era

o mais jovem, mas me passavam o livro e trocávamos idéia. Era aquela forma natural de introdução. Concordávamos plenamente com eles, pois eram pessoas em quem confiávamos e tinha facilidade de passar essas idéias novas aos jovens que eram meus amigos e me acompanhavam. Isso foi o que mais me complicou lá. [...]

Quando estava em Afonso Cláudio, recebi um telegrama chamando-me para depor em uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Ela se reunia ao lado do túmulo de Anchieta, no palácio do governo do nosso Estado. Havia muitos militares, mas também havia civis que pertenciam à Comissão. Uma das pessoas que ouviu meu depoimento foi o Dr. Frizzera, um advogado do Estado.

Ao depor falei o que sabia, pois não havia nada de ilegal nas minhas atividades. Alguns meses depois, voltei a ser chamado pela chefia para vir a Vitória. Aí a situação mudou, pois me mandaram para a 3ª CR, ali no Parque Moscoso onde havia uma denúncia e um processo instaurado. O oficial encarregado de me ouvir foi o tenente Rui Almeida. Fiquei três dias aqui em Vitória depondo e depois voltei para Afonso Cláudio. Em seguida me chamaram para depor novamente e, de lá para cá, não fui mais convocado para depor, parece que tudo morreu ali. Só ficou a marcação como funcionário: passei por sérias dificuldades dentro do serviço. Os chefes às vezes não concordavam com isso, mas tinham medo de mim, tinham medo até de me dar oportunidade. Fui o que se pode chamar de perseguido dentro da repartição. Suportei o mais que pude, porque sabia que a situação era difícil, mas tinha minha família, cinco filhas, por isso fui segurando a situação.

Em 1977, o IBGE se transformou em Fundação e oferecia oportunidade a todos os funcionários de deixarem de ser estatutários e passarem a ser celetistas. Mas eu não consegui passar. Me mandaram para os Correios, mas lá também não precisavam de funcionário, até que o chefe me imprensou e então tive que aceitar uma aposentadoria proporcional ao tempo de serviço, porque eu tinha estabilidade. Entrei para o serviço público através de concurso e meu grande prejuízo foi essa aposentadoria forçada. [...]

O SR. ANTÔNIO RIBEIRO GRANJA:

A minha vida sempre foi marcada por perseguição política. A primeira foi em 1930, quando ainda menor de idade. Alistei-me eleitor para votar no candidato de oposição que se chamava Getúlio Vargas. [...]

A segunda repressão que sofri foi em 1948, em Vitória, quando fui eleito vereador por Cariacica. Era funcionário da Vale do Rio Doce e aquela empresa não queria que, como mestre de oficina, como encarregado de oficina e técnico em função de vagões eu tivesse nenhuma participação nem no movimento sindical, nem no movimento político. Achava, como tenho sido um bom funcionário, que não tinha nada a ver a minha prestação de serviço, da melhor forma possível à empresa. Mas isso não me tirava o direito de seguir o caminho que quisesse politicamente. Era dirigente sindical, eleito vereador, a Vale do Rio Doce me dispensou, expulsou-me da empresa junto com quatrocentos e cinqüenta operários, no mesmo dia, sem ter o direito de sequer voltar ao pátio das oficinas de Itacibá. Foi a segunda repressão [...].

No Estado, por onde passava como vereador, voltava preso. Vou destacar três prisões: a primeira, em 1949, no Rio de Janeiro, fui para o Congresso da UNE, onde se discutia o problema da paz, a assinatura do apelo de Estocolmo, a fim de que não jogassem mais no planeta uma bomba de hidrogênio, como foi jogada em Hiroshima e Nagasaki, no Japão.

[...] todos fomos presos. Passei a Semana Santa preso na rua da Relação, onde sofri o primeiro espancamento. A outra prisão foi em Cachoeiro de Itapemirim [...]. Participei de uma greve na fábrica de cimento de Barbará e voltei preso, escoltado, incomunicável juntamente com outros presos. Fui recolhido num sábado à noite no zepelim, na chefatura de Polícia de Vitória, na Rua Graciano Neves, ficando no sábado e no domingo sem comida, porque só na segunda-feira teria expediente.

[...] Fiquei vinte e sete anos clandestino e como clandestino é que recebemos o período militar. Nos primeiros dias o meu nome fazia parte de seis IPMs, o meu nome constava em todos os processos de IPMs no Brasil. [...] Nos dois processos que foram julgados, recebi cinqüenta e seis anos de reclusão e quatro outros para serem decididos.

Estava condenado em dois processos e sendo procurado, só que não me encontravam, mas, quando chegou o dia 4 de julho de 1975, invadiram a minha casa às 4 h da manhã. [...] eu saí correndo e por isso eles não em pegaram, mas pegaram todos os outros que eram da direção do Partido no estado do Rio de Janeiro. Desses, uns morreram cegos, outros, defeituosos, devido à tortura. Segundo a lista deles, tinham que pegar o Granja para inteirar os doze. [...]

Todo aquele que se colocou, como eu, desde 1939, contra esse descalabro, é lógico, não pode deixar de ter outro caminho senão esse que eu tenho aí. Todos

vocês, os meus companheiros, de qualquer forma estão aposentados. Eu até hoje não tenho aposentadoria, não tenho nada na vida. Também, não estou dizendo isso para choramingar, arrependido. Não! Eu estou cumprindo o meu dever. Faço isso porque a minha concepção é esta. [...]

Para terminar o depoimento, eu queria acrescentar que, depois da anistia, em 1979, procurei me aposentar. Depois de anistiado, eu só tinha trinta anos de pagamento de INSS, sou fundador do Iapi. Dos trinta anos, eu só pude legalizar vinte e quatro anos, seis anos eu trabalhava no Frigorífico Anglo. Tenho a carteira, descontava, mas, quando invadiram a minha casa no dia 4 de julho levaram todos os documentos, inclusive a carteira profissional da Vale do Rio Doce. Isso tem dificultado a minha aposentadoria. Muito bem. Depois da anistia, requeri a minha aposentadoria, em 1979. Faz dezoito anos. Já concederam, já cancelaram. [...]

Não tenho aposentadoria. De todos os líderes sindicais anistiados deste país, o único que ainda não está aposentado é o Granja. Os companheiros da Petrobrás, da Estrada de Ferro Central do Brasil, foram todos aposentados e eu ainda estou roendo trilho. [...]

Sessão de 23/06/98

O SR. JÚLIO MOREIRA:

[...] Eu morava em Santa Cruz, nem sabia o que era comunismo, mas já tinha a “cabeça feita” por Antônio Ribeiro Venâncio, que era um comunista, um anarquista que existia em Itaguaçu, deixando lá plantada uma semente. [...]

Em 64 tínhamos uma célula do Partido em São Torquato. Éramos eu e os Srs. Mozart Matos, que já morreu; Avis de Oliveira Santos e Emílio Agostine, esse companheiro que morreu em Vila Velha. Aquela nossa célula funcionou naquele tempo que permitiram.

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VEREZA:

No dia do golpe, de 31 para 1º de abril, como foi a reação dos senhores?

O SR. JÚLIO MOREIRA:

Ficamos quase doidos por causa da onda, pois inventaram muitas mentiras e perseguições. Sofremos muitas provocações por parte do povo. Quando o Dops foi fazer a prisão dos comunistas, teve um fato interessante: tinha um senhor, dono de um bar, chamado Julião Valadares, que era da UDN, partido contrário ao nosso. Mas, quando a polícia chegou naquela localidade, procurando por um tal de Júlio, um agitador comunista, então, o Sr. Julião quebrou o meu galho dizendo: “O Júlio que eu conheci está preso, porque um sujeito deu um tapa na cara dele – era um senhor que tinha um restaurante em São Torquato – e matou o sujeito. O Júlio que eu sei está preso”. Então o pessoal disse: “Mataram, aquele desgraçado, estamos livre dele”. Com isso, não sofri nada, tive uma sorte medonha.

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VEREZA:

O senhor chegou a participar daquela passeata que houve no Centro da Cidade, no dia do golpe?

O SR. JÚLIO MOREIRA:

Particpei de tudo, de muitas coisas já esqueci, mas participei de tudo, nunca fiquei atrás do toco, sempre botei a cara na reta. [...]

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VEREZA:

O Sr. foi preso alguma vez?

O SR. JÚLIO MOREIRA:

Não. Sofri provocações, ameaças, mas não fui preso. [...]

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VEREZA:

O senhor se lembra de mais algum fato para nos contar?

O SR. JÚLIO MOREIRA:

No momento não. Eu tenho muita coisa na cabeça, mas falha. O meu “computador” já está muito velho.

O SR. CLEMENTINO DALMÁCIO:

O primeiro número da *Folha Capixaba* foi no dia 1º maio de 1945. Foi fechada pela revolução de 1º de abril. Eles me convocaram ao 3º BC para dizer: “A *Folha Capixaba* pára aqui, porque íamos numa direção, agora vamos para outra”. Funcionou dezenove anos. Foi fundada pelo jornalista João Calazans, Dr. Érico Neves e Dr. Aldemar Neves. Tinha tudo em contrato. Compraram uma tipografia do Coelho e começaram a fazer o jornalzinho no dedo, mas dizendo que o jornal era do Partido Comunista. Eles queriam apoiar o brigadeiro Eduardo Gomes e o partido da classe operária, o velho PCB, o partidão, estava apoiando o candidato Iedo Fiúsa. Num comício que fizemos - um comício do jornal para dar o nome do nosso candidato - eles deram o nome do candidato deles e isso deu uma confusão. Eles caíram fora e deixaram o jornal na nossa mão. Então o jornal passou a ser uma espécie de advogado da classe operária, do povo.

Então, foi criado um problema. Como não tinha dinheiro para pagar aos jornalistas, colocaram os dirigentes do partido para serem tesoureiro, diretor. O Merelim era como eu, operário, bombeiro hidráulico e eu, motorista, estivador. Então nos colocaram como diretores e não ganhávamos nada. E, ainda, qualquer coisa que precisávamos, tínhamos de pagar. Trabalhávamos e não tínhamos condição de fechar o jornal, porque os camponeses vinham da roça e diziam

que a *Folha Capixaba* era o único advogado dos pobres. Então, criou um problema para o Partido, porque ele teve de continuar com o jornal, até que foi fechado por eles. Por nós, ainda estaria funcionando.

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VEREZA:

Mais tarde surgiu um outro jornal que também era a voz das lutas, no final do período da ditadura, que foi o jornal Posição. Era um jornal alternativo e já nessa época eu estava militando no movimento popular.

O SR. CLEMENTINO DALMÁCIO:

O Partido não tinha nada com esse jornal. O pessoal comprava, lia, mas nós não podíamos escrever. Só podíamos comprar e ler.

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VEREZA:

Exatamente. Mas o jornal Posição marcou época aqui, no Estado, no período da luta pela democratização do país, isso em 76 a 79, por aí. [...]

O SR. JORGE WILSON PEREIRA:

[...] De reflexo, minha vida política começou precocemente. Primeiramente vendo as diferenças existentes entre a minha família e o meio em que vivíamos, em Barra de São Francisco, nos idos de 1956 a 1957. Fera-me muito verificar que a grande gama dos meus companheiros de pé no chão, de banho de rio etc. não tinha como me acompanhar no raciocínio da própria escolaridade, nos bancos do Grupo Escolar Governador Lindemberg, e, principalmente, no conhecimento de fatos. [...]

Eu e uma meia dúzia de garotos quebrávamos janelas da escola, xingávamos e não sofriamos por parte da diretora e dos professores nenhuma consequência. Mas aos colegas que não possuíam condição econômica eram aplicados castigados horrorosos, como ficar ajoelhado no milho e levar palmatória – e eu não aceitava essa situação. Por isso meu pai e minha mãe me mandaram para o Seminário Seráfico São Francisco de Assis, em Santa Teresa, do qual, depois de seis meses de penúria, fugi, em uma madrugada, e fui parar em Colatina, à pé. Foi o primeiro protesto maior que me lembro, com quatorze anos. [...]

[...] resolveram me mandar para o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, para fazer admissão ao ginásio. [...] E foi no Colégio Pedro II, ao lado, praticamente, de duas grandes forças antagônicas, o Itamaraty, Ministério do Exército e a Central do Brasil, foi onde comecei exatamente a minha vida política no Rio de Janeiro.

Já não queria mais estudar no Colégio Pedro II porque a repressão era muito forte. Fui então para uma escola em Botafogo, que me facilitava muito porque o grêmio era organizado e dessa organização de grêmio passei para a UBES - União Brasileira de Estudantes, na Praia do Flamengo, 153, e comecei a ir no movimento estudantil no Rio de Janeiro, diferenciado de tudo no Espírito Santo. Eu era uma incógnita aqui.

Começamos a desenvolver lutas de rua, de pichações, de produtos vendidos na rua para fazer emulação partidária. E, por intermédio de Astrogildo Pereira, fundador do Partido Comunista Brasileiro, fui apresentado, um belo dia, a Luis Carlos Prestes, na rua Alcino Guanabara. E pela primeira vez um acéfalo de rua teve o privilégio de ir ao comitê central do Partido Comunista. Diante dos figurões nacionais, parecia mais um garoto assustado de ouvir o que se falava e o que se deixava de falar.

Mas aquilo me encantou a alma. Dali partimos para uma série de lutas, a questão da marmita que estava sendo cobrada muito cara no Calabouço... Aos quinze anos e meio tive a minha primeira prisão [...]. Nisso a minha família descobre esse tipo de coisa, de envolvimento político, e me traz de volta ao Espírito Santo, quase a toque de caixa.

Chegando em Barra de São Francisco, passei a estudar, fazendo novamente um curso no Ginásio de 1º e 2º Graus Independência, do ex-deputado Luiz Batista, onde a palavra de ordem grêmio era proibida até na sala de reuniões dos professores. [...] convenci o Sr. Luiz Batista a nos deixar criar o Grêmio Litero-Esportivo Ginásio Independência, tendo como coordenador o Professor Elias Bello e Gessuí Alves da Silva Bittencourt .

[...] Quando viemos presos – nós porque vieram mais pessoas no mesmo carro – para o 38º BI, um policial federal chamado Antônio Gordo resolveu fazer tiro ao alvo na minha cabeça. Ali na ponte, antes de chegar em Cavalinhos, há um barranco grande à esquerda, em cima da minha cabeça e de Armando Aguiar davam tiros de metralhadora. E num comentário dele com outro policial federal que chamou sua atenção violentamente pelo que ele estava fazendo conosco, ele respondeu: “Estou a serviço do Joaquim Alves de Souza, que era o

prefeito de Barra de São Francisco. Ele está me pagando por fora porque esses caras são um calo no sapato dele. É uma outra história isso aí”. O outro respondeu: “Já basta aquilo que fizeram com o Enéas lá em Aimorés, você estava próximo”. Ele respondeu: “Ele morreu foi afogado, jogamo-lo dentro do rio Doce. Se ele escapou, ele tem fôlego de dez gatos, porque durante vinte minutos vimos ele no fundo do rio”.

Estou aqui passando uma notícia que ouvi, não posso afirmar nada, isso pode ter sido uma pressão para que nos desesperássemos e falássemos alguma coisa. Mas sei dar nomes aos bois. Além do João, sei o nome de todos os policiais federais que nos trouxeram em todas as instâncias para Vitória, o nome dos policiais estaduais do Dops a mando do Sr. José Dias Lopes, a mando de Cristiano Dias Lopes, principalmente no meu caso, que é muito séria a situação, que é uma outra parte do depoimento.

Mas quero registrar a participação do companheiro Enéas na formação de bases do Partido, na orientação ao Comitê Municipal. Foi de primeira ordem, de primeira linha e foi substancial. Chegamos a ter dezesseis núcleos do Partido Comunista em Barra de São Francisco. Era, talvez, o maior número de membros do Partido Comunista no Estado, organizadamente, em Barra de São Francisco. [...]

Fui o primeiro brasileiro, de um grupo de todo o comitê central, nacional, estadual do Espírito Santo, a receber a anistia jurídica pela 2ª Auditoria Militar do Rio de Janeiro, tendo como advogado Antônio Modesto da Silveira, pago pela minha família. Meu amigo, mas pago pela minha família. E o escrivão era o José Fogaça. Tem aqui o documento, se o companheiro quisesse fazer uso do mesmo para a juntada... Tenho aqui vários documentos de alta valia. Este documento foi que anistiou juridicamente todos os envolvidos do Partido Comunista do Espírito Santo nesse inquérito último, violento, que nos levou todos à prisão, etc. [...]

Sessão de 30/06/98

O SR. CLEMENTINO SANTIAGO:

[...] Foram quatro vezes à minha casa procurar arma, munição e material subversivo e não encontraram nada. Mas encontraram revistas, livros, inclusive pegaram muitos livros meus e até uma coleção da revista *Veja* que tinha o retrato de Marighella numa capa duma reportagem, e carregaram as revistas todas. Carregaram também um livro que tinha a biografia de Leonardo da Vinci, que morreu há trezentos anos. Então, se eles estavam procurando material subversivo, acho que roubaram aquela biografia, porque era um livro de muito valor; não tinha nada de subversivo num livro de Leonardo da Vinci.

No 3º BC, na última vez que estive preso lá, num sábado, um sargento queria trabalhar comigo o dia todo; pegaram-me, porque eu estava preso na Marinha, levaram-me para o 3º BC e, quando ele começou a me fazer perguntas, eu disse a ele que tomasse cuidado com as perguntas que ele estava me fazendo, porque eu não tinha nem o curso primário – eu perdi meu pai com quatro anos e não pude nem terminar o curso primário, não tenho estudo nenhum, eu sei é trabalhar, sou motorista, estivador, eletrotécnico, mas não sabia responder àqueles perguntas difíceis que ele estava me fazendo. Ele disse para o sargento apanhar dois sacos que estavam lá (um vermelho, com cadeado, continha meus livros) e me perguntou: “Como uma pessoa que não tem nem o curso primário tem tantos livros?” Eu disse a ele que o Brasil teve um período de ditadura, mas teve um outro de democracia. Então, esses livros eram traduzidos, imprimidos e vendidos na minha oficina de eletricidade. Chegavam pessoas desempregadas vendendo livros. Há livros que estão fechados. Não li nem dez por cento daqueles livros. Eu trabalhava muito e não tinha tempo de ler. Infelizmente não li todos. Até deixaram alguns, mas carregaram muita coisa boa.

O que eu queira falar é que esse oficial do 3º BC foi à minha oficina para me intimar para eu comparecer lá. Compareci na hora marcada e ele me fez várias perguntas, inclusive por que eu havia mandado uma filha estudar na URSS. Eu contei a ele a história da Universidade Patrício Lumumba, principalmente os países da África e da Ásia e até os da América reclamaram na ONU que, quando eles conseguiram a independência do imperialismo, depois da Grande Guerra,

carregaram os médicos, os engenheiros e os contabilistas e deixaram aquele povo atrasado, que não sabia nada, para governar o país. Então, eles pediram que a ONU arranjasse uma escola para ensinar às pessoas dos países do Terceiro Mundo. Como ninguém se mexeu, a URSS fundou a Escola Patrício Lubumba, em homenagem ao líder que eles mataram, colocaram dentro de um bloco de cimento, jogaram em um canto, que depois foi achado. Eu perguntei: “E se você tivesse uma filha que ganhasse uma bolsa de estudo com passagem de avião de ida e volta para estudar cinco anos, recebendo um ordenado, com apartamento mobiliado, com médico, remédio tudo?...” Isso vale milhões, conversei com algumas pessoas ricas, que me disseram que um prêmio desses vale milhões. [...] A Universidade da Amizade com os Povos dizia que se poderia estudar lá, conservando o amor pelo seu país, as suas crenças e ideologias, e quando saísse de lá, levaria um título de curso superior para ajudar o seu povo subdesenvolvido, com a certeza de que eles eram um povo que lutava pela paz e pelo desenvolvimento da ciência e da cultura em todo o mundo. Foi esse o discurso do reitor na abertura da Universidade... [...] eu disse tanto ao Oficial do 3º BC, quanto nas outras vezes em que fui preso. [...]

O SR. JORGE WILSON PEREIRA:

Mais uma vez é um prazer estar aqui colaborando com essa Comissão e colaborando para que a história de tantas lutas não fique perdida depois da passagem de tantos companheiros. É um prazer o reencontro de velhos companheiros do meu partido. Estou tendo o prazer de revê-los nesta Comissão depois de muitos e muitos anos. Nosso decano Clementino, queria não te presentear mas ao nosso partido. Tenho cópia comigo do documento pelo qual fomos isentos judicialmente na 3ª Auditoria Militar no Rio de Janeiro e vou passar a esta Comissão. Aquele velho inquérito. Consegui com o nosso advogado, Sr. Antônio Modesto da Silveira, no Rio de Janeiro, a certidão da nossa sentença negativa, que depois juntarei aos documentos da Comissão, para que tudo fique patenteadado. No meu primeiro depoimento :fiz uma pequena demonstração da atuação do Partido Comunista Brasileiro [...] em Barra de São Francisco, principalmente, sou fruto da terra, em Ecoporanga, em Cotaxé, as lutas de Colatina com o companheiro Enéas, que nos apoiava. [...] No meu depoimento,

disse que quando José Cipriano fora algemado um dia inteiro num poste em Barra de São Francisco, primo de Perly Cipriano, disse que o Perly como político na nossa época não teve as atuações políticas no nosso município, teve extra-município [...] Como esse Antônio Gordo, que demos o nome de Pedro Gordo, que estava acompanhado do Frigério e do Sr. Domingos, se não estamos enganado, da Polícia Federal. Esses dois cidadãos não prestaremos as homenagens do que eles faziam, mas foram altamente coerentes como policiais e não aceitaram fazer o que o Antônio Gordo queria fazer conosco e outros companheiros, que era encostar-nos no paredão naquela ponte de quem vai de Colatina para Cavalinhos. Colocou-nos ali e cobriu-nos de tiros de metralhadora. Ele disse que fomos uma das poucas pessoas do Partido que tivemos com o Enéas antes do seu desaparecimento.

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VEREZA: Perguntamos ao filho de Enéas. No seu depoimento, disse que encontrou com o seu pai em Belo Horizonte. Você se lembra em que época? Para ver se era o mesmo.

O SR. JORGE WILSON PEREIRA: Mais ou menos em 1966. [...] sobre o Enéas, lembramo-nos de que éramos encarregado de arrumar local quando o Enéas vinha para cá, ou quando ia para Belo Horizonte. Quando ele vinha para cá, arrumávamos para ele uma pensão, às vezes, ele ficava na casa do Carlito, na rua Graciano Neves. Foi mais ou menos nessa data que ele andava por aqui. Em Belo Horizonte, ele fazia contato, comprava material. Foi nessa época, de 1965 a 1966. [...]

Quanto à questão pessoal, todos aqui sabem que os companheiros da “velha guarda” e outros que não são do Partido, sabem que fomos vítima de uma das maiores perseguições, não só pela figura da instituição do Dops e o SCGI, das Forças Armadas, mas principalmente na cassação drástica dos nossos direitos como Tabelião de 1º Ofício, Oficial de Registro Geral de Imóveis, Títulos e Documentos e Protestos de Títulos da Comarca de Barra de São Francisco. [...]

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VEREZA: [...] Realmente não tivemos essa experiência que vocês tiveram: essa militância e esse compromisso, naquele período. Eu, por exemplo, fiquei na cadeira de rodas no ano de 1965. Passei um ano fazendo tratamento no Rio de Janeiro, antes de uma cirurgia na coluna, o ano de 1965 todo. Tive que me retirar de Vitória naquele período e voltei de lá para morar aqui. Passei longos anos me recuperando dessa fase, portanto, perdi o momento mais rico da militância dos meus companheiros, de colegas de escola. Não tive militância estudantil e só comecei algum tipo de militância no

Movimento Comunitário do Bairro Aribiri, muito simples, sem envolvimento partidário ideológico. Só comecei a adquirir uma consciência política depois, no âmbito da Igreja e no âmbito da militância de movimento popular. Agora, não sou tão garoto. Na verdade, esse período que fiquei em casa, me recuperando da cirurgia, foi um período de anistia, de idade que eu tive. Tenho 48, quase 49 anos, sou da época de vocês mesmo. Só que esse lapso na minha vida pessoal me fez afastar da militância estudantil que redundava depois em militância partidária ideológica. [...]

Sessão de 05/08/98

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VEREZA:

[...] Iniciamos estes trabalhos no primeiro semestre e tivemos uma interrupção no período do recesso parlamentar da Assembléia Legislativa. Antes desse período tivemos a satisfação de ver aprovado nesta Casa o projeto de lei que visa à reparação de pessoas que sofreram danos físicos, psicológicos e profissionais causados por motivos políticos, reconhecendo a responsabilidade do Estado do Espírito Santo sobre esses atos. Lamentavelmente, exatamente no dia de hoje, em que reabrimos os trabalhos desta Comissão, tivemos em mãos a mensagem de nº 219/98, do Sr. governador do Estado, datado de 31/07/98, comunicando que vetou o projeto de lei. Antes de conceder a palavra aos convidados, pediria licença para ler o seu texto.

[O orador lê a mensagem governamental]

Lamentavelmente, temos que ler uma mensagem como esta, nesta tarde, e vamos desde já convocar todos para um trabalho de convencimento dos senhores deputados, no sentido de derrubar esse veto e então a Assembléia promulgaria a lei, já que é assim o processo.

Esperamos que os senhores deputados se sensibilizem por essa causa e possam derrubar esse veto, que consideramos absurdo, porque se o governo federal teve uma participação decisiva e fundamental no golpe, no processo de repressão, os estados foram coniventes, participaram ativamente do processo, colocando o seu aparato policial estadual à disposição do governo federal para todos os atos repressivos que aconteceram.

Então, não achamos que esse argumento do Sr. governador tem cabimento, como também não achamos que a crise financeira seja argumento para não reparar um dano causado pelo próprio Estado. Se há uma crise financeira, o Estado há de buscar recurso para cumprir com suas responsabilidades, como está buscando agora para colocar em dia o salário dos funcionários.

Então, informo a vocês que recebemos esse veto, que passará a tramitar nesta Casa, receberá um parecer da Comissão de Justiça e, em seguida, virá para

a cabeça da pauta das sessões ordinárias, que não poderá votar nenhum outro projeto antes de votar o veto. Os vetos sobrestam todo o resto de matéria que vierem a ser colocadas na ordem do dia das sessões.

A SRA. LAURA MARIA CAMPOS DA SILVA:

[...] Em outubro do ano de 1969, conheci João Amorim Coutinho, com quem fui morar, e, em março do ano de 1970, nos casamos. No mês de março de 1971, embora não fosse militante e soubesse da participação do meu companheiro como militante da “Ala Vermelha” do PC do B, as reuniões do Partido aconteciam na minha casa. [...]

Em março de 1971 fomos presos em Vila Batista, pelo 3º BC. Permanecemos naquele presídio por uma semana. Era estudante de odontologia e na minha classe havia três colegas que eram do Exército. Se não me engano, chamavam de CPO. Aqueles estudantes de odontologia participavam daquele órgão do Exército e acredito que pela influência e pela colocação deles em relação à minha gravidez de dois meses e meio, não recebi nenhuma tortura, a não ser psicológica e alimentar. Durante as três semanas que ficamos no 3º BC, recebíamos só uma alimentação diária e a comida era insuportável. Nos mandavam banana nanica verde, faziam isso para nos aviltar.

Sentíamos a tortura de ver um companheiro ser retirado da cela a qualquer hora do dia e chegar todo machucado de tortura. O companheiro João Amorim foi torturado durante quatro dias no 3º BC. Como as pessoas que “entregaram” a regional do Estado do Espírito Santo estavam em São Paulo, fomos presos e levados para aquele Estado. Quando chegamos ao 3º BC já encontramos o então economista Antônio de Caldas Brito, Jair Storch, Aristides, Netinho, Paulo (que já prestou depoimento nesta Comissão). Ao todos éramos em nove pessoas. [...]

A Operação Bandeirantes ([Oban) era uma organização paramilitar, uma casa que foi transformada em um órgão de tortura. Lá fui levada para um quarto, que não era uma cela, onde encontrei alguns companheiros presos, alguns conhecidos. [...] À meia-noite do dia que cheguei lá, fui chamada na cela. Lá fui para a sala de tortura, onde encontrei o companheiro Amorim sem roupa, já numa cadeira galvanizada que era chamada “cadeira do dragão”, sendo torturado.

Naquela noite, eles não me torturaram. Ameaçaram torturar-me para que o Amorim delatasse os companheiros. Por diversas vezes, ameaçaram que iriam me torturar para que ele entregasse os companheiros. Ele não aceitou essa negociação, como não aceitou a barganha aqui no 3º BC, onde lhe foi prometido, caso entregasse o Netinho, que nos liberariam no referido local.

No segundo dia da Operação Bandeirantes, pegaram-me à noite, colocaram-me jornal na boca para inibir o grito. Comecei a receber palmatória, colocaram-me em um pau de arara, onde só agüentei cinco minutos. Maior que a tortura física, foi a tortura interior, a tortura moral, porque o que mais incomodava aos torturadores era a moral dos presos políticos. Eu era magra, era pequena e faziam a seguinte chacota: “Qual de vocês vai ‘comer’ a magrela hoje? Quem vai ficar com a magrela hoje?” Isso tudo na presença do meu companheiro. Colocaram como se fosse um clip no bico do peito. Davam-me uma manivela, para eu poder dar o choque elétrico no Amorim, querendo que eu mesma fizesse a tortura.

Aproximadamente às duas horas da madrugada (a cela onde eu ficava era no andar de baixo), desci engatinhando, porque não conseguia andar. Os torturadores iam atrás de mim [...] perguntando se eu queria um revólver para me suicidar e acrescentando: “Vocês não vão sair vivos daqui, mesmo.” Era uma tortura moral e psicológica.

Chegamos ajudada pelas companheiras. É importante registrar o grau de solidariedade que encontrávamos dentro das celas dos companheiros. Sentia muitas dores no abdômen e na vagina porque tomamos choque na vagina também. Na cela não tinha banheiro, era um quarto improvisado. Os policiais abriam um quarto para que fôssemos ao banheiro. Ao urinar, senti uma dor muito grande e senti que estava descendo alguma coisa. Ao colocar a mão, vi que era o meu neném, era o feto que tinha se desprendido. Estava comigo na cela a Sra. Guiomar (nome de guerra da Joana Sagrillo), professora universitária de Belo Horizonte, da Ala Vermelha do PC do B. Ela me sugeriu pegar o feto e jogar na cara dos torturadores. Eu falei: “Não, Joana; nem depois de morto eu não quero que meu filho caia nas mãos desses torturadores”. Coloquei o feto no vaso e tentei dar descarga, mas, como o volume era grande, ficou preso no vaso. Até hoje isso cria em mim inibições: não fico no banheiro com as portas fechadas e sempre chamo uma filha para ficar comigo porque tenho bloqueios. Durante muito tempo, falar sobre esse assunto foi um tabu para mim.

Em seguida fui chamada novamente para depor, depois da perda do neném. Não tinha absorvente higiênico na cela. As companheiras solicitaram. Usávamos

jornal dobrado para proteger o sangramento. Pedi que fosse ouvida. Ao ser ouvida, entrei numa série de contradições intencionais com o depoimento que havia prestado na noite anterior. Contradições intencionais para que mandassem chamar meu companheiro para acareação.

Quando chamaram o Amorim para que fosse feita a acareação, falei com ele que eu tinha perdido o neném. Ele ficou ensandecido, bateu com a cabeça nas paredes da sala de tortura e gritava: “O herdeiro já era, o herdeiro já era.” Os companheiros que estavam na cela, ao ouvirem aquilo, começaram a bater nas grades, estalaram os dedos para poder chamar a atenção e todos ficaram sabendo do meu aborto.

Voltei para a cela e não tive qualquer assistência. Depois de quinze dias na Operação Bandeirantes, comecei a sentir calafrios e febre alta, sintomas claros de uma infecção generalizada. De lá, fui levada para o Hospital Militar, onde fiquei três dias tomando antibiótico. Fui submetida a uma curetagem, uma vez que ficaram restos de placenta do aborto e, talvez pelo uso do jornal, tive uma infecção. Na Operação Bandeirantes, vimos pessoas morrerem. Éramos chamadas para limpar a sala de tortura porque as pessoas, ao serem torturadas, evacuavam e urinavam e éramos obrigadas a limpar. Eles diziam: “Isso foi de fulano, de beltrano e de sicrano” .

Tivemos a oportunidade de ver a Cleusa, companheira do Paulo de Passos Venceslau, militante da ala que depois foi para o PT [...]. Ela foi torturada durante oito horas, inclusive com aplicação de injeção de éter no pé, que acabou apodrecendo e teve que fazer um enxerto, para que ela desse o endereço da sua casa, pois eles queriam o Paulinho. E sempre que ela era torturada, ela dizia que ouvia uma voz que parecia com a do Paulinho.

Havia um acordo de segurança entre nós, de que, se morássemos com algum companheiro, teríamos um horário para chegar à casa; se o horário fosse às vinte horas e se fôssemos presos antes disso, não falaríamos o endereço até as vinte e duas horas, pois se o meu horário de chegar era as vinte horas e até as vinte e duas horas eu não houvesse chegado, o companheiro teria que sair de casa, porque algo teria acontecido comigo. [...]

A Sra. Cleusa, às 22 h, entregou o endereço da casa dela e, nesse momento, o torturador disse que já possuía o seu endereço, desde a hora em que ela havia sido presa, pois dentro da sua bolsa havia uma conta de luz com o endereço da casa dela e disse que o marido dela também estava preso. Levaram-na à sala de tortura e ela percebeu que os barulhos que ouvia, a voz que supunha

ser a do Sr. Paulo, era mesmo a dele; e ele estava em condições horríveis de tão torturado.

Depois da Oban fomos para a fase jurídica do processo. A Operação Bandeirantes é uma organização paramilitar e não nos foi dado nem o atestado de carceragem, pois essa organização não existia legalmente. [...]

Toda a nossa vida profissional foi prejudicada. Fiz um concurso no Sesc, passei, mas não consegui assumir, porque o diretor da casa, Carlos Alberto Conde Santos, meu colega de profissão, filho do então presidente desta Casa de Leis, o ex-deputado Alcino Santos, disse que, enquanto ele fosse chefe daquela divisão de odontologia, comunista não entraria.

Minha filha Iluska Coutinho [...] era cobrada constantemente: “É doida igual à mãe”. O carma de ser filho de um ex-presos político é muito pesado, assim como ser marido. Até hoje vemos constantemente os filhos e o meu companheiro, o Trevisan, ser vitimado pelos simples fato de estar partilhando dessa ideologia, em defesa da dignidade, da decência e da democracia.

Embora não concordemos com o ressarcimento dessa nossa atividade, porque sabíamos das penas que nos impunham, não podemos deixar de registrar a brilhante oportunidade de fazermos esse desabafo. Mesmo que com esse veto do governador Vitor Buain, empanando o brilho do projeto de sua autoria, deputado Claudio Vereza, temos que levar em consideração esse importante momento de estarmos podendo lavar a alma e dizer aquilo por que passamos naquele período. [...]

O SR. GILDO RODRIGUES LOYOLA [depoimento lido por LUIZ TREVISAN]:

Começamos a participar da vida política estudantil nos grêmios das escolas secundaristas, onde pudemos observar as deficiências do sistema educacional. Começamos a lutar para tentar chamar atenção dos nossos dirigentes, quando de repente fomos surpreendidos pela tomada do poder pelos militares. Vimos logo no amanhecer do dia 31 de março de 1964, bem próximo ao Cine Glória, indo em direção à Praça Oito, o companheiro Rubens Gomes dirigindo uma kombi com alto-falantes conclamando o povo a lutar pelos seus direitos, não permitindo a instalação do governo militar. Andou pouco com seu veículo. Foi logo preso. Começava o tormento. As sedes dos grêmios estudantis eram vigiadas

por integrantes da polícia reservada da Polícia Militar, pelos chamados polícia secreta, que se infiltravam, passando as informações e cadastrando os estudantes que direta ou indiretamente não eram simpáticos ao regime militar. [...]

Na ocasião foi necessário que a Umes (União Municipal de Estudantes Secundaristas), do qual era vice-presidente, se unisse ao DCE (Diretório Central dos Estudantes) da Ufes [...] para colaborar e denunciar o regime autoritário regido pelos militares. Nessa seqüência, optei e aceitei o convite de entrar no Partido Comunista [...].

Como o movimento em Vitória estava ficando bem forte, fomos surpreendidos por agentes secretos da Polícia Militar, que passaram informações à Polícia Federal sobre a nossa atividade, pois em nosso meio, depois de algum tempo, conseguimos identificar o policial secreto de nome Eustáquio Salatiel, que se infiltrou em nosso meio, dando todos os nossos movimentos, inclusive sendo preso juntamente com os companheiros na residência de Aristides [...], começava ali o nosso tormento. Durante o interrogatório na Polícia Federal, eles queriam saber de tudo, guerrilhas, coquetel molotov, armas, nomes de companheiros, etc., através de métodos bárbaros, como agulhadas na unha, choque elétrico, batidas com coronhas nas pontas dos dedos. Era difícil identificar os policiais, estavam sempre de óculos escuros e bem disfarçados para não serem reconhecidos. [...] fomos levados para o 38º BI, para interrogatórios, humilhações, porrada de todos os tipos, para informar coisas que não sabíamos. Na Penitenciária da Glória, ficamos sem tomar banho por alguns dias, na cela 66 do 2º pavimento [...].

Passado alguns tempo, fomos retirados da penitenciária e encaminhados à Polícia Federal, para assinar os interrogatórios e nota de culpa. E sem poder caminhar fiquei algum tempo. [...] fui internado na Clínica de Repouso Santa Angélica, em Santo Antônio, onde passei por um bom tempo recuperando o meu estado psicológico, ficando até 19 de janeiro de 1970.

O julgamento aconteceu em 19 de outubro de 1970, na 1ª Auditoria de Aeronáutica, no Rio de Janeiro, mas antes tínhamos que assinar um livro de presença no 38º BI, de três em três dias, depois passou para uma semana, quinze em quinze dias e, depois, fomos desobrigados de tal missão. [...].

No desenrolar desses episódios vimos e presenciamos a tristeza do companheiro Paulo Bigode, em passar na prova de acesso à CVRD e, por questão de segurança da empresa, não assumir a função. Vimos o companheiro Aristides sofrer humilhações dos órgãos policiais, Laurinha Coutinho abortar na cadeia,

a Jussara Martins ficar com o ouvido danificado, o companheiro Netinho Feitosa não conseguir colocação nas empresas e ser ajudado pelos amigos a sustentar sua família, o José Carlos Rizk ser ameaçado na Polícia Federal pelo procurador da República, um tal de Geraldinho, que iria prejudicar o companheiro, fato que aconteceu na Ufes, quando o companheiro Rizk não conseguiu a colocação desejada.

Sr. presidente, por estes assuntos aqui revelados é que agradecemos a oportunidade em narrar as nossas histórias para nossa História. As feridas deixadas em nossos irmãos, companheiros, ainda estão abertas à espera de justiça.

Sessão de 19/08/98

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VEREZA:

[...] Informamos aos presentes que o projeto de lei foi vetado solenemente pelo governador do Estado [...].

Só podemos interpretar a atitude do Sr. governador como uma atitude de retaliação e de completo desserviço à história política da esquerda no Estado do Espírito Santo. Sua Excelência, que foi um dos militantes de esquerda naquele período, inclusive preso pela ditadura militar e por órgãos do Estado, renega o seu passado ao adotar essa postura completamente contrária ao que vinha traçando e que tinha anunciado através da imprensa. O Sr. governador Vítor Buaiz anunciou através do jornal *A Gazeta* que iria sancionar o projeto de lei. Tempos depois, volta atrás, não honrando sua palavra e veta o projeto de lei aprovado por esta Casa. [...]

O SR. CARLITO OSÓRIO:

[...] Em primeiro lugar, quero me congratular com o Sr. deputado Claudio Vereza, porque Vossa Excelência assumiu de pronto uma iniciativa minha, do Aristides, do Dines Broseghini Braga e do José Rocha, pois fomos os que trouxemos, em primeira mão, essa iniciativa, que já estava pronta no estado do Paraná, [...] de reparar moral, financeira e politicamente os perseguidos do golpe de 1964, que resultou numa ditadura militar de longa duração.

O Sr. deputado Claudio Vereza merece de nossa parte a melhor consideração e nosso apreço porque abraçou junto com sua assessoria essa causa justa e nobre, que resgata a memória das lutas populares no Estado do Espírito Santo e tenta fazer justiça a esses perseguidos políticos.

De nossa parte o Sr. deputado Claudio Vereza já é um vitorioso pela sua iniciativa, pela sua tenacidade, pela sua experiência, pelo seu interesse e pela sua luta em favor da aprovação desse projeto de lei, que agora foi vetado pelo governador do Estado. Sua Excelência também foi um perseguido político, mas renegou a sua história.

Também nos congratulamos com esta Casa de Leis, através de todos os partidos aqui representados, porque, por unanimidade, [...] acolheu esta iniciativa sem olhar as siglas partidárias, ideológicas ou não. [...]

O SR. FRANCISCO FEITOSA NORBERTO:

Quero retificar parte do meu depoimento prestado a esta Comissão no dia 20 de maio de 1998, esclarecendo o seguinte:

- a) Nunca estive preso com qualquer pessoa da família Rizk;
- b) nunca conheci, na época, pessoa dessa família e nunca tive conhecimento de que alguma pessoa pertencente a ela tivesse sido presa por contrabando;
- c) que a referência feita em meu depoimento anterior se deve unicamente a um equívoco de minha parte, devido ao longo tempo que se passou desde a minha prisão.

Requeiro, portanto, a esta Comissão que esta retificação seja inserida em meu depoimento e qualquer cópia ou certidão do mesmo somente seja fornecida com o adendo que ora faço, ou com a supressão da referência feita à família em questão.

Sessão de 28/08/98

SRA. ZÉLIA STEIN [depoimento lido por CLAUDIO VEREZA]:

Zélia M. Stein, [...] sublinha que os fatos que deram origem às perseguições que sofreu se resumem à participação que teve nas reivindicações estudantis coletivas em prol da melhoria da qualidade do ensino no Brasil [...], manifestações estudantis que, durante 1968, ganharam as ruas de Vitória, como aliás e de forma coincidente estava ocorrendo em todo o mundo, e não apenas nas principais cidades brasileiras. [...]

[...] noiva do líder estudantil da Faculdade de Medicina, César Ronald Pereira Gomes, eleito presidente do Diretório Central de Estudantes, que [...] representou o Espírito Santo no XX Congresso da União Nacional de Estudantes, realizado em setembro de 1968 na localidade de Ibiúna (SP), onde foi preso junto com outros mil estudantes e permaneceu detido, com outros 22 líderes, entre eles Luis Travassos, Wladimir Palmeira, José Dirceu, até o dia 12 de dezembro de 1968.

As perseguições das quais foi vítima, no Brasil e no Uruguai, ocasionaram sérias e graves distorções e prejuízos em sua vida particular e profissional que, embora não possam ser expressos em toda sua magnitude e profundidade em uma instância como esta, sinteticamente se enunciam no seguinte relato, o qual – para maior clareza – passa a ser assumido e relatado na primeira pessoa do singular. [...]

Passei a ser buscada sistematicamente pela polícia que, não contente com o alarde de batidas e *blitzen* à minha procura (à minha.”caça”, pode-se dizer), colocava avisos em rádio e televisão do tipo “a população pode ficar tranqüila... a polícia tem pistas certas sobre o paradeiro da perigosa delinquente Zélia Stein, que, a qualquer momento, será presa ...” [...]

Preparava-me para sair do país e escapar, assim, de um verdadeiro cerco policial que, dia a dia, nos encurralava, mas me dilacerava no dilema prático e moral de levar ou não comigo a minha filha recém-nascida (e pôr em risco, além da minha, a sua vida) ou deixá-la, provisoriamente, no Brasil a cargo dos seus avós paternos. [...]

Em julho de 1969 [...] já me sabia sem alternativa. Se quisesse continuar com vida, tinha que sair do país, custasse o que custasse. [...]

Eu ainda não tinha 23 anos e, de repente, mais que de repente, me achava em situação de foragida, com uma filha de meses, da qual tinha que me separar... Me sentia sozinha, triste e injustiçada. [...]

No dia 3 de agosto de 1969, numa noite de chuva fina e neblina tão típica do inverno do Rio de Janeiro, entreguei minha filha à minha sogra. Em 13 de agosto, chegamos a Montevidéu.

No Uruguai [...] moravam centenas de brasileiros refugiados do golpe de 1964, entre os quais o próprio (ex) presidente João Goulart, o (ex) governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola, além de outros (ex) deputados, juizes, intelectuais, militares, operários, médicos, marinheiros, sargentos, estudantes, com ou sem suas famílias. Gente de todos os cantos do Brasil. [...]

Nessa época conheci, por um lado, a solidariedade dos estudantes uruguaios e latino-americanos, através dos quais pudemos aceder ao programa de bolsas de ajuda econômica para universitários perseguidos, que incluía – além de 90 a 100 dólares mensais – “bônus de alimentação” no restaurante estudantil, e o direito – para muitos de nós, fundamental – de continuar nossos estudos interrompidos.

Por outro lado, conheci a dureza do “exílio pobre”, num país em franca decadência econômica e retrocesso político.

No dia 31 de julho de 1970, nasceria, em Montevidéu, meu segundo filho com César Ronald. Quando me transportavam para o hospital para dar à luz Carlos Frederico, às cinco e pouco de uma geladíssima tarde, uma operação policial militar sem precedentes na história do Uruguai estava “fechando” todas as ruas de todos os bairros de Montevidéu, numa espécie de batida monstro, para encontrar o paradeiro de Dias Gomide, cônsul brasileiro no Uruguai, e do agente especial da CIA para operações secretas dos Estados Unidos na América Latina, Dan Mitrione, ambos seqüestrados horas antes pelos tupamaros.

Mitrione era uma espécie de “treinador de torturadores” e “ideólogo de táticas antiguerrilha urbana”. Respirava-se histeria naquela gelada tarde montevideana. Pressentíamos tempos piores. Por então, a grande maioria da nova leva de brasileiros refugiados aqui já se deslocara para o Chile ou Europa. De centenas, passamos a ser escassas duas ou três dúzias entre “velhos” e “novos” asilados. Éramos então apenas um punhado de brasileiros, muito mais facilmente observáveis que aquele montão de fins de 69. O que eu, porém, jamais poderia pressentir ou imaginar é que o meu “drama particular dentro da verdadeira tragédia histórica que viviam os nossos povos” ia-se acentuar de modo inelutável e cruel.

Carlos Frederico viveria apenas seis meses. Um “vírus desconhecido” [...] destruiu-lhe o sistema renal e a integridade das funções cerebrais. [...]

Eu me sentia, mais que nunca, sozinha, desesperada e desamparada. A relação com o César se deteriorava dia a dia. Não conseguia restabelecer nenhum contato com Vitória. Não tinha trabalho fixo e já tampouco teria possibilidades de continuar estudando. [...]

Eu já havia perdido, como disse antes, “pátria, família e propriedade” (simbólica esta última a não ser no que se refere à materialidade da minha biblioteca e à tangibilidade de uma carreira de profissional universitária e/ou escritora). Meu “prestígio social” em Vitória extinguiu-se entre murmúrios e boatos dando conta de que “foi assassinada ao tentar cruzar a fronteira”, “vista disfarçada, com a filha nos braços, cruzando em barca a baía da Guanabara”, “havia-se juntado aos guerrilheiros colombianos”, e outros maliciosos, porém eficazes, delírios saídos da imaginação quem sabe de quem ou onde, que minaram a saúde da minha envelhecida mãe. Perdera também minha identidade primária. Já não era Zélia Stein. Era como um fantasma de mim mesma. Nesse período terrível, idéias suicidas pareciam-me cada vez mais viáveis e desejáveis. [...]

Em janeiro de 1976, por um triz não me levaram de volta clandestinamente para o Brasil. Fui salva pela eficiente intervenção de familiares e amigos do meu novo marido, uruguaio, com quem iniciara uma relação em princípios de 1974. Em fevereiro de 1975, porém, fomos presos, os dois – o meu marido uruguaio, Daniel da Silveira Sánchez, e eu – e vivemos uma experiência de horror e tortura, não apenas pelo que nos fizeram pessoalmente, senão também pelo que assistimos de barbaridades e atrocidades naqueles escuros e clandestinos (porém nem tão clandestinos assim) porões da polícia política uruguaia.

[...] fomos liberados após uma eterna semana de torturas físicas e psicológicas inenarráveis, sob a orientação e direção de um tal “doutor Ribeiro”, que, em suas próprias palavras, representava o Dops (de tão trágica memória). Libertos, sim, e por fim. Porém essa “liberdade” nos possibilitava apenas uma escolha: sair do Uruguai. Teríamos que buscar outro país onde viver, que nos desse proteção legal e outros direitos mínimos e, preferentemente, o mais longe possível daqueles famigerados acordos (nem tão) secretos das forças repressivas do Brasil, Uruguai, Argentina, Paraguai, Chile, Bolívia e Peru, e que hoje – apesar de serem publicamente conhecidos – ainda constituem o escuro pano de fundo que ensombrece o esclarecimento de muitos crimes ainda impunes. [...]

O México, para fortuna nossa e de outras centenas de perseguidos, foi esse país que, coerentemente com a sua longa e destacada história de “nação aberta aos perseguidos políticos do mundo inteiro”, [...] não só nos oferecia proteção legal como possibilidades concretas de trabalho, de continuar estudando, e outras tantas facilidades para que nos pudéssemos instalar e viver com dignidade]. [...]

Terminei exilada no México, depois de conhecer o horror de duas passagens pelos cárceres uruguaios. E – observem que detalhe – fui a única exilada brasileira que, no México, foi advertida por um agente policial (*ex-ranger* no Vietnã), que, como medida de prevenção e segurança face à visita do presidente Geisel ao país asteca, “solicitou-me” não “sair de casa” enquanto durasse a estadia do mesmo no país. [...] Francamente, senhores, eu não saía do meu assombro. Por que tanta sanha comigo? Que fizera de tão terrível que não me deixavam em paz? Como e o que teria que fazer para desfazer tão grande nó de infâmias e desrespeito? [...]

O SR. HÉLIO GONÇALVES:

[...] Voltando ao assunto em pauta que é a anistia, sou velho conhecido como peregrino da anistia. Nos idos de 1992, para sair do anonimato, para deixar de ser esquecido, recorri a fórmulas “pixotescas” para chamar a atenção da opinião pública para o problema da anistia dos marinheiros. Marinheiros que deram início a todo esse movimento, não em 1964, mas em 1910, com a rebelião da Revolta da Chibata. [...]

Finalmente, queria dizer aos senhores também que os marinheiros de 1964 continuam de pires nas mãos, pedindo anistia. Tive que recorrer à caminhada, à manifestação de bicicleta, saindo daqui para o Rio de Janeiro, para ganhar espaço na imprensa e chamar a atenção da opinião pública sobre essa grande injustiça de que os marinheiros são vítimas. Lamentavelmente, deveria ter sido outro o caminho. Hoje era para estarmos realmente num clima de conagração, de festa, comemorando aquele dia 28 de agosto de 1979. Mas, infelizmente, nós, os marinheiros, ainda quatrocentos brasileiros espalhados por este Brasil afora, não estamos anistiados. [...]

O SR JORGE LUIZ:

[...] Aproveitando-me do “Dia da Anistia”, neste ato muito bonito que estamos vendo para relembrar o nome, com muito pesar, de companheiros, principalmente de Barra de São Francisco e Ecoporanga, que não tiveram os seus nomes inscritos na história contemporânea. Mas que foram membros do Partido Comunista Brasileiro, como nós, e lutaram dentro das suas possibilidades, alguns sucumbindo por morte natural, de velhice, e que após o golpe militar foram jogados, a grande maioria, no ostracismo. [...]

Termino, parabenizando esta Comissão. A anistia geral ainda passa por muitas lutas que teremos de enfrentar dentro das possibilidades de cada um, mas sempre organizados e voltados para o interesse de todos: a liberdade. [...]

O SR. DINES BROZEGHINI BRAGA:

Sr. presidente Deputado Claudio Vereza e demais companheiros, estamos todos nós parabenizando e somos parabenizados também com a manifestação de regozijo por essa anistia. Gostaríamos de estar vendo este plenário cheio porque a anistia não beneficiou apenas aos que foram presos, vez que anistiou todo o povo brasileiro, que estava preso em seu próprio país. Para a nossa tristeza, os nossos algozes também foram anistiados. De modo que é um erro. [...]

Vamos levar esta comemoração feita hoje para as ruas, para as nossas casas, para que seja um movimento amplo, porque aquela turma que apoiou a ditadura militar está toda no governo, inclusive com a traição desse bandido que atende pelo nome de Fernando Henrique Cardoso. Temos que, bravamente, com esse pequeno número de pessoas presentes nesta Casa, levar essa vontade de vencer, esse terror democrático, porque hoje a ditadura é democrática; leva-se para o Parlamento e é aprovada. Felizmente, não são todos; temos nós, da esquerda, que contrariamos e colocamos “areia no calo” daquela gente. Todos estamos de parabéns. [...]

O SR. PERLY CIPRIANO:

[...] Essa lei [*Anistia*] foi votada no dia 23 de agosto e sancionada no dia 28 de agosto. É uma lei [...] complicada, pois ela efetivamente anistia os que estavam

banidos ou que estavam condenados e não estavam presos. E aos presos não anistiou, só os processos não julgados; praticamente todos aqueles que estavam como presos políticos continuaram presos, saíram com liberdade condicional. Eu, por exemplo, saí com liberdade condicional e não fui anistiado. É uma lei esdrúxula, pois quem estava preso não foi anistiado. [...]

O Sr. Enéas, grande batalhador da causa dos trabalhadores e fundador de sindicatos, foi perseguido e, no dia do casamento de sua filha, teve de sair correndo, fugido, foi parar no Paraná. Mesmo que a anistia tenha vindo, não houve resgate. Por isso a nossa história precisa fazer esse resgate. [...]

Hoje temos uma batalha nacional, muitos pais, filhos, irmãos, parentes, estão tentando lutar para conquistar o direito de encontrar os ossos dos seus entes queridos e amigos para sepultá-los. Que país, o nosso! Uma grande batalha que ainda não foi vencida. Essa questão precisa avançar. Mesmo que a lei tenha sido vetada, ela tem que ser reapresentada e terá que ser feito um debate nacional. [...]

Às vezes, falamos que poucas pessoas comparecem a essas reuniões, mas não, vêm muitas. Temos que multiplicar aos poucos, porque esse movimento é demorado.

Fariamos o registro de que as primeiras pessoas que falaram nessa questão de criar uma lei como essa foram os Srs. Aristides e Carlito, uma espécie de Cosme e Damião, os dois batalhando pela necessidade de um reparo. E cada um poderá ajudar, dentro dos seus limites, das suas possibilidades, mas todos podem fazer um pouco, não só no sentido da democracia, da liberdade de resgatar isso, mas também em nome das gerações futuras. [...]

Sessão de 19/10/98

O SR. JOSÉ CARLOS RIZK:

[...] Meu nome é José Carlos Rizk. Antes de mais nada, gostaria de parabenizar os membros dessa Comissão por essa atitude histórica, de preservar a memória do Espírito Santo. Atitude esta que faz com que ocorram, nesta sala desta Assembléia Legislativa, pronunciamentos profundamente importantes, registrando um pedaço da nossa história.

[...] ingressei no curso de Direito da Universidade Federal do Espírito Santo, e ali participei, como membro, representando o corpo discente da Universidade, junto ao Conselho Deliberativo do Restaurante Universitário, que então acabava de ser inaugurado na Esplanada Capixaba. E, exatamente motivado pela discussão do preço do bandeirão, cresceu o até então incipiente movimento estudantil do Espírito Santo.

Devo ressaltar que apesar de ter lutado ativamente pela redemocratização do nosso país, não tive participação em qualquer organização política naquela época. Em consequência da minha participação no colegiado do Restaurante Universitário e nas manifestações contra o preço do bandeirão, começaram as minhas primeiras detenções, sempre por apenas algumas horas. Aos poucos, ante o endurecimento do regime, o movimento estudantil brasileiro, em particular do Espírito Santo, do qual fazia parte, começou a substituir a liderança partidária em toda a manifestação política do país. E, obviamente, esse fortalecimento do movimento estudantil não interessava às autoridades que, àquela época, estavam à frente do poder.

Veio o Congresso de Ibiúna e eu, assustado por mais uma detenção de algumas horas na véspera de sua realização, optei por não comparecer. E tão logo o AI 5 foi editado, a Polícia Federal proibiu que eu deixasse a cidade de Vitória.

[...] Proibido de sair de Vitória, alguns dias após tomei conhecimento que a sede do DCE tinha sido invadida, e preso, seu presidente em exercício.

Numa reunião do Conselho Universitário, fiz um pronunciamento, em que manifestava ao Magnífico Reitor à época, a necessidade de sua intervenção para a liberação do presidente em exercício do DCE, que se encontrava preso, e a devolução dos materiais que pertenciam, na realidade, à própria Ufes,

retirados, à nossa revelia, pelos policiais federais, bem como sobre a situação que se abatia sobre a nação brasileira com a edição do AI 5.

Entretanto, para minha surpresa e perplexidade e, em função desse meu pronunciamento, no outro dia de manhã a minha casa foi invadida e fui preso pelos policiais federais.

Tão logo cheguei à Polícia Federal, lá se encontrava não só a fita, como também o próprio gravador utilizado pela reitoria para gravar todas as sessões do Conselho Universitário.

Naquela oportunidade, conforme parece que já foi relatado em depoimentos anteriores, o procurador da República assumia um papel de representante do governo militar e procurava de todas as formas nos ameaçar, inclusive na tentativa de nos levar presos do Estado do Espírito Santo para a Ilha Grande, o que só não ocorreu graças à interferência de parentes meus junto ao Gabinete Militar da Presidência da República, à época.

Dali fui solto alguns dias depois. Por interferência do mesmo procurador, voltei a ser preso na cidade de Guarapari, e jogado, desta vez, numa cela comum da então Superintendência de Polícia Civil, durante alguns dias, até ser removido posteriormente para a penitenciária do Estado, numa cela onde se encontravam apenas outros presos políticos. Ali ficamos durante vários e vários dias, completamente isolados de tudo e de todos, presos nessa penitenciária. Algum tempo depois fui solto. [...]

Logo após ter-me formado em Direito, ministrei durante anos, informalmente, aulas no curso de Direito, em substituição a um determinado professor. Ante a possibilidade de ser contratado, o então chefe do Serviço de Informação ou Segurança da Ufes, não só proibiu como também não deixou que eu continuasse a ministrar aulas oficiosamente no referido curso.

Profissionalmente, algumas oportunidades também perdi. Deixei de ser nomeado para alguns cargos exatamente pela atividade política que tinha desenvolvido.

Em várias oportunidades também fui convocado a comparecer à 2ª Seção do Exército, em Vila Velha, para dizer qual era a atividade profissional e funcional que estava desenvolvendo à época.

Apesar de tudo, registro o meu maior orgulho de ter participado da luta pela redemocratização do Brasil. [...]

Sessão de 26/10/98

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VEREZA:

Então, viemos aqui [*em Cavalieri, Vila Velha*], na casa do Sr. Nilson e Dona Dina, junto com Carlito, José Rocha e Aristides, em nome da Comissão Especial que foi criada na Assembléia Legislativa, para ouvir um pouco a história de participação no serviço, na vida política do Estado, [...] do Sr. Nilson Lino Rodrigues, mais conhecido por “Nilson Bigode”. Sr. Nilson, como começou a sua participação política aqui no Estado? [...]

O SR. NILSON LINO RODRIGUES:

Será um pouco difícil de me explicar, porque eu não estou bem de saúde. Houve um problema agora, ultimamente de saúde, e, devido a esses problemas políticos, hoje sinto problemas sérios de saúde, inclusive, sou considerado um cara louco da cabeça. Tudo isso graças as lutas que, tanto eu, individualmente, como quando participava das lutas do Estado, junto com o Partido... [...]

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VEREZA:

Inicialmente o senhor participava do Partido Comunista Brasileiro, depois, na dissidência, o senhor ficou no PC do B e depois no PT, quando veio a fundação do PT, em 1980. Um dos fundadores do PT, de Vila Velha.

O SR. NILSON LINO RODRIGUES:

Realmente foi uma luta profunda. Participei profundamente do PT. Todas as tarefas de reivindicações do bairro eu estava dentro dirigindo, ajudando a dirigir as lutas dos bairros, como PT. Eu iniciava outra luta, pertencendo a outro partido, que era o PT.

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VEREZA:

Principalmente aquelas lutas pelo transporte coletivo, que foi mais ou menos em 1977, 1978 ou 1979, a luta pela queda do monopólio da Viação Alvorada. [...] Mas, então, voltando lá no início. Vamos ver se a memória do senhor consegue pegar. Quando o senhor entrou no PC do B, como foi se formando?

O SR. NILSON LINO RODRIGUES:

[...] Eu participava das lutas, tanto do bairro, quanto do sindicato. Sempre estava presente. Não quero dizer que eu estava liderando, mas estava sempre presente nas reivindicações, nas construções de ruas, nas construções de estradas, e estamos em cima de uma delas aqui, que, graças a presença do Bigode, temos isso aí, graças à ajuda do Bigode, temos o asfalto. Primeiro o calçamento, depois o asfalto, que é o que temos aí hoje, graças às lutas reivindicadas pelo Bigode. [...]

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VEREZA:

Ele entrou no Partido em 1951?

A SRA. DINA NASCIMENTO RODRIGUES [esposa de NILSON LINO RODRIGUES]:

Foi. E eu um pouquinho depois, por aí. Em 1952, a gente já participava ativamente. Ele sempre mais do que eu. Mas ele tomou conhecimento através da *Folha Capixaba*, do Partido, tomou intimidade, se interessou e aí não parou mais. Tudo o ele passou de ruim, eu posso dizer que eu passei junto. Você veja bem, ele é um homem acostumado a vir sempre para casa, mesmo que demorasse um pouco na rua, mas vinha para casa todo dia. De repente, passa uma noite fora? Ninguém ficava satisfeito, sabendo que ele estava desempregado, e não tinha condições nenhuma de ficar na rua. Então, a gente fica preocupada. E depois alguém veio me avisar que ele tinha sido preso. Quer dizer, três dias na rua. Eu fiquei procurando, fui no Exército, eu fui no antigo Dops, fui na Chefatura de Polícia, em tudo quanto era lugar, e sozinha. Eu nunca coloquei ninguém no fogo. Ainda tinha irmãos, mas não apelei para ninguém, nem para os meus parentes, nem para os parentes dele. Sozinha. E depois de três dias eu descobri onde ele estava. Quer dizer, uma pessoa que passa por isso não sofreu só da prisão. Inclusive, eu posso até dizer que sofri um pouquinho, porque foi quando eu descobri. Veja bem, quando eu consegui descobrir que ele estava preso...

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VEREZA:

Ele estava preso onde?

A SRA. DINA NASCIMENTO RODRIGUES:

No Dops. Ali eu fui com certeza, eu fui informada. Quando cheguei na portaria, veio alguém me atender. Aí eu falei: “Tem três dias que eu estou

procurando o meu marido”. Aí me falaram o seguinte: “Mas ele não está aqui”. Eu disse: “Mas eu tenho certeza de que ele está”. Eu não sei de onde, deputado Claudio Vereza, eu tirei tanta coragem. Aí eu falei assim: “E se eu lhe disser que eu já sei onde ele está?” Aí me perguntaram: “E onde ele está?” Eu disse: “Ele está aqui. Eu fui informada de que ele está aqui”. Aí não tiveram mais saída. Eu guardei na cabeça o nome do[*homem*], era um tal de Dr. Orlando. Me levaram para falar com ele. Aí, isso era umas sete e meia, para nove horas. Me colocaram numa sala para conversar com o Sr. Orlando, e ele me fez aquele interrogatório. [...]

Esses três dias, ele [*Nilson Lino*] rodou, ele esteve na Chefatura de Polícia, esteve no Dops, só não esteve no Exército, esteve no Cais do Porto, não sei o que tem a ver, mas é do governo. No Cais do Porto, não tinha cama, nada, era aquele lugar molhado, com jornal no chão, e ele ficou por ali, feito um cachorrinho. Foi na última noite que eu o encontrei, depois teve outra. Não foi no Cais do Porto, foi em outro local, não sei se foi no Dops, mas não me lembro quando nem onde, só sei que ele rodou bastante nessas três noites. [...]

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VEREZA:

[...] Além de Vitória e Colatina, você militou em algum outro município?

O SR. NILSON LINO RODRIGUES:

Não. Só no município aqui, na Grande Vitória e, depois, em Colatina. [...]

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VEREZA:

Mudou-se a configuração do sistema, a situação hoje é diferente. Hoje não existe a democracia social, mas democracia política, em que a gente pode falar o que a gente pensa. [...] Hoje não há problema. Sei que isso é segurança. Mas não tem problema, seu Nilson, porque somos nós mesmos que vamos tocar essa história. Nós vamos contar essa história no livro. [...] É preciso que a gente conte o depoimento tão importante, mas você fala o que acha que pode falar.

O SR. NILSON LINO RODRIGUES:

ó estou falando o que posso.

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VEREZA:

O senhor tinha uma banca de jornais na Praça Oito. [...] A repressão queimou essa banca?

O SR. NILSON LINO RODRIGUES: Queimou. [...]

A SRA. DINA NASCIMENTO RODRIGUES:

Deixem-me concluir. Enquanto prendiam ou não prendiam, enquanto estavam nessa fuga, era tortura psicológica, tanto da parte dele quanto da minha parte. [...] É normal, porque o estado de penúria dele gera uma paranóia. Isso é normal. Isso não é de hoje. Inclusive a última crise... há doze anos, Nilson melhora e piora, adocece, melhora um pouquinho. A primeira, havia muita frequência de motos e ele foi ficando apavorado. Agora ele vai para a cama às sete, sete e meia e não me deixa ver novela porque, se passa, um carro ele se apavora, e também porque estou de luz acesa, com receio de a polícia bater... Ele ainda está com isso na cabeça, com trauma. Vocês têm ilusão de que não existe trauma nas pessoas que passaram por isso? Há os que dizem que não voltaram da guerra... não conseguem voltar da guerra!... Chega um tempo, Nilson, que a pessoa não pode mais guardar segredo. A gente tem que gritar, para os quatro cantos do mundo, as coisas erradas que acontecem. Não se pode omitir simplesmente com medo da reação das pessoas. Não botar para fora o que passou... eu boto. [...]

Mas, se ele pensa diferente, temos de respeitar o ponto de vista dele. [...]

O SR. CARLITO OSÓRIO:

[...] Sobre o episódio da banca tenho conhecimento pleno do que aconteceu com a banca. O Nilson Bigode [...] era pau para toda a obra. Trabalhava na *Folha Capixaba*, distribuindo jornal... o trabalho mais pesado quem fazia era ele. Ele tinha a banca (não sei quem arranjou para ele) na Praça Oito, banca de jornal, e essa banca era uma referência para o pessoal comunista da Grande Vitória e do interior. Ali se encontravam todas as publicações periódicas, tinha o *Semanário*... No Brasil anterior a 1964, o Partido Comunista tinha mais de vinte publicações. Há algumas que conheço, lembro-me ainda, *Semanário*, *Novos Rumos*, uma revista histórica, teórica e algumas edições marxistas-leninistas e da China. Todas convergiam para a banca de Nilson, porque as livrarias eram poucas, naquela época, e as mais tradicionais não tinham esse tipo de literatura. O ponto de referência para quem queria adquirir obras marxista-leninista era a banca do Nilson. Era uma referência do Estado. Nilson vendia jornais e a *Folha Capixaba* ali. Trabalhava e recebia – não sei quanto – pequena ajuda de custo. Além disso, ele tinha outra missão, que era sindical - o Sindicato dos Bancários. Naquela época, no Espírito Santo, havia apenas uma delegacia sindical, cuja base era no Rio. Quando havia uma greve nacional, por exemplo, dos bancários,

mandavam o material todo de panfletagem do Rio para o Bigode. Fazíamos mutirões, à noite, para distribuir em toda a cidade as convocações. E também fazíamos essa distribuição do material das federações e confederações dos trabalhadores do Rio e São Paulo. O Bigode, portanto, era um dos comunistas mais visados de Vitória, porque tinha essa atividade intensa. Quando eclodiu o movimento de 64, foi a primeira banca a ser queimada, mas outras bancas também foram destruídas. Consta – não tenho certeza – que foi o Castelo Mendonça que teria mandado ou ele mesmo teria...

Sessão de 26/10/98

A SRA. NAUMIR MOTTA CALATRONE [ESPOSA DE JOÃO CALATRONE]:

Estou aqui para relatar aquilo que o meu esposo não tem condições de falar. Desde que aconteceu tudo aquilo com ele, quando foi preso, ele teve um trauma muito grande e se encontra sempre em depressão. Não consegue falar tudo aquilo que deveria.

No dia 6 de setembro de 1974, morando em Nova Venécia, estávamos com um comércio em Conceição da Barra. Tínhamos oito filhos. Apareceram por lá, prenderam o meu esposo e o enquadraram no art. 14, ou seja, foi considerado subversivo – uma pessoa que não lia, não ouvia rádio, não sabia nada dessa vida, foi preso e levado para Nova Venécia. De lá avisaram que ele não estava detido, mas preso.

[...]

Foi preso em Braço do Rio e foi para o batalhão de Nova Venécia. De Nova Venécia foi trazido para o 38º BI, antigo 3º BC. [...] Era dia do aniversário do meu primeiro neto. Ele chegou muito vermelho em casa e notei que tinha alguma coisa de errado. Antes chegaram os detetives, perguntando o que éramos, como éramos. Eu conversei muito e fui falando, falando tudo com eles. Depois um amigo nosso, Sr. Pedro, da Casa Bom Jesus, mandou um bilhete dizendo que ele saísse, porque estava com a prisão decretada. Ele disse que não correria, porque não devia nada. Então, levaram-no para Nova Venécia. Ele me apresentou, dizendo: “Esses daqui são meus amigos de caçada”, para a gente não ficar assustada. Lá fora, ele falou: “Eles estão me levando preso para Nova Venécia”.

[...]

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VEREZA:

Ele ficou perturbado com aquela prisão totalmente ilegal e indevida, porque não tinha nada a ver. Então, os militares o liberaram e ele voltou para casa?

A SRA. DÁRIA BOBIO DE LIMA [amiga da esposa de JOÃO CALATRONE]:

Ele voltou para a casa e depois se embrenhou pela mata muitas vezes. Os familiares tinham que procurá-lo. Ele se embrenhava no meio da mata, porque tinha medo de ficar em casa, com medo de nova prisão.

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VEREZA:

Ele foi ao Rio de Janeiro para poder receber a declaração de inocência dele?

A SRA. NAUMIR MOTTA CALATRONE:

Sim. Para poder reclamar o erro cometido contra sua pessoa, João Calatrone precisou se apresentar às autoridades da Aeronáutica, sendo, em seguida, preso, para ter condição de dirigir uma apelação contra a decisão da 1ª Auditoria. Julgando o caso, que teve como relator o Ministro Waldemar Torres da Costa, o Superior Tribunal Militar reconheceu o erro da decisão da primeira instância, reformando a sentença que condenou o tio no lugar do sobrinho.

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VEREZA:

Então, a Aeronáutica reconheceu o grande erro que tinha cometido, prendendo a pessoa errada. Na verdade o procurado era o sobrinho, João Gualberto Calatrone, que depois foi morto na guerrilha do Araguaia.

A SRA. NAUMIR MOTTA CALATRONE:

Eles estavam procurando um rapaz, estudante, de 21 anos, e prenderam um velho de 52 anos. Mas só de conversar com o meu esposo dá para saber que ele não entende nada desses negócios. Só que ele sofreu... [...]

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VEREZA:

Ele continua psicologicamente perturbado.

A SRA. NAUMIR MOTTA CALATRONE:

Quando ele soube que era para vir aqui, não quis vir de jeito algum. [...] Todos sabem o que meu esposo passou. [...] ele ficou meio esquisito. Hoje mesmo não quis vir para esta reunião. [...]

O SR. JOSÉ ROCHA:

Dias atrás foi tomado o depoimento de uma vítima da ditadura que não tinha condições de vir aqui tal o estado de degradação que a ditadura causa no ser humano. Todos nós, chamados filhos da ditadura, corremos esse risco. Esse companheiro está tomado por esse processo, que é o medo exagerado de uma situação que já não existe porque mudou a configuração do sistema, mas esse companheiro não voltou da guerra, ele continua nessa batalha chamada

paranóia. Pelo que a senhora está falando é o que também ocorre com seu marido...

A SRA. NAUMIR MOTTA CALATRONE:

É exatamente isso. O medo existe, é um sentimento natural; o ruim é o pânico, o medo de um fato que não existe. Às vezes ele conversa normal e às vezes não fala coisa com coisa. Minha filha também passa pelo mesmo processo, porque era uma pessoa muito dinâmica, muito extrovertida, conversava com todo mundo e gosta muito do pai. Aonde o pai ia, ela também ia. Ela chegou a dormir no Batalhão, em companhia do pai, acompanhou-o ao Rio de Janeiro. Chegando lá eles pediram que ela se retirasse, mas ela recusou-se, dizendo que o pai não tinha condições de se explicar. Meu marido às vezes fala tudo normal e às vezes troca as coisas, não sabe o que diz.

Sessão de 29/10/98

O SR. HÉLIO RAMIRES GARCIA:

[...] Entrei para o Partido Comunista no ano de 1960 e em 1963, na reorganização do PC do B. A minha atividade central era no Sindicato dos Comerciantes, também com os estudantes e, após, no Sindicato dos Bancários, isso até o ano de 1965, quando fui deslocado para uma tarefa no Exterior. Estive na China, no período de junho de 1965 – naquela época fazia o curso de Ciências Econômicas.

Voltei ao Espírito Santo no ano de 1966, desenvolvi atividade político-partidária até setembro, porque no mês de agosto fui indiciado no IPM na Segunda Região, em São Paulo. Não admiti, nem aceitei a hipótese de comparecer à audiência. Foi um passo para a clandestinidade.

Dessa época em diante a nossa atividade no PC do B se desenvolveu por diversos Estados do país. Pessoalmente, quero deixar claro que os órgãos de repressão no Estado do Espírito Santo nos reprimiram muito. É uma inverdade se afirmarem que a polícia política do Estado do Espírito Santo não teve atividade naquela época.

[...] Mas é preciso reafirmar que os órgãos de repressão reprimiram no Espírito Santo e colaboraram com as forças federais. Em setembro de 1976, o serviço secreto do Exército, a polícia política local, o Dops, estiveram em minha casa, procurando-me. Meu pai relatou-nos isso muitos anos depois, fiquei até sem ver a família. Queria deixar esse testemunho, para que não parem dúvidas sobre os fatos. [...]

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VÉREZA:

O senhor não quer aproveitar a oportunidade e falar um pouco sobre a história da participação política do seu pai, Diomar Ramires Ortega?

O SR. HÉLIO RAMIRES GARCIA:

Um operário consciente, socialista, formado na dura escola da vida, analfabeto, pai de nove filhos, pedreiro e militante do Partido Comunista. Naquela época tínhamos dez anos e o meu pai parava para ouvir a rádio de

Moscou e as mensagens do Partido Comunista. Queria saber como andava o socialismo no mundo. Isso lhe interessava, eu ouvia a rádio com ele. Ele era um cidadão formidável, com espírito de justiça e liberdade, meu espelho.

[...]

O SR. CARLITO OSÓRIO:

Queria fazer um adendo ao depoimento do Sr. Hélio Garcia. Quando vim de Colatina em 1960, assumi um cargo no antigo IAPC, já pertencia ao Partido Comunista em Colatina. Quando chegamos em Vitória havia um movimento dentro do Partido Comunista de modificação programática, ideológica e até estrutural e com isso muitos dos antigos companheiros do Partido Comunista optaram pela linha que chamavam de revisionista. O revisionismo nada mais era do que uma adaptação a uma conquista pacífica do poder.

A outra ala constituída no Espírito Santo era de jovens estudantes, da qual fazia parte o Sr. Hélio Garcia, estudante de economia, e foi aí que o conheci. Fui designado para chefiar essa ala do Partido Comunista do Brasil, que eram os chamados comunistas ortodoxos, da linha stalinista e, depois, marxista. A maioria quase absoluta dessa ala era constituída de estudantes oriundos do velho “partidão”, que se rebelaram contra a nova orientação das cúpulas sediadas no Rio de Janeiro e São Paulo. Foi nesse época que conhecemos vários companheiros estudantes, um dos quais o Sr. Hélio Garcia, que era um dos mais ativos nessa interpretação que era a continuação do antigo Partido Comunista, que pregava a luta armada para a conquista do poder.

Quando cheguei eles já estavam com várias atividades e uma delas era dar continuidade a luta dos lavradores do Cotaxé. Eles se reuniam, levavam armamentos, remédios e várias outras provisões para os remanescentes da luta do Cotaxé que ainda estavam entrincheirados contra os proprietários de terra. Muitos já haviam ido para o Mato Grosso, mas um grande contingente ainda permanecia no Córrego do Limão.

Estive nessa localidade, pois fui designado para levar uma quantidade de armamentos, munições, remédios e roupas. Esse material era recolhido por essa ala estudantil. Então, o Hélio Ramires fazia parte desse grupo, bastante atuante, bastante aguerrido, bastante consciente. E quando se ausentou do Estado para exercer outras atividades em outros Estados, até no exterior, na China especificamente, a única pessoa que tinha contato com a Direção Nacional era eu, por ser o Secretário Geral do Partido.

O pai dele, como ele descreveu, um homem sensível, trabalhador e consciente recorria a mim para saber notícias do Hélio. Lembro-me quando morava no final da Rua Sete, no Morro da Fonte Grande. E toda vez que havia prisões, seqüestros e até mortes de companheiros de outras alas revolucionárias, que já tinham se multiplicado depois do golpe de 64, ele vinha à minha casa para saber notícias do Helinho. Não tinha muita certeza de onde ele estava, mas tinha certeza de que não tinha sido preso nem morto. Falava com o pai dele, dava-lhe notícias de que ele estava bem. Ou seja, de que não tinha sido preso, nem morto e que estava vivo. Isso dava um alívio muito grande ao pai do Helinho, durante esse tempo que ele ficou fora do Estado do Espírito Santo. [...]

Sessão de 03/11/98

O SR. RUBENS GOMES:

[...] Tive uma perseguição muito estranha, da polícia política do governo do Estado. Não tinha Secretaria de Segurança Pública, era Polícia Civil, cujo delegado era o Sr. José Dias Lopes.

[...] O que aconteceu comigo, fisicamente? Não houve tortura, mas me senti profundamente prejudicado na minha subsistência, porque eu era dirigente de um colégio de 2º Grau, era o primeiro colégio do Brasil que trouxe o curso de Administração de 2º Grau para o Espírito Santo, que era o Colégio Comercial Aliança de São Paulo. [...] Era um ensino pioneiro.

[...] durante mais de quatro meses tive que ficar afastado da direção do colégio que ficou sendo dirigido pela professora mais antiga que tinha credenciais de cursos especiais, a professora Maria Helena Lopes Abreu. [...]

A primeira vez que fomos presos, fui tirado de minha casa e levado ao Quartel do então 3º BC, que hoje é 38º BI. Mas lá eu fui o último a ser interrogado, [...] e a única coisa que o Comandante [...] me chamou para dizer *[foi]* o seguinte: “Qualquer coisa que você fizer, qualquer movimento seu, se você não fizer um pronunciamento a favor do Movimento Militar, porque não estamos fazendo ditadura, estamos consertando o país, o senhor será punido severamente”.

Obviamente que não fiz nenhum pronunciamento, porque na minha vida jamais compactuei com regimes que não respeitam lei. [...] De modo que não fiz nenhum pronunciamento a favor da Revolução. Chamaram-me para a Polícia Federal [...] na avenida Vitória, e lá não havia acomodação para ninguém dormir, tinha uma sala separada em que durante o dia me escondiam dentro, e não podia receber ninguém nem mesmo minha família. Talvez o maior sofrimento que eu tenha passado tenha sido esse.

[...] fomos removidos para a prisão no Quartel do Exército. [...] eu e o Aldemar [de Oliveira Neves] devido ao fato de termos curso superior nos colocaram na prisão dos oficiais, que era um quarto onde tinha três camas e tinha a vantagem de ter banheiro privativo, enquanto os outros ficavam na cela comum. [...]

Esse período todo durou até que o meu julgamento na Aeronáutica terminou. Eu trouxe a certidão passada pela Segunda Auditoria da Aeronáutica da 1ª Circunscrição de Justiça Militar, onde fui julgado e absolvido. [...]

Também não tinha preconceito contra militares, meu preconceito é contra aqueles [...] que aceitam as imposições externas [...].

A coisa se agravou para o meu lado e daquela primeira advertência passei a ser indiciado. Teve outro processo no exército, e por isso digo que não faço acusações aos militares, mas faço àqueles que usaram a farda para se beneficiarem, para perseguirem, para torturarem pessoas que lutavam por uma idéia que se liga a todos os homens.

O capitão Gomes curiosamente tinha o meu nome, era do Pará e veio parar em nosso Estado não sabemos a razão. Ele dirigiu o processo contra mim. O processo foi arquivado, a pedido dele, e terminou com estas palavras: “Se o professor é comunista, também sou. Tenho as mesmas idéias que ele”. [...]

O movimento estudantil [...] teve papel histórico na vida deste país. Mas as coisas mudaram, talvez pela mídia ou pela repressão militar violenta em que muitos morreram, principalmente em São Paulo [...].

No Espírito Santo não tivemos nenhum caso que eu conheça. Alguns elementos foram levados a São Paulo, entre eles o Sr. Antônio Carlos Brito. [...] Foram oito. Depois eles voltaram. Não chegou a haver tortura. Mandaram de volta. Acho que não tinham mais lugar para botar tanta gente e tantas invenções, porque tudo era invenção. [...]

Agora, prejuízos materiais eu tive. Depois que saí do Exército, me liberaram para casa, mas eu não podia sair de casa, e a minha família não podia ficar lá. Fiquei um mês afastado dos meus filhos, o que eu mais amei e amo na minha vida, até hoje. E, graças a Deus, estou chegando ao fim dela, com setenta e sete anos, e recebo deles, inclusive da minha filha do segundo matrimônio, são sete, o carinho que me conforta, que me faz viver. Apesar de tudo que passei eu vivi. Lutei pelo Brasil, lutei pelo Espírito Santo, defendi todos os movimentos pela democracia, pela liberdade. De modo que, tortura física eu não sofri, mas vocês podem imaginar o que é um pai que viveu para os seus filhos, que dedicou a sua vida a eles, ficar quinze dias sem poder vê-los, dentro de casa, preso? [...] A primeira vez que o delegado da Polícia Federal levou-me para o 3º BC, às onze horas da noite, eu já estava dormindo e eles foram me tirar naquela hora para ninguém ver. Imaginem as aflições em que ficaram os meus, sem saber para onde eu tinha ido, e não tiveram notícia enquanto eu não falei, por telefone, com eles.

Foi um período realmente lamentável da história do Brasil. E confirmaria hoje a minha posição houvesse o que houvesse, porque acho que a liberdade do regime é por demais importante. [...]

O SR. RUBENS MANOEL CÂMARA GOMES [FILHO DE RUBENS GOMES]:

Em primeiro lugar, complementar alguma coisa que o meu pai disse, complementar de forma histórica. Tinha treze anos quando houve a revolução, a quartelada. Recordo-me de que passei o dia 10 de abril de 1964 com o ouvido colocado no rádio, na Praia da Costa, onde morávamos, porque o meu pai havia saído de kombi para o Sindicato dos Arrumadores. Na kombi havia um sistema de alto-falante. Meu pai havia saído com um revólver e, posteriormente, fiquei sabendo que a kombi havia sido utilizada para irradiar a resistência que se formou em frente à escadaria do Palácio para exigir que o então governador Francisco Lacerda de Aguiar definisse de que lado estava, se do lado da revolução ou da legalidade. [...]

[...] No dia da edição do AI-5, não estava em Vitória. Era presidente da Uese Livre – União Espírito-Santense dos Estudantes Secundários – e, contrariando a vontade do meu pai, dois dias antes havia viajado para a cidade de Salvador, como delegado do congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundários, instalado em Salvador exatamente naquele dia da edição do AI-5. [...] Ao retomar a Vitória ficamos sabendo que um dos delegados que tinham ido a Salvador era infiltrado. Eram dois dedos-duros infiltrados no movimento secundarista. Era o Ilton Miranda Rocha e o outro tinha o codinome “Pastor”. Esse “Pastor” fez o serviço completo para os militares. Logo no começo do AI-5 fui intimado a comparecer ao Exército: Abriram uma investigação para verificar a participação capixaba no congresso da Ubes de Salvador. Foi um dos movimentos de perseguição que enfrentamos.

Uma outra perseguição foi uma prisão numa passeata de protesto contra a prisão de companheiros de Ibiúna. Fui preso por José Dias Lopes e, como era menor, fiquei preso apenas setenta e duas horas. O juiz Romário Rangel intimou o meu pai na Justiça Federal, que era situada no edifício da Caixa Econômica, onde, durante algumas horas, [...] passou uma série de admoestações ao meu pai pelo fato de eu ser subversivo, de estar participando de passeatas. O meu pai não poderia permitir que isso acontecesse.

Houve um outro episódio no ano de 1970, na véspera da eleição. Quinze dias antes da eleição do ano de 1970, em que havia disputa para o Senado, para facilitar a vitória dos candidatos da Arena, que acabou ocorrendo, foram recolhidas em todo o país mais ou menos duas mil e tantas pessoas. Em Vitória foram recolhidas cento e vinte pessoas, primeiro ao Exército, depois à

Penitenciária Pedra D'Água, que teve uma ala totalmente esvaziada para abrigar esses cento e vinte presos.

Ficamos quinze dias presos sem culpa formada, sem nada, presos na penitenciária juntamente com os presos comuns. Recordo-me, estava na cela com o Ewerton Montenegro Guimarães. Estavam presos Hermógenes Fonseca, Roberto Valadão, Aldemar Neves, Benjamim Campos. Pessoas que não tinham vinculação política, de militância, mas que também estavam presas por serem adversários do regime. Como Cantídio Sampaio, que acabou prefeito de Iúna; o Benedito Elias, um senhor já de idade avançada de Linhares; um pastor de Vila Velha de que não me recordo o nome. Enfim, havia cento e vinte pessoas do Estado, que ficaram presas entre 30 de outubro e 14 de novembro. Na véspera das eleições soltaram todos.

Hoje, esta Comissão é fundamental, porque é um fato que as pessoas querem esconder. Ou seja, fazer de conta que não houve, quando ficamos lá quinze dias presos. Sem contar uma coisa que acho muito importante esta Comissão levantar: as perseguições indiretas, as perseguições que a sociedade impõe de uma forma silenciosa. Éramos os subversivos, os comunistas, os leprosos. Era uma chaga que nos acompanhava. Éramos apontados na escola como comunistas. Os adversários do regime eram pessoas que eram diferenciadas das demais. Foi uma tortura psicológica que nos acompanhou durante mais de vinte anos.

Politicamente, cremos que a última vez em que fomos molestados diretamente foi quando fomos chamados como testemunhas naquele episódio de 73, que apurou as atividades do PC do B. Dois grandes amigos meus, Marcelo Amorim Neto e a Miriam Leitão foram indiciados e fomos chamados como testemunha nesse episódio.

Creio que situando historicamente as perseguições que ocorreram, sobretudo nesses dez anos iniciais da ditadura, de 64 a 74, foram realmente as mais marcantes. A partir da Anistia, que ocorreu em 79, o meu pai retomou à sua atividade política, quando se filiou ao PDT do ex-governador do Rio de Janeiro, Sr. Leonel Brizola. Foi, inclusive, candidato a governador pelo PDT, em 1986.

Mas nos primeiros dez anos da ditadura militar, realmente, situamo-nos como os maiores alvos, as maiores vítimas, os maiores perseguidos pelos vencedores de então, pelos adversários da liberdade de uma forma compulsória. [...]

O SR. FRANCISCO CELSO CALMON:

[...] Comecei o meu envolvimento político no início da década de 1960, participando de greves de bondes, passeatas e participando, inclusive, da campanha “Dê Ouro para o Brasil” e cheguei a dar um anel.

Fizemos parte do movimento estudantil em toda a sua escala, participando do Grêmio do Colégio Estadual de Vitória, depois participando da Uese (União dos Estudantes Secundários). Criamos um jornal que hoje faz parte da história do movimento estudantil, que foi “O Independente”, que possibilitou aos companheiros se tornarem profissionais. [...]

[...] A nossa atuação política era organizar os estudantes e, através dos meios de comunicação, conversar e passar as idéias que nos moviam na época. [...]

[...] Também fomos pioneiros no que mais tarde veio a se constituir na Teologia da Libertação, naquela época chamada Engajamento Realismo ou Realismo Histórico, que nada mais era do que a opção preferencial pelos pobres, contra a exploração, a opressão. E revolucionamos também a liturgia da Igreja. Nessa época inauguramos a Missa Jovem, às 18 horas, na Catedral. [...]

Em 1964, o meu primeiro choque foi ver a destruição que os vândalos da Ditadura fizeram com uma feira de livros que estava havendo na Praça 8. No dia do golpe não só os fardados como os civis que apoiaram destruíram essa feira de livros. E aí entram as ameaças que Dom João começou a viver, e o Padre Valdir. E, a partir dessa época, começaram a proibi-lo e a coibi-lo em relação aos seus sermões. O que era a palavra de Cristo se transformou num instrumento de subversão ao modo de ver da Ditadura. [...]

[...] Dom João e a Ação Católica [...] resolveram que eu deveria ir para o Rio de Janeiro, porque lá era mais fácil continuar a minha militância sem ser preso prematuramente em Vitória. Em função disso fui para o Rio de Janeiro, assumi a direção regional da Agec, que abrangia os Estados do Espírito Santo, Guanabara e Rio de Janeiro. [...] Não era a minha intenção sair do Espírito Santo, abandonar família e amigos com apenas dezesseis para dezessete anos de idade. [...]

Alguns meses mais tarde foi novamente preso o presidente da Ames. Eu assumi a presidência da Ames, que já era ilegal do ponto de vista da ditadura, e passamos a funcionar clandestinamente. Realizamos dois congressos da Ames. O primeiro clandestino, num sítio em Teresópolis ou Petrópolis, onde além do seminário de estudo elegemos uma nova diretoria. Resolvemos fazer um

congresso público, um desafio mesmo à ditadura, para publicamente passar a presidência da Ames. [...] Trepei ao muro, tive menos de um minuto para falar “está aberto o Congresso da Ames, que tem por finalidade o ensino gratuito, a luta contra a democracia e abaixo o imperialismo”. Logo um agente puxou o revólver e eu tive a sorte de pular por cima dele. [...] Em poucos minutos, ou segundos, pulei o muro e fui parar no Flamengo, onde morava, na época. [...]

[...] o cerco aumentava gradativamente. Até as correspondências se tomavam difíceis junto a minha família e a minha vida passou então a ser completamente clandestina, tanto no Espírito Santo como no Rio de Janeiro. Eu estava cada vez mais envolvido com a ditadura e resistência armada. [...]

Nessas alturas a minha militância estava cada vez mais radicalizada. A constituição desse núcleo marxista, nós nos fundimos com o Comando de Libertação Apolina e com a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), formamos a VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária) na qual assumi a responsabilidade da Direção Regional, responsável pela área operária e camponesa. Isto significava tentar organizar os operários, ir para as portas das fábricas, às 4 ou 5 horas da manhã, para fazer comício relâmpago. E eram relâmpagos mesmo. Cinco minutos depois já batiam os agentes lá. E por conta disso, já estávamos no item Resistência Armada. [...]

Apesar das proteções que fui tendo ao longo da perseguição [...], em 69 [...] acabaram por me pegar. [...]

[...] Era finados. E os torturadores piores estavam de recesso quando fomos para o DOI-Codi da Barão de Mesquita.

Esta parte das torturas divido em quatro níveis: física, psicológica, moral e emocional. A tortura física constituiu-se de choques elétricos, coronhadas, cacetadas, isolamento, solitária, e fome. A tortura psicológica foi fuzilamento simulado, ameaça de estupro a minha mulher e ameaça de colocar a minha mãe nua na minha frente. Enfim, para que falasse o que eles gostariam. A tortura emocional e moral que chamo é você ter que ver constantemente torturas. Como ver minha mãe ser revistada. [...]

[...] Fiquei na ala dos que morreriam. De fato, o companheiro que estava ao lado morreu naquela mesma noite.

Como a imprensa e a Igreja se movimentavam muito, o DOI-Codi da Barão de Mesquita estava muito visado, depois de três ou quatro dias fui levado para a PE da Vila Militar. Lá fiquei numa solitária de um metro por um metro e cinquenta. Tinha que dormir na diagonal, assim mesmo porque sou baixo, pois

o companheiro que ficou numa outra solitária tinha um metro e noventa e quatro centímetros de altura e ficava maluco porque não conseguia dormir. Batia com a cabeça nas grades.

A tortura varia muito de pessoa para pessoa. O ex-companheiro Jaime Cardoso, Secretário do PSB no Rio de Janeiro sentiu horror ao ficar numa solitária, mais do que tomar choques. Tinha uma solitária ao meu lado que tinha um pano preto. Em uma oportunidade perguntei ao sentinela o porquê daquele pano preto e ele falou que seria para pessoas importantes que podiam ser desaparecidas. No outro dia, de manhã, faziam o reconhecimento para saber quem estava vivo ou não; liam os nomes. Eles eram tão “inteligentes” que, ao mesmo tempo que ninguém podia saber quem estava ao lado, eles, de manhã, perguntavam o nome. Eis que, de manhã, antes de perguntarem o meu falaram: Augusto Carlos Calmon Nogueira da Gama. Era um primo de primeiro grau da minha mãe, que tinha ligação com Brizola, com a Frente de Mobilização Popular e estava ali, preso, com esse pano preto nas grades. [...]

Em uma ocasião eu estava desesperado, com muita dor de dente, e pedi que me fosse dado um remédio. Até isso eles usavam como tortura, e nessa ocasião agredi moralmente aqueles facínoras e fui novamente para outra solitária e o ciclo recomeçou. Quando dormíamos eles batiam em instrumentos, apagavam e acendiam a luz... A comida era outra maneira de eles nos torturarem. Não passava de trinta gramas de carne envolta na gordura, que vinha dura, quase congelada, com um pouco de arroz. [...]

Tortura é uma degradação de quem faz e de quem sofre. A pessoa vê de tudo: pessoas para evitarem a tortura se degradam. Existia um torturador que dizia para todo mundo que quando ele torturava ficava sexualmente excitado. Era o “masculino”. Esse era o nível dos torturadores.

Como fui preso ao sair da casa para tentar evadir, eles ficaram com todos os meus bens, móveis, mais de trezentos livros, roupas, relógios e duzentos e setenta e cinco dólares. Na prisão eles usavam as minhas roupas, os meus relógios e faziam questão de mostrar [...]. Inclusive, eles se apropriaram de uma arma minha, ou seja, uma arma que o meu avô deixou-me como herança ficou com eles. Embora eu não estivesse curado fui para outra prisão; e na outra prisão tentamos uma fuga que acabou abortada porque um soldado que tomou drogas a mais a delatou. Por conta disso a minha companheira, que já estava solta, mas com dezessete anos, foi novamente presa e barbaramente torturada. Por força dessas pressões familiares e por força da tuberculose e da hepatite eles me soltaram

em setembro. Onze meses de prisão. Eu voltei para a casa da minha mãe e fiquei em prisão domiciliar. [...] Porém, ainda não tinha terminado a perseguição da ditadura. [...]

No Rio de Janeiro o problema foi trabalhar. A exigência da época era o atestado ideológico, em qualquer lugar que se empregasse tinha que apresentar esse atestado. Numa das tentativas de emprego constatei que todo esse sofrimento, essa tortura tinha me deixado uma seqüela. Em um dos testes feitos numa clínica psicológica, altamente renomada, deu que tinha psicose de perseguição. Isso durou uns dez anos. O que fazia? Tinha que driblar o atestado ideológico e a psicose que tinha se manifestado. [...]

Perdi quatro anos de estudo. Em 1968 não pude concluir devido ao que já falei. Em 1969, fui preso; em 1970, doente com prisão domiciliar em Vitória; em 1971 é quando me recupero e volto ao Rio de Janeiro e só então, em 1972, pude voltar aos estudos e recuperar o que havia perdido. Acabei fazendo três cursos. Concluí o de Direito, Administração e Análise de Sistemas. [...]

Tanto no Rio como no Espírito Santo, etc, continuei a luta contra a ditadura e eles me perseguiram até 1987, segundo dados do próprio Gabinete Militar da Presidência da República, que foi quem deu meu *habeas data*, porque o Exército até agora, após dois anos que eu pedi, não me deu. A Marinha e a Polícia Federal não me deram. Só consegui do Gabinete Militar e do Arquivo Público do Dops. [...]

A tortura é perene. As seqüelas ficam, as físicas vão embora e as psicológicas permanecem até hoje. Os sonhos, por não termos controle, se transformam em pesadelos. Na semana passada, quando comecei a fazer as anotações para esta reunião, fiquei dois dias sem conseguir dormir, lembrando de tudo. O mecanismo de sobrevivência chega a tal ponto que até se consegue sentir o “cheiro” de militar e ter um certo preconceito, o que não é ideal, mas são conseqüências. Por ter abraçado a palavra de Cristo e depois o marxismo e a luta pela democracia, pela liberdade, por um País fundado no trabalho, na solidariedade, e não um país fundado nesse capital desvairado, tive que sair da minha terra com dezesseis, quase dezessete anos de idade. Aos vinte e dois anos retomei e tive de sair de novo. Era o que eu tinha a dizer. [...]

PADRE WALDYR FERREIRA DE ALMEIDA [depoimento lido pelo deputado CLAUDIO VEREZA]:

[...] Cheguei a Vitória no dia 30 de novembro de 1967, por insistente solicitação do bispo Dom João Baptista da Motta e Albuquerque feita a mim, por escrito e pessoalmente, no Mosteiro de São Bento (RJ). [...]

Como havia várias frentes abertas no campo social, sempre com a anuência de Dom João, assumi posições que nos pareceram válidas, uma vez que a religiosidade de um povo deveria ser marcada por uma espiritualidade de luta numa opção preferencial pelos pobres. Claro que estes, na maioria eram operários.

A Ilha do Príncipe era a medula de nossas preocupações. As reuniões da Juventude Operária Católica se realizavam ali. Nelas se faziam levantamentos sérios sobre a vida dos trabalhadores, os mais injustiçados da história. A eles nos dirigíamos em horizontes de solidariedade. Sonhávamos com as comunidades de base dos primeiros cristãos.

A primeira reunião de líderes rurais, que objetivava a sindicalização dos trabalhadores rurais, realizou-se, com plena liberdade, em Rive, município de Alegre. Julguei, na minha inocente ingenuidade, que ganhávamos o homem do campo. [...]

Uma convicção me fazia crer que não podia haver evangelização se déssemos as costas às reivindicações trabalhistas. [...] Julgou Dom João Baptista que necessitávamos de uma emissora de rádio, que entrasse em cadeia com muitas outras católicas que compunham a Rede Nacional de Emissoras Católicas (Renec). Empenhei-me com ele na aquisição da Rádio Capixaba, que pertencia a Alceu Nunes Fonseca, residente no Rio de Janeiro. Dom João passou a ser o proprietário da mesma, que ficava a serviço pleno da Diocese do Espírito Santo. [...]

Abracei com valentia e humildade os meios de comunicação. Seriam eles os novos mensageiros da Justiça. Por isso, escrevia, já como jornalista credenciado, nos jornais da Capital: *O Diário*, *A Tribuna*, *A Gazeta*, e ainda era o redator-chefe do jornal da Diocese, *Mensageiro do Espírito Santo*. Alimentos de fé e oração vividos no amor aos irmãos! [...]

Obviamente, nem é preciso confirmar, todo esse trabalho era mão na ferida das classes ricas do Estado do Espírito Santo, que se opunham, às ocultas, a qualquer pronunciamento meu ou mesmo do Bispo Diocesano. De modo particular, inserido numa linha de desinteresse pela nossa liderança, o clero [padres] colocava

também em silêncio de contestação tudo o que eu e o Bispo Diocesano propúnhamos ou realizávamos em favor dos que não tinham vez e não teriam futuro, como podemos, hoje, observar que, na verdade, não o tiveram. [...]

No dia 30 de abril de 1964, às 23h45min., quando entrevistava um dos líderes da Santa Casa de Vitória no programa “Frente Capixaba de Reportagens”, um bando de militares invadiu o prédio onde estavam instalados os estúdios da Rádio Capixaba, à minha procura. Desejavam estes que a nossa emissora católica entrasse em cadeia com a Rádio Guarani de Belo Horizonte que se tomava, a partir daquele momento, a Rede da Legalidade em favor da Democracia (sic). Recusei-me a fazer-lhes qualquer concessão, mesmo sem consultar Dom João. [...] Deram-me ordem de prisão, sem justiça, em nome da defesa nacional dos que ambicionavam o poder, os militares. Levaram-me de mãos algemadas para dentro de uma viatura e me entregaram ao Ten. Cel. Newton, Comandante do 3º BC, em Vila Velha, onde passei uma semana. [...]

Tudo fizeram para que eu não permanecesse em Vitória. Uma das cartas de Dom João, quando estava hospedado na Casa Paroquial da Lagoa, no Rio, foi exatamente o resultado de uma pressão dos militares para que eu não mais permanecesse no Brasil. Sem qualquer documento, permitiram minha saída. Houve pouca colaboração, em Santiago do Chile. Desconfiavam de minha idoneidade. Tive que voltar ao Brasil, para nunca mais poder assumir qualquer liderança na atual Arquidiocese de Vitória, neste campo tão propício à evangelização. [...]

Estas e outras observações as faço, não em proveito próprio. Confesso: estou, hoje, mais preocupado com a angústia e os sofrimentos de nosso povo pobre, marginalizado, excluído e enganado, mesmo com os recursos humanos que a tecnologia nos oferece para o desempenho de algumas tarefas. Estou preocupado, sim, com o anúncio da Verdade, da Liberdade, da Justiça e do Amor, paradigmas que sempre defendi, com o magistério da Igreja, colhidos pela gratuidade do Espírito, no Evangelho de Jesus, cuja mensagem continua sendo mutilada pelos defensores da indefinida pós-modernidade. [...]

O SR. LELO COIMBRA [relator da Comissão]:

[...] Faço uma homenagem particular ao Deputado Claudio Vereza. Esta Comissão formou-se, constituiu-se, processou-se por um mérito exclusivo de Sua Excelência, que, simultaneamente, fez tramitar na Casa, aí com o apoio de todos nós, o texto de lei que buscava garantia da indenização pecuniária para aqueles que tiveram sofrimentos durante o período ditatorial.

[...]

Fico até triste pelo fato de que o nosso governador que fez parte dessa história, fez o veto a essa legislação. [...]

Mas, para nossa alegria, houve a sensibilidade da Casa em separar a emoção do debate no segundo tema e foi motivo de alegria, ver que apenas três votaram contra, não por serem a favor do veto, votaram acho que por compromisso. É aquela coisa, o Governo tem quem os represente nesta Casa, se não vai nenhum voto fica em constrangimento com a liderança de Governo e com aqueles que aqui estão. Deve ter sido voto condicionado a essa relação com o Governo e não pela concepção de que essa indenização devesse ser colocada. [...]

Estamos convivendo com o cruzamento, [...] Antes, ter um inimigo único era mais fácil, embora violento. Mais fácil... estamos fazendo essa afirmação sem minimizar a luta e recuperação dessa memória da luta contra a ditadura. Mas neste momento [...] os inimigos estão em todos os lugares, os inimigos da idéia, os inimigos da liberdade, os inimigos da qualidade de vida, os inimigos da idéia de liberdade estão muito próximos da gente e às vezes não os vemos, pois estão travestidos das mais diversas roupas.

Às vezes costumamos dizer que as pessoas precisam do parâmetro bandido e mocinho e já não os encontramos mais, porque o bandido da manhã é o mocinho da tarde; o mocinho da noite é o bandido do café da manhã do seguinte. [...]

[...] Essa é apenas uma conclusão simbólica e mais a minha manifestação pessoal de que, como dizia um movimento estudantil, “Sempre vale a pena, quando a alma não é pequena”.

O SR. PRESIDENTE CLAUDIO VEREZA:

“Tudo vale a pena quando a alma não é pequena”, de Fernando Pessoa...

Formalmente, quero votar favorável à conclusão apresentada pelo Sr. deputado Lelo Coimbra. [...] Antes de encerrar, queremos agradecer aos técnicos, assessores da Comissão de Direitos Humanos, que nos acompanharam durante os trabalhos. Agradecemos também a todos os técnicos da taquigrafia, que se dispuseram a registrar toda essa história; aos meus colegas de gabinete, agradeço à Lourência, ao Carminati e à Dilcéa. Agradeço, especialmente àqueles que são autores deste trabalho: é o que denominamos *Comissão de Ex-Presos Políticos*, Srs. Aristides Rocha, Carlito Osório, Dines, Clementino Barcelos [...], Lúcio e Netinho.

De nossa parte foi um grande aprendizado. Como já havia dito, não participamos de movimentos, de organizações. Nem antes e nem durante a Ditadura Militar. Começamos a nossa militância comunitária no ano de 1970, com um grupo de jovens em Aribiri, Vila Velha, na Associação de Moradores e Igreja Católica. Após isso, começamos ter uma militância partidária no MDB e depois no PT.

Sem nos filiar ao MDB, tivemos uma pequena participação, nos anos de 1978 e 1979, juntamente com o então deputado federal Max de Freitas Mauro e a equipe do jornal *Posição*, do jornalista Jô Amado. Nesse período de militância comunitária e depois político-partidária, aprendemos a respeitar aqueles que lutaram no período que antecedeu a nossa atuação. Aprendi a respeitá-los, admirá-los e, em algum grau, segui-los, no momento em que ingressei na luta político-partidária. Aprendemos por meio de leituras e pelo convívio com esses companheiros. [...]

Neste encerramento quero homenagear o companheiro Nilson Lino Rodrigues, que deu toda a sua vida pela luta do povo brasileiro. Nos depoimentos dados, ficou evidenciado que ele era uma figura importante para as lutas democráticas e de esquerda no nosso Estado. Ele era a pessoa que cuidava da “banca” do Partido, na Praça Oito. Era quem disseminava documentos, livros, jornais, revistas de luta entre os diversos grupos de militantes no Estado. [...]

Vamos tentar, com o presidente da Assembléia Legislativa, a assinatura da promulgação, ainda hoje, às 17 horas, na medida em que, por problemas técnicos, não foi possível, agora, pela manhã. E torcer para que ou o atual ou o novo governador façam cumprir a lei que visa, em última instância, a reparar política e financeiramente companheiros que lutaram pela democracia em nosso País.

Dou por encerrados os trabalhos desta Comissão Especial, agradecendo a presença de todos.

Referências

Referências

- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ANISTIA, 2 volumes - Centro Gráfico do Senado, Brasília: 1982.
- ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BARBOSA, Rui. Anistia inversa - Caso de teratologia Jurídica. *Obras completas*. Rio de Janeiro: 1955, Ministério de Educação e Cultura, Volume XXVI, tomo III.
- CAMARGO, Aspásia de Alcântara. A Questão Agrária: Crises de Poder e Reformas de Base (1930–1964). *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano. Sociedade e Política (1930 – 1964). Direção Boris Fausto. Bertrand Brasil. 2004. Pág. 121 a 224.
- CHIAVENATO, José Julio. *O Golpe de 64 e a Ditadura Militar*. Editora Moderna. São Paulo. 1998 (Coleção Polêmica).
- COMBLIN, Pe. Joseph *A Ideologia da Segurança Nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder Relações de Classes. *História Geral da Civilização Brasileira*. O Período Republicano: Sociedade e Política (1930–1964). Direção Boris Fausto. Bertrand Brasil, 2004, pág. 77 a 120.
- Dossiê dos Mortos e Desaparecidos políticos a partir de 1964*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco/ Governo do Estado de Pernambuco e Governo do Estado de São Paulo, 1996.
- ELOYSA, Branca - (org) *I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FAUSTO, Boris . *História do Brasil*. São Paulo: Edusp/FDE, 1994.
- FERREIRA, José Ignácio *Anistia: caminho e solução*- Vitória (ES): Janc Editora Ltda., 1979.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo. Companhia das Letras, 2002a.
- . *A Ditadura Escancarada*. São Paulo. Companhia das Letras. 2002b.
- GEISEL - Depoimentos a Celso de Castro e Celina D'araújo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo. Ed. Ática. 1987.

HOBBSAWM, E. *Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octávio. *Imperialismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

IGLESIAS, Francisco. *Trajatória Política do Brasil – 1500– 964*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, pág. 193–297.

Igreja, Anistia e Direitos Humanos. *Revista de Cultura Vozes*. Rio de Janeiro: número 73, volume LXXIII.

JOSÉ, Emiliano. Carlos Marighela: o inimigo número 1 da ditadura. São Paulo: Sol e Chuva, 1997.

JÚNIOR, Antonio Mendes de Almeida. Do declínio do Estado Novo ao Suicídio de Getúlio Vargas. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. O Período Republicano. Sociedade e Política (1930–1964). Direção Boris Fausto. Bertrand Brasil, 2004, pág. 225 a 255.

LOPEZ, Luiz Roberto. *História do Brasil Contemporâneo*. 7^o ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994. (Serie Revisão 3)

MACHADO, Cristina Pinheiro. *Os exilados* (5 mil brasileiros a espera da anistia). São Paulo: Alfa Ômega, 1979.

MAGALHÃES, M. D. B. de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Revista Brasileira de História*, vol.17, no.34, 1997, p.203-20.

MAIOCCHI, R. *A Era Atômica*. São Paulo: Ática, 1996.

MARANHÃO, Ricardo. O Estado e a Política Populista no Brasil (1954 – 1964). In: *História Geral da Civilização Brasileira*. O Período Republicano. Sociedade e Política (1930 – 1964). Direção Boris Fausto. Bertrand Brasil, 2004, pág. 257 a 294.

MARCONI, Paolo. *A Censura política na imprensa brasileira – 1968-1978*. São Paulo: Global Editora, 1980.

MARTINS, Roberto Ribeiro. *Liberdade para os brasileiros, anistia ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MIRANDA, Nilmário e Carlos Tibúrcio. *Os filhos deste solo: mortes e desaparecimentos durante a ditadura militar; a responsabilidade do estado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo / Bontempo editorial, 1999.

- MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Brasília: a construção da nacionalidade*. Um meio para muitos fins. Vitória. Edufes, 1998.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à História dos Partidos Políticos no Brasil*. Belo Horizonte. Editora UFMG, 1999.
- MOURA, G. *Estados Unidos e América Latina*. São Paulo: Contexto, 1991.
- PETERS, Edward. *Tortura*. São Paulo: Ática, 1989.
- RODEGHERO, C. S. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. *Revista Brasileira de História*, vol. 22, nº 44, 2002, pág. 463-88.
- ROSSI, C. *A Contra-revolução na América*. São Paulo: Atual, 1987.
- SADER, E. Cuba – Socialismo numa ilha só? *A Revolução Cubana*. São Paulo: Moderna, 1985, pp. 5-33.
- SCHMITT, Rogério. *Partidos Políticos no Brasil (1945-2000)*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2000.
- SKIDMORE, T. E. & SMITH, P. H. *Modern Latin America*. New York: Oxford University Press, 1997.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. São Paulo: Ed Saga, 1969.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Vida e Morte na Ditadura*. São Paulo, 1985.
- WALLERSTEIN, I. *Após o liberalismo*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- SILVA, Hélio. *A vez e a voz dos vencidos: militares x militares*. Petrópolis: Vozes, 1988.

